



Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes
Programa de Pós-Graduação em Psicologia

(TRANS)PASSANDO OS MUROS DO PRECONCEITO E ADENTRANDO A
UNIVERSIDADE: UMA ANÁLISE DAS POLÍTICAS PARA PESSOAS TRANS*
DENTRO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO SUPERIOR DO RIO GRANDE
DO NORTE

Emilly Mel Fernandes de Souza

Natal/RN

2019

Emilly Mel Fernandes de Souza

(TRANS)PASSANDO OS MUROS DO PRECONCEITO E ADENTRANDO A
UNIVERSIDADE: UMA ANÁLISE DAS POLÍTICAS PARA PESSOAS TRANS*
DENTRO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO SUPERIOR DO RIO GRANDE
DO NORTE

Dissertação elaborada sob orientação da Profa.
Dra. Ilana Lemos de Paiva, coorientada pelo
professor Dr. Marlos Alves Bezerra, apresentada
ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da
Universidade Federal do Rio Grande do Norte,
como requisito parcial da obtenção do título de
Mestre em Psicologia

Natal/RN

2019

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN
Sistema de Bibliotecas - SISBI
Catalogação de Publicação na Fonte. UFRN - Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes -
CCHLA

Souza, Emilly Mel Fernandes de.

(Trans)passando os muros do preconceito e adentrando a universidade: uma análise das políticas para pessoas trans* dentro das instituições públicas de ensino superior do Rio Grande do Norte / Emilly Mel Fernandes de Souza. - Natal, 2019. 171f.: il. color.

Dissertação (mestrado) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2019.

Orientadora: Profa. Dra. Ilana Lemos de Paiva.

Coorientador: Prof. Dr. Marlos Alves Bezerra.

1. Pessoas trans - Dissertação. 2. Políticas - Dissertação. 3. Universidade Pública - Dissertação. 4. Demandas - Dissertação. I. Paiva, Ilana Lemos de. II. Bezerra, Marlos Alves. III. Título.

RN/UF/BS-CCHLA

CDU 159.9-055.3

ATA DA DEFESA

“Quando a gente é trans, a militância não é uma opção. É um imperativo ético sobre as nossas vidas: ou a gente luta ou a gente morre.”

Leilane Assunção

“Uma flor nasceu na rua! [...] Furou o asfalto, o tédio, o nojo e o ódio.

Carlos Drummond de Andrade

Dedico esta dissertação a todas as pessoas trans, e em especial, as que colaboraram com esta dissertação: **Marilyn, Mariah, Marina, Coraline, Amy Lee, Troy Bolton, Benjamin e Jacques**. Estas 8 pessoas (*trans*)formaram minha vida a partir de suas existências, de suas narrativas, e assim eu pude (*trans*)cender ao entrar em contato com elas. Ainda de forma mais especial, dedico esta dissertação a saudosa lembrança da professora Dra. Leilane Assunção, da qual fui aluna durante o mestrado. O encontro genuíno com ela, mudou minha existência para sempre. Leilane me mostrou que ser *TRANS e FORMAR* é possível!

Agradecimentos

Ao concluir esta dissertação de mestrado, permito-me agradecer a todo o processo que me trouxe até aqui. Sou grata ao universo, a experiência de ser *trans* e *formada*. Agradeço ainda a minha experiência como psicóloga e pesquisadora em Psicologia. Tudo isso me *transformou* em quem sou agora e tudo isso me ajudou a *transcender* todas as barreiras postas pelas intempéries da vida.

Queria agradecer também a “Dona Lúcia”, mulher, mãe de seis filhos, guerreira, brincalhona, boa cozinheira, divertida e que, às vezes, solta uns muitos “palavrões sem querer.” Que um dia tive que sair de casa, mas que também um dia, voltamos a nos falar e, a paz e compreensão se estabeleceu. Que hoje quando ouço “Emilly”, “minha filha”, ou “Deus abençoe os teus caminhos”, vindas de Dona Lúcia, não há coisa melhor no mundo. Agradeço a Lillian, minha “mana”, que sempre em casa ajudou acalmar as emoções diante da minha transexualidade.

Agradeço também a minha “(cis)ter”, a psicóloga Ingrid Lavor, ou simplesmente “Lavori”, como a chamo carinhosamente. Uma vez eu li que um amigo é um presente que a gente dá a si mesmo. Você, Lavori, foi o maior presente de minha vida, somos amigas irmãs e sou eternamente grata a vida por permitir que nossas existências viessem no mesmo espaço e tempo. Com você, a vida é mais leve, gentil e divertida, onde tudo vira brincadeira de criança.

Menciono e agradeço a Felipe Cazeiro, nossa “Queen B”, das produções de artigos na pós. Sempre político e articulado. Lipe, como eu o chamo, você segue sendo inspiração para todas (os) nós. Também trago a Mayara Gomides, minha “Mayaretti”, filha que adotei assim que chegou à residência universitária da UFRN e por qual eu nutro um carinho imenso. Ainda agradeço a Amanda Railany, carinhosamente chamada “Travesti Socializada”, que sempre me

põe no colo e diz que sou “chorona”. E aqui também menciono Luciana Rodrigues, nossa Doutoranda mais amada e querida, nossa “Tradyva”.

Gratidão a Doriana Setúbal, psicóloga clínica, que através de um encontro genuíno, possibilitou o fluir do meu ser e a minha autenticidade enquanto pessoa. Nesses sete anos de transição, Emilly Mel floresceu porque teve quem a ajudasse no cuidado com o seu ser que se desvelava. Obrigada pelo cuidado e a genuinidade dos nossos encontros! Eu não seria quem sou hoje, senão houvesse encontrado você.

Agradeço também aos professores: Ilana Paiva, Marlos Bezerra e Janeusa Souto. Ilana um dia, em sua aula, segurou minha mão com dedos quebrados e acolheu, onde Emilly Mel pôde vir à tona e nunca mais sucumbiu. Com esses mesmos dedos, que um dia foram quebrados, eu escrevi esta dissertação. Obrigada Ilana por ter segurado minha mão quando eu mais precisei! Marlos, meu “pai que adotei na pós”, obrigada pela confiança e gentileza de sempre dizer que eu podia mais e que este lugar também era meu, obrigada por sempre me incentivar e nunca me deixar desistir, a sua gentileza e empatia é que fizeram esse caminho ser mais leve. Toda borboleta precisa de asas e, Janeusa foi quem me deu elas! Obrigada Janeusa por nunca ter me abandonado nesse percurso, onde nesse caminho de *transformação*, além de ter me dado asas, enfrentou as lutas comigo!

Agradeço a Juliete, Rochelle, Karol e Julliany, colegas e amigas do PRETRANS, coletivo feminista que fazemos parte. Cada encontro com vocês é uma renovação para a vida e as lutas. Que sigamos em frente sempre acolhedoras, fortes e sendo inspiradoras.

Menciono também Willian Júlio, meu amor, que conheci no League of Legends, onde compartilhamos grandes momentos juntos em Summoners Rift. Com Willian, o amor floresceu e fez morada! Quem disse que Darius e Lux não fazem uma boa dupla? Agradeço também a madrinha, Maria Leuça, onde foi amor à primeira vista, e assim virei afilhada no

nosso primeiro encontro! Madrinha: te amo! Sofia Favero amiga, acadêmica e psicóloga clínica, também deixo a minha gratidão para ti!

Agradeço também às professoras Geórgia Sibele Nogueira da Silva e Jaqueline Gomes de Jesus. Sibele pelo seu carinho e cuidados imensos, onde sempre há colo para quem precisa descansar, obrigada por sempre me acolher quando precisei. E Jaqueline, porque “Jesus” mudou minha vida a partir das leituras Transfeministas que realizei e que ela fez parte. Jaqueline segue sendo minha inspiração acadêmica e para a vida.

Agradeço a CAPES, pelos 24 meses de bolsa concedida e que foram cruciais para a realização desta pesquisa. Sabemos o quanto é importante esse direito e o quanto ele é fundamental para o fazer científico, o qual impulsiona não só a pesquisa, mas igualmente o avanço científico em nosso país.

Sou grata também a UFRN, instituição a qual sou aluna há 9 anos e que contribuiu para toda minha transição e formação não só como Emilly, mas, como pessoa. Ao PPGPSI, programa de pós-graduação, com suas pesquisas implicadas e tão necessárias diante do cenário nacional. Aos professores professoras que passaram pela minha formação.

Ao Núcleo Tirésias, núcleo de estudos em gênero, sexualidade e Direitos Humanos, onde no início da minha trajetória teve fundamental importância, não só acadêmica, mas política.

Gratidão a todos e todas as pessoas trans que colaboraram com essa pesquisa, cedendo suas narrativas e história de vida. Eu aprendi muito com vocês! Serei eternamente grata aos ensinamentos.

Agradeço por fim, a todas as amigas e amigos que seguem comigo nessa trajetória de lutas por direitos básicos de existência, e que por conta das laudas, não pude mencionar.

Sumário

1. Introdução e justificativa	19
1.1. Eu <i>Trans</i> : quando uma <i>transgressora</i> vos escreve	19
2. Objetivos.....	26
2.1. Objetivo Geral	26
2.2. Objetivos específicos.....	26
3. Percurso Metodológico.....	27
3.1. Referencial Téorico	27
3.2. Estratégias Operacionais da Pesquisa.....	31
3.2.1. Colaboradores do Estudo e Locais da Pesquisa	31
3.2.2. Quem‘(trans)cedeu’ sua narrativa para esta pesquisa: pessoas colaboradoras...31.	
3.2.2.1. Mariah – A mulher que representa a bandeira LGBT!.....	32
3.2.2.2. Benjamin – O “rapaz família”	34
3.2.2.3. Marilyn – A garota imponente e artista!	35
3.2.2.4. Troy Bolton – Calmaria em pessoa	37
3.2.2.5. Coraline – A jovem mulher “beauty and babadeira”!	38
3.2.2.6. Jacques – O psicanalista divertido!	40
3.2.2.7. Marina – A professora de geografia e mulher fitness!!!.....	41
3.2.2.8. Amy Lee – A mulher Geek, Otaku e Nerdzinha!.....	43
3.3. Passos na construção dos dados da pesquisa	44
3.4. Análise dos dados.....	46
3.5. Cuidados Éticos	47
4. Pensando questões e (trans)tornando-as	48
4.1. Início e desdobramentos de um caminho de resistência.....	49
4.2. E esse "T" da sigla o que significa? "T" é de travestis, transexuais e transgêneros, e não de "transparente"	55
4.2.1. <i>Transcendendo</i> a sigla e trilhando um caminho em direção à pauta "T"	56
4.2.2. Afinal nem todo mundo é gay, né?" Há pessoas que transpassam isso.	62
4.3. E quem os (trans)tornou?" Breve história de como as experiências trans* se tornaram patologizadas	64
4.4. Transfobia nossa de cada dia.....	70
4.5. Transcendendo as barreiras do preconceito e transpassando os muros das universidades	77

5. E as políticas para os que TRANSpassaram e agora TRANSitam nesse espaço?.....	80
5.1. Políticas para os LGBTTIIs	81
5.2. Transpondo a teoria e adentrando o campo: Resultados e discussão	88
5.2.1. Alinhando as estratégias de recolhimento das informações e da análise: desafios para uma triangulação qualitativa	88
5.3. Análise Documental	89
5.4. E o que se tem e o que se precisa? O que dizem e esperam as pessoas trans* das IPES do RN?.....	93
5.4.1. Eixo 1: Pontos convergentes e divergentes: ser trans na universidade em suas múltiplas formas.....	95
5.4.1.1. Semelhanças	95
5.4.1.2. Diferenças.....	110
5.4.2. Eixo 2: Que demandas as pessoas trans colocam para a universidade?.....	118
5.4.2.1. Profissionais capacitados e seminários temáticos sobre a questão LGBTI nas IPES	118
5.4.2.2. Demandas de Saúde: acompanhamento psicológico e acompanhamento hormonal	120
5.4.2.3. Uso dos Banheiros sem sofrer violência transfóbica.....	124
5.4.2.4. Cotas para pessoas trans	128
5.4.3. Eixo Três: Inventividades de um corpo que ocupa e (trans)forma	132
5.4.3.1. Pioneiras e pioneiros da academia: “Nordestinas femininas, Mulheres trans, sim senhor!” e “Homens com T, não de Testosterona, mas sim, de Transcender”	133
6. Considerações finais da (trans)escrita!	139
7. Referências	143
8. Anexos	155
8.1. Roteiro de entrevistas	156
8.2. Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	159
8.3. Termo de consentimento para a gravação de áudio e voz	161
8.4. Comitê de Ética	162
8.5. Carta para Leilane	168

Lista de Siglas

ABGLT	Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis
ANTRA	Associação Nacional dos Transgêneros
ASTRAL	Associação de Travestis e Liberados
ATRAS	Associação de Travestis de Salvador
BSH	Brasil Sem Homofobia
CAMS	Comissão Nacional de Articulação com Movimentos Sociais
CEP/UFRN	Comitê de Ética em Pesquisa da UFRN
CFP	Conselho Federal de Psicologia
CID	Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas relacionados à Saúde
CNDC/LGBT	Conselho Nacional de Combate à Discriminação LGBT
CNJ	Comissão Nacional de Justiça
COC	Center for Culture and Recreation
CRP	Conselho Regional de Psicologia
CSN	Conselho Nacional de Saúde
DSM	Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais
EBLGT	Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Travestis
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
ENTLAIDS	Encontro Nacional de Travestis e Transexuais que atuam na Luta e Prevenção à AIDS
EUA	Estados Unidos da América
FHC	Fernando Henrique Cardoso
GAPA	Grupo de apoio e prevenção à Aids
GBT	Grupo Brasileiro de Transexuais
GLBT	Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais

IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRAT	Instituto Brasileiro de Transmasculinidades
IBTE	Instituto Brasileiro Trans de Educação
IFRN	Instituto de Educação, Ciências e Tecnologia do Rio Grande do Norte
INAMPS	Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira
IPES	Instituições Públicas de Ensino Superior
LDB	Leis de Diretrizes e Bases da Educação
LGBTI	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros e Intersexuais
MBH	Movimento Homossexual Brasileiro
MEC	Ministério da Educação
MTC	Movimento de Transexual de Campinas
NAHT	Núcleo de Apoio a Homens Trans
NPJ-UFRN	Núcleo de Práticas Jurídicas da UFRN
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONGs	Organizações Não Governamentais
PNDH-I	Programa Nacional de Direitos Humanos
PPGPSI/UFRN	Programa de Pós- Graduação em Psicologia da UFRN
PROAE	Pró-reitoria de Assuntos Estudantis
PROUNI	Programa Universidade para todos
PSL	Partido Social Liberal
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores
REUNI	Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RN	Rio Grande do Norte
SECAD	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade

SEDH	Secretaria Especial de Direitos Humanos
SISU	Sistema de Seleção Unificada
STP	Stop Trans Pathologization
SUS	Sistema Único de Saúde
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TGA	Termo para Gravação de Áudio e Voz
UECE	Universidade do Estado do Ceará
UERN	Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
UFERSA	Universidade Federal Rural do Semi-Árido
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFS	Universidade Federal de Sergipe
UNIDAS	Associação das Travestis na Luta pela Cidadania
UNIFAP	Universidade Federal do Amapá
UNILAB	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro – Brasileira

Listas de Figuras

Figura 1. Capa do Album Rainbow. Imagem cedida por Mariah	34
Figura 2. Imagem cedida por Benjamin	34
Figura 3. Marilyn Monroe. Imagem cedida por Marilyn	37
Figura 4. Imagem cedida por Troy Bolton	38
Figura 5. Imagem cedida por Coraline	40
Figura 6. Imagem cedida por Jacques	41
Figura 7. Imagem cedida por Marina	43
Figura 8. Imagem cedida por Amy Lee	44

Listas de Tabelas

Tabela 01. Resoluções

89

Resumo

Na atualidade, a discussão sobre as questões trans vem recebendo ampla visibilidade em vista a vulnerabilidade social à qual este grupo está submetido. O termo “pessoa trans” seria a forma popular pela qual são conhecidas as pessoas travestis e transexuais e que são tratados/as coletivamente como parte do grupo de transgêneros. As pessoas trans, tem sido ao longo da história, excluídas de diversos espaços, dentre eles, o da educação, sendo a transfobia, que é o ódio e aversão às pessoas trans, o principal vetor que ocasiona essas exclusões. Porém, mesmo diante de um contexto alarmante de vulnerabilidade social, as pessoas trans chegaram ao ensino superior e, isso foi facilitado por uma série de resoluções que garantiam o direito ao nome social e, conseqüentemente, o respeito também à autoidentificação de gênero na educação em diversos níveis. Essa pesquisa, de natureza qualitativa, ancorada no referencial teórico do Transfeminismo, aliada junto à discussão de diversos autores e autoras trans, dos quais os conceitos de cisgeneridade e transfobia são centrais, procurou compreender como se deu as políticas de acesso e permanência das pessoas trans nas Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES) do Rio Grande do Norte (RN), e conseqüente a isso, quais eram as demandas desse segmento nas IPES. Para realizar esse objetivo a pesquisa foi feita em três etapas: 1) Uma análise documental, para verificar e identificar se existem políticas em IPES de nosso estado que são voltadas à demanda da população trans; 2) Entrevistas semi-estruturadas para identificar, através das falas dos colaboradores de pesquisa, quais são as suas demandas ao chegarem às IPES e 3) Uma triangulação dos dados onde o resultado da análise mais as entrevistas foram triangulados com história da autora da pesquisa. Participaram desse estudo 8 pessoas trans das 4 IPES do estado do RN. As análises e interpretações foram inspiradas na Análise de conteúdo de Bardin onde três eixos temáticos foram sistematizados a partir das transcrições das entrevistas. A partir desses três eixos temáticos percebe-se o quanto a presença de pessoas trans no espaço universitário é marcada por fissuras, demandas e (trans)formações. Quanto aos resultados, amparados nos eixos, observamos: a) Que apesar de todos e todas serem trans, há diferenças e semelhanças entre as vivências trans no espaço acadêmico e estas são perpassadas por diversas intersecções; b) Que as pessoas trans apresentam demandas diferenciadas, para além das colocadas pelas IPES, indo de demandas corpóreas até subsídios materiais, sugerindo também a necessidade de cotas; e c) Corpos trans são inventivos, pois são pessoas que agenciam a si mesmos e (trans)eformam o espaço acadêmico em que estão transformando suas lutas em políticas concretas. Por fim, esta pesquisa abre caminhos para pensar e defender as demandas e os corpos trans nas IPES, servindo de subsídio para pensar quais políticas poderiam ser mais eficazes para garantir não só o acesso, mas também a permanência de pessoas trans nesse espaço.

Palavras-chaves: Pessoas trans; políticas; Universidade Pública; demandas.

Abstract

At present, the discussion on trans issues has received wide visibility in view of the social vulnerability to which this group is subjected. The term “trans person” would be the popular form in which transvestite and transgender people are known and are collectively treated as part of the transgender group. Trans people have, throughout history, been excluded from various spaces, including education, with transphobia, which is hatred and aversion to trans people, the main vector that causes these exclusions. However, even in the face of an alarming context of social vulnerability, transgender people have reached higher education, and this has been facilitated by a series of resolutions guaranteeing the right to the social name and, consequently, respect for gender self-identification in higher education. several levels. This qualitative research, anchored in the theoretical framework of Transfeminism, together with the discussion of several trans authors, of which the concepts of cisgenerity and transphobia are central, sought to understand how the policies of access and permanence of trans people occurred in Rio Grande do Norte (RN) Public Higher Education Institutions (IPES), and consequently, what were the demands of this segment in the IPES. To accomplish this goal the research was done in three steps: 1) A documentary analysis, to verify and identify if there are policies in IPES of our state that are focused on the demand of the trans population; 2) Semi-structured interviews to identify, through the speeches of the research collaborators, what their demands are when they arrive at the IPES and 3) A triangulation of the data where the result of the analysis plus the interviews were triangulated with the research author's story. Participated in this study 8 trans people from 4 IPES of the state of RN, The analyzes and interpretations were inspired by Bardin's Content Analysis where three thematic axes were systematized from the transcripts of the interviews. From these three thematic axes, we can see how the presence of trans people in the university space is marked by cracks, demands and (trans) formations. Regarding the results, supported by the axes, we observe: a) That although all and all are trans, there are differences and similarities between trans experiences in the academic space and these are permeated by various intersections; b) That transgender people present differentiated demands, in addition to those placed by IPES, ranging from corporeal demands to material subsidies, also suggesting the need for quotas; and c) Trans bodies are inventive because they are self-governing people and (trans) shape the academic space in which they are turning their struggles into concrete policies. Finally, this research opens the way to think and defend the demands and trans bodies in IPES, serving as a subsidy to think which policies could be more effective to guarantee not only the access, but also the permanence of trans people in this space.

Keywords: trans people; policies; public University; demands

1.Introdução e justificativa

1.1 - Eu *TRANS*: quando uma *transgressora* vos escreve

*das tuas linhas,
corpo em traços,
que traçam de si,
transformação.*

*corpo
que transfigura
por fora
o que por dentro
revela
da alma.[...]*

*[...]corpo poesia
que dos pelos
revelam
no belo,
teu sôfrego
ensejo
em ser aquilo
que se é
ao resistir
é corpo que
por dentro
grita.
(Hats, 2017, p. 78)*

Este trabalho teve como intuito analisar as políticas de acesso e permanência para as pessoas trans*¹ das instituições públicas de ensino superior (IPES) do estado do Rio Grande do Norte (RN). Durante as linhas que se seguirão, se explicitará as justificativas para este trabalho. Evidenciam-se três justificativas como pertinentes: a acadêmica, a pessoal (que também é política) e a social.

¹Pessoa *trans* é a forma popular como são conhecidas as travestis, e os/as transexuais, que são tratadas/os, coletivamente, como parte do grupo que alguns chamam de “transgênero” (Jesus, 2012). Geralmente o termo “trans*” pode aparecer com o asterisco porque denota justamente essa pluralidade de identidades a que ele se refere.

Em relação à justificativa acadêmica, evidencia-se que há diversos trabalhos com a temática sobre questões trans* como: Bento (2006; 2014) e Leite (2008) que historicizam a emergência da transexualidade e seus derivados e até problematizam os parâmetros biomédicos que colocam as experiências trans como patologia. Têm-se também Benedetti (2005), Pelúcio (2009) e Kulick (2008) em que são visibilizados a questão da prostituição, os espaços de socialização de travestis e como moldam seus corpos, revelando como as travestis constroem performatividades que tensionam e perpassam as normas binárias de gênero.

Andrade (2012), em sua tese, discutiu a questão das travestis no espaço escolar, visando compreender tanto seus espaços de sociabilidade, quanto também seus modos de resistência e, até mesmo, de enquadramento dentro da ordem normativa. A autora comenta que escolheu o espaço escolar justamente para visibilizar travestis para além dos espaços de prostituição e quebrar com estereótipos. Cabe citar também Cavalcanti (2016), que realizou uma pesquisa intervenção após a implementação da política do nome social na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), na qual propôs uma reflexão crítica sobre os embates e atravessamentos que estão imbricados na formação desse tipo de política.

Ainda em algumas dissertações produzidas em no estado do Rio Grande do Norte (RN) e pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), temos em Ciências Sociais a dissertação de Oliveira (2015), a qual traz um novo embate sobre questões trans, pois dá visibilidade aos homens trans em sua relação e participação na luta pela despatologização da transexualidade, e contribui também acrescentando mais um estudo ao tema, pois o autor referido coloca que os estudos sobre homens trans permanecem exíguos. E, ainda nas Ciências Sociais, temos a dissertação Mariano (2016) que pesquisou não só as relações familiares de travestis e transexuais da cidade de Natal, como também as relações afetivas destas.

Na Psicologia, temos o trabalho de Moraes (2014), que buscou conhecer como as travestis da cidade de Natal (RN) procuram cuidados em saúde na esfera da atenção primária, em que este estudo evidenciou, dentre tantas outras coisas, algumas dificuldades que as travestis encontram ao tentarem utilizar esse serviço: o não respeito ao nome social, a postura preconceituosa advinda dos profissionais da saúde - que deveriam em suma, acolher - e a recorrente ligação sempre da imagem travesti ao vírus HIV.

No Serviço Social, a dissertação de Oliveira (2016) buscou compreender as condições de vida das travestis, na cidade de Natal (RN), apreendendo também como se dava a inserção deste segmento no mercado de trabalho, prestando atenção à questão não só do desemprego, mas ainda da informalidade e formalidade, visto que geralmente essa população tem sua inserção de forma precária neste âmbito. O autor discute que, durante os anos do governo do Partido dos Trabalhadores (PT), mesmo essa população sendo estigmatizada e genocidada, puderam-se ver algumas conquistas direcionadas a ela como: as conferências nacionais LGBTs, que fizeram emergir os planos e diretrizes para os estados e municípios, e o decreto da presidenta Dilma Rousseff que garantia em âmbito federal a utilização do nome social. Ressalta, ainda, os movimentos de travestis e transexuais que, organizados, expõem a transfobia que sofrem, que se corporifica em violências psicológicas e físicas, sendo a luta para adentrar o mercado de trabalho formal, uma pauta fundamental.

Por fim, ainda se coloca a dissertação produzida por Silva (2016), na pós-graduação em Enfermagem, que investigou a ideação suicida entre travestis e transexuais, que eram filiados a Organizações Não Governamentais – ONGs – do RN, visando contribuir com dados deste tipo na área da saúde, sobre essa população, os quais no Brasil são escassos. O estudo encontrou o percentual de 41,38% de ideação suicida, o que está em consonância com os estudos internacionais citados por ele, em que fatores como: quadros depressivos, expulsão do seio familiar, a violência no contexto escolar e uma tentativa pregressa de se suicidar, estavam

ligados a essa ideação. O estudo revela não só um índice que mostra o quanto esta população está vulnerável, mas que esse dado deve ser visto como um fator de saúde pública.

Todos os trabalhos supracitados têm suas contribuições para pensar sobre as questões trans, porém a maioria deles não objetivou o espaço do ensino superior público e as políticas para pessoas trans nesses espaços, com exceção, evidentemente, do trabalho de Cavalcanti (2016), todavia, este trabalho foi pensando e realizado na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

Trazendo mais trabalhos com a temática do ensino superior para pessoas trans* e que foram realizados fora do RN, temos o trabalho de Scote (2017), que contribui do mesmo modo pois, o autor objetivou investigar as ações de permanência bem como as condições de acesso da população trans*, a universidades públicas ou privadas no ensino superior do país, empenhando-se em compreender o que dificulta ou auxilia no acesso e permanência. A pesquisa ainda identificou quais eram as estratégias que os/as estudantes trans* recorriam para lidar com a discriminação no ambiente universitário devido a sua identidade de gênero e que recursos eram utilizados para lidar com as vulnerabilidades de suas vidas. Um ponto a se destacar, é que o autor, assim como eu, encontrou dificuldade para achar material e dados que abordassem sobre essa população no ensino superior, mesmo que tenha buscado a partir de bancos de dados oficiais de pesquisa (como o banco de teses da CAPES, Scielo e *Google Scholar*, por exemplo), o que se tornou mais um dos motivos para a realização da pesquisa e dissertação. Cabe ainda dizer que as pessoas participantes da pesquisa deste autor eram pessoas trans em universidades públicas ou privadas do estado de São Paulo.

Na mesma direção, temos a dissertação de mestrado de Santos (2017) que teve como ponto central compreender não só o processo de formação de pessoas transexuais, bem como a sua permanência dentro da Universidade Federal de Sergipe (UFS). A autora ainda buscou

compreender também quais eram, através das histórias de vida dos participantes de sua pesquisa, as estratégias utilizadas por esses estudantes para resistir e enfrentar os processos de normatização de gênero nesse espaço, além de verificar e analisar quais políticas educacionais institucionais que auxiliavam tanto na permanência quanto na conclusão da graduação na UFS.

O intuito acadêmico desta pesquisa, então, visou contribuir para se pensar essas questões no RN e em suas instituições públicas de ensino superior (IPES), possibilitando dados sobre essa população em nosso estado e nesse quesito, visto que ainda se percebem lacunas sobre esta questão. Cabe ressaltar que este trabalho tem proximidade com o de Andrade (2012), pois, ao discorrer sobre políticas para pessoas trans nas instituições públicas de ensino superior, evidencia não somente o acesso desse segmento, mas a permanência do mesmo e, dessa forma, revela que ele está para além dos âmbitos da margem em que é empurrado compulsoriamente pela sociedade.

Indo ao encontro de Andrade (2012), cuja tese estava mais próxima de um trabalho autobiográfico, além de trazer a também a minha trajetória como estudante e pessoa trans de uma IPES do RN, a proposta deste trabalho é buscar analisar quais são as políticas existentes para as pessoas trans dentro das IPES e como as pessoas trans as significam. E neste tópico farei menção à minha trajetória, a qual reflete também a justificativa pessoal.

. Este trabalho é escrito por uma pessoa trans, mais precisamente uma travesti, que vem da escola pública, filha de pais da classe trabalhadora, os quais um dia, por não entenderem que tinham uma filha travesti, infelizmente não aceitaram tal condição, e fui alvo de violência, tendo que sair do meu seio familiar.

Após essa "saída de casa", resolvi buscar ajuda na instituição na qual eu estava matriculada, que era a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), no curso de

Psicologia. Nessa busca encontrei pessoas fundamentais, que eu poderia chamar até de "anjas da guarda": a professora Janeusa Trindade Souto, a qual era Pró-Reitora de Assuntos Estudantis (PROAE), a professora Berenice Bento, que era vinculada ao departamento de Ciências Sociais e coordenadora do Núcleo Interdisciplinar de Estudos em Gênero Sexualidade e Direitos Humanos/Tirésias e ainda a professora Ilana Lemos de Paiva, do departamento de Psicologia, a qual era minha professora na graduação.

Destaco essas pessoas porque: a professora Ilana Lemos de Paiva me acolheu em um momento de muita aflição, e através dela fui encaminhada para buscar auxílio na universidade; A professora Berenice Bento me acolheu no Tirésias, onde fui sua bolsista e mobilizou todo o núcleo para que ele fizesse uma palestra com os/as residentes sobre gênero; e a professora Janeusa Trindade Souto, que me deu toda proteção, foi sensível a todas as minhas demandas e facilitou a minha inclusão na residência feminina, onde nossa universidade teve o pioneirismo de ser a primeira do estado a incluir uma pessoa trans em uma residência estudantil de acordo com sua identidade de gênero, e também sendo uma das pioneiras no Brasil, senão a primeira, a realizar tal fato.

A partir da minha inserção no Núcleo Tirésias e também na residência feminina estudantil, a universidade cria e aprova a resolução nº 232/2012, a qual dá a oportunidade às pessoas trans de requererem ser chamadas pelo seu nome social e assegura o respeito à identidade de gênero dentro dos âmbitos da universidade (UFRN, 2012), onde eu fui a primeira pessoa trans a assiná-la, sendo a UFRN também a primeira universidade pública do nordeste a criar uma resolução desse tipo. No núcleo Tirésias participei de todas as atividades que pautavam gênero e sexualidade, além de entrar em contato com o que as Ciências Sociais produziam de conhecimentos sobre esses temas e, em especial, sobre a questão trans*.

Ainda pela universidade, em seu Núcleo de Práticas Jurídicas da UFRN, realizou-se outro fato inédito no estado: consegui trocar meu nome e gênero nos documentos civis sem

realizar uma cirurgia de transgenitalização, criando-se a primeira jurisprudência nesse sentido. Hoje sou Emilly Mel Fernandes de Souza, reconhecidamente do gênero feminino, de fato e de direito.

A entrada na universidade me abriu um leque de possibilidades, onde uma política foi criada pensando a demanda de pessoas trans e eu fui fruto dessa política, mas uma razão a mais para a escrita dessa dissertação é que, para além da política criada, pude contar com uma rede informal extensa, razão pela qual me questiono quanto ao que é preciso garantir e avançar em termos de legislação.

Concordando com Cavalcanti (2016), é preciso romper a hegemonia e convocar os sujeitos oprimidos pelo modelo desigual e injusto de sociedade que vivemos para expressar seus saberes e grafar suas vozes. É necessário então a sociedade reconhecer as pessoas trans não só como ocupantes do espaço acadêmico, mas também como legitimadoras do saber.² Ressalto assim que ser uma travesti, em um espaço hegemônico pesquisando sobre questões trans*, não é só pessoal, é político.

E por fim, justificando socialmente este trabalho, evidencio que estudar essas políticas e ouvir o que os usuários pensam sobre elas é dar voz a quem, muitas vezes, será silenciado antes mesmo de poder falar. Pensar em políticas públicas para pessoas trans no país que mais mata transexuais no mundo é um ato de resistência a esse genocídio cotidiano. Este trabalho pode servir não só para ampliar os conhecimentos dos gestores das Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES) sobre as demandas trazidas pela população trans* e assim contribuir

²Tanto que uma escolha feita por mim nesta dissertação, é dar preferência a autores e autoras trans, não como um essencialismo de pensar que pessoas trans escrevam melhor, mas sim de trazer à tona esses/as autores e autoras trans como legitimadores de saber e que muitas vezes são negligenciados(as) ou não lembrados(a) pela própria academia. Essa escolha ao ser mencionada na qualificação foi questionada onde eu ouvi, se eu não estaria “negligenciando autores cis ao citar tantos autores trans”. Pensando com Favero (2015) acredito que é sim importante que pessoas cis adentrem às nossas questões e falem junto a nós, pois outros pontos de vista são muito interessantes para o nosso debate. O problema é quando as pessoas cisgêneras colonizam os estudos trans e ainda se acham “especialistas em transexualidade”, onde só as suas percepções imperam.

com políticas que possam ser mais eficazes para esse segmento, bem como aprofundar conhecimentos sobre a própria população trans*.

Acredito, também, que várias categorias profissionais, como por exemplo, psicólogos e assistentes sociais nesses espaços, ao lerem este trabalho, poderão pensar em como suas atuações podem se articular para garantir uma maior permanência estudantil e assistência, diante das vulnerabilidades que essa população, na maioria das vezes, encontra. Por fim, que este trabalho possa sensibilizar os gestores, em que os mesmos engendrem políticas nesses espaços para que casos como o de Dandara³ se tornem a exceção, e o de “Emilly” sejam a regra.

2. Objetivos

2.1. Objetivo Geral

- Analisar as políticas de acesso e permanência para as pessoas trans das instituições públicas de ensino superior (IPES) do estado do Rio Grande do Norte (RN).

2.2. Objetivos específicos

- Verificar se existem políticas em instituições públicas de ensino superior de nosso estado que são voltadas à demanda da população trans*.
- Identificar a quais demandas essas políticas são voltadas.
- Identificar, através dos (as) colaboradores (as) de pesquisa, quais são as suas demandas ao chegarem às IPES.

³Notícia que chocou o país e que deu visibilidade à violência contra travestis e transexuais. Dandara teve a sua morte gravada em vídeo, foi espancada por 5 homens, que não contentes em dar socos e chutes, proferiram pauladas, apedrejaram-na e depois a vítima foi levada em um carrinho de mão onde foi assassinada a tiros. Dandara não tinha nenhuma acusação contra ela e não tinha antecedentes criminais. Seu crime? Ser travesti. Disponível em: <https://g1.globo.com/ceara/noticia/acusados-admitem-em-depoimento-ter-matado-a-travesti-dandara-dizem-testemunhas.ghtml>

- Analisar e problematizar se as políticas existentes dentro das IPES são suficientes para contemplar as demandas da população a que se destina.

3. Percurso Metodológico

Em função do que se investigou, a abordagem mais pertinente ao estudo foi a abordagem qualitativa. Esta abordagem dirige seus esforços para questões muito peculiares, em que a quantificação não dá conta de certo nível de realidade. Busca, assim, trabalhar com a multiplicidade de significados, almejando um nível mais profundo das relações e dos fenômenos, visando conhecer símbolos, aspirações, crenças, valores e atitudes, onde esses aspectos não podem ser submetidos à mera instrumentalização de variáveis (Minayo, Deslandes, Neto, & Gomes, 2002). Ainda segundo esses autores é possível que numa perspectiva qualitativa sejam utilizados diferentes procedimentos para compreender um determinado fenômeno de pesquisa.

Vale mencionar também que, na pesquisa qualitativa, o interesse está mais na compreensão aprofundada sobre o fenômeno que o pesquisador quer estudar, como por exemplo, um grupo social, organizações etc., em seu ambiente natural ou contexto social. Evidencia-se que o pesquisador procura interpretar os fenômenos que estuda a partir da visão dos sujeitos participantes da situação, em que a representatividade numérica, relações de causa e efeito ou generalizações estatísticas não são o foco de sua atenção (Gerhardt & Silveira, 2009; Guerra, 2014).

3.1. Referencial Teórico

O presente referencial teórico, ilustra as dimensões de análise que ancorará a dissertação: o Transfeminismo, ou Feminismo Transgênero, aliado a contribuições textos produzidos por diversos autores e autoras trans e, o Feminismo interseccional, para pensar outras intersecções das vivências trans.

No contexto brasileiro, a presunção e adoção do conceito de cisgeneridade⁴ têm se intensificado na atualidade, especialmente a partir de alguns esforços ativistas de pessoas trans e de outros gêneros que Simakawa (2015) vai chamar de gênero-diversas. Pensando nessa interseccionalidade e trazendo a pauta das questões de pessoas trans, surge uma nova vertente, o transfeminismo. Então, no campo teórico deste trabalho, o transfeminismo será uma das lentes adotadas para pensar especificamente as questões trans.

Koyama (2003) no *Manifesto Transfeminista* traz que em primazia esse movimento seria realizado para mulheres trans sendo também um movimento *delas*, e que ao tentarem buscar a sua libertação estariam também engendrando a libertação de todas as outras mulheres. Mas, apesar disto, a autora diz que o transfeminismo não é fechado a outras categorias, pois é permitido participar: queers, pessoas intersexo, homens trans, mulheres não-trans, homens não-trans e outros/as. Estes compreendendo-se como integrantes desta luta, reconhecendo-a como fundamental na busca pela libertação de todas as categorias.

Neste sentido, autoras mais contemporâneas e brasileiras propõem uma explicação que complementa a anterior:

[...] pode ser definido como uma linha de pensamento e de prática feminista que, em síntese, rediscute a subordinação morfológica do gênero (como construção psicossocial) ao sexo (como biologia), condicionada por processos históricos, criticando-a como uma prática social que tem servido como justificativa para a opressão sobre quaisquer pessoas cujos corpos não estão conformes à norma binária homem/pênis e mulher/vagina, incluindo-se aí: homens e mulheres transgênero; mulheres cisgênero hysterectomizadas e/ou mastectomizadas; homens cisgênero orquiectomizados e/ou emasculados; e casais heterossexuais com práticas e papéis afetivos sexuais divergentes dos tradicionalmente atribuídos, entre outras pessoas. (Jesus, 2014a, p.243.)

Ainda se faz um adendo de que o transfeminismo (Jesus & Alves, 2010) também é uma categoria do feminismo e que se encontra em construção, emergindo como uma crítica ao

⁴Este conceito diz respeito aos indivíduos que, antes mesmo de nascer, têm um gênero designado a partir da sua genitália (referenciado geralmente como "sexo biológico") e se reconhecem nele ao longo de sua vida (Rossi, 2016). Deste conceito, deriva-se o termo *cisgênero* (ou simplesmente *cis*, como é utilizado amplamente pela comunidade trans), que seria a pessoa que se identifica com o gênero designado ao nascer, tendo a congruência (homem - pênis e mulher - vagina) imposta pela sociedade mantida.

dimorfismo⁵ ou cissexismo, ou seja, referindo-se a um feminismo essencialista que tem por base a matriz biológica, e que se nega a legitimar o gênero como uma categoria distinta de sexo, sendo a categoria gênero fundamental para o entendimento dos corpos e das relações sociais entre homens e mulheres. Assim como o feminismo deve lutar por todas as mulheres, com o transfeminismo não seria diferente.

Recorre-se ao transfeminismo porque essa forma de feminismo é feita majoritariamente por pessoas trans* que perceberam que os feminismos atuais não as englobavam, trazendo à tona também um componente violento e ceifador de vidas, pois além de uma sociedade cissexista ou dimórfica, temos também uma sociedade que é transfóbica, ou seja, temos ainda a questão da transfobia⁶. É importante destacar que a questão trans* é justamente uma questão de gênero e não de sexualidade, e assim como a heterossexualidade compulsória está como norma para as sexualidades, a cisgeneridade compulsória está como norma para as questões de gênero (Bagagli, 2016).

Então, como se prega em nossa sociedade que o ideal é ser heterossexual, também se veicula de forma anômala que devemos ser ciscgêneros, e, portanto, como vemos discursos de ódio contra a população homossexual em nossa sociedade, também veremos os mesmos discursos contra as pessoas trans*, diferenciando-se em que o primeiro conceito é em relação à sexualidade e o segundo em relação à identidade de gênero. Por isso se fala em transfobia para pessoas transgênero, e não homofobia, pois o caráter preconceituoso das afirmações refere-se às questões de gênero das pessoas trans/transgênero (Jesus, 2012). Todavia, os dois conceitos não são excludentes, o que é evidenciado é que um pode complementar o outro e que as pessoas trans lidam com um componente a mais.

Abordar a cisgeneridade é dar nome a uma norma, que sustenta um discurso de ódio que é veiculado desde quando se nasce e marcar certo lugar de "privilégio". É também

⁵ "Crença na divisão binária dos gêneros, em suposta concordância com os sexos biológicos feminino e masculino" (Jesus & Alves, 2010, p.7).

⁶Este conceito será melhor explicitado ao longo da dissertação.

discorrer sobre os regimes de verdades que são construídos sobre os gêneros, sobre os homens e mulheres de “verdade” e que, muitas vezes, aparentam formas espontâneas e naturais, mas possuem como base a cisgeneridade compulsória (Bagagli, 2016). Pensar a cisgeneridade compulsória e a transfobia se faz essencial quando se está abordando as questões de pessoas trans* e pensando o Transfeminismo (Jesus, 2014b)

O feminismo interseccional será uma outra importante perspectiva que vai estar guiando as análises, visto que as pessoas trans*, como as pessoas em geral, são atravessadas por diferentes marcadores sociais de diferença como classe, raça, etnia, sexualidade, gênero, entre outras, que estarão influenciando drasticamente suas vidas por conta da realidade social, cultural e política excludente que dá base à nossa sociedade contemporânea.

Davis (2016) traz em seu livro "Mulheres, raça e classe" importantes contribuições para pensarmos essas intersecções, apontando o quanto elas influem diretamente sobre a vida dos indivíduos. A autora narra a luta dos antiescravagistas e do movimento de mulheres, ambos na luta por direitos de igualdade perante os homens brancos, evidenciando que mesmo as mulheres brancas de classe média apoiando a luta antiescravagista, elas não conseguiam ver o racismo e o classismo presente entre elas, esquecendo inclusive de pensar a questão não só das mulheres negras, mas das próprias mulheres brancas da classe trabalhadora, ou seja, inerentes às questões de raça e classe.

Portanto, não se deve olhar para os fenômenos pensando somente as questões de classe como a primeira e única a ser questionada e combatida. Antes de mais nada, deve-se atentar para a raça, gênero e sexualidade e as relações mútuas não só entre essas categorias, como também com as próprias questões de classe, onde uma não ocupa um lugar superior a outra (Davis, 2004). Ainda segundo a autora, o feminismo é diverso, o que não é um problema na visão dela, pois ao lidar com as diferenças é que pode se abrir uma veia criativa

e, assim, engendrar um percurso que auxiliará a trabalhar e a pensar questões tanto de outras pessoas quanto de outros campos. Portanto pensar as intersecções de raça/etnia e de classe que marcam as vidas das pessoas trans* se faz essencial para as análises.

3.2. Estratégias operacionais da pesquisa

3.2.1. Colaboradores do Estudo e Locais da Pesquisa

Os/as colaboradores/as dessa pesquisa foram as pessoas trans matriculadas nas graduações, ou que se graduaram, em instituições públicas de ensino superior do estado do RN, a saber: Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Universidade Federal Rural do Semi- Árido (UFERSA) e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). Todos/as colaboradores(as) selecionados(as) foram os que possuíam a maioria. O local de acesso aos entrevistados foi de acordo com a conveniência deles(as), e se garantiu condições adequadas, a privacidade e a não interrupção.

O acesso a essas pessoas se deu a partir de mapeamento prévio de pessoas trans* que estivessem matriculadas nos cursos de graduação das instituições pesquisadas, bem como a pesquisa foi divulgada nas suas páginas públicas oficiais. Além disso, foram realizados contatos em encontros acadêmicos sobre a temática trans*, nas referidas instituições, ou em encontros dos movimentos sociais de travestis e transexuais do RN, em que a pesquisadora participa com frequência. Em tais encontros, foi apresentada a proposta da pesquisa, e se utilizou o método "bola de neve", em que o sujeito/a da pesquisa, após participar dela, indica outro possível colaborador/a para participar (Moraes, 2014; Penrod, Preston, Cain & Starks, 2003).

3.2.2. Quem ‘(trans)cedeu’ sua narrativa para esta pesquisa: pessoas colaboradoras.

Esta pesquisa teve 8 colaboradores e colaboradoras⁷, sendo 5 mulheres trans e travestis e 3 homens trans. Abaixo os descreverei a partir de um perfil humanizado. Essa ideia de perfil humanizado surgiu a partir dos encontros com cada um e uma, onde pude perceber algumas características que me marcaram e que os mostram mais como pessoas. Antes das pessoas trans* serem transexuais, são também pessoas, com características próprias para além de sua intersecção. Então, antes de serem lembrados como “transexuais” ou “travestis”, os (as) lembrarei também como pessoas. Aqui faço uma descrição de cada um (a) e ao mesmo tempo pedi que me enviassem algo (como uma foto, por exemplo) que os (a) definisse para além de sua transexualidade e que pudesse ser representado na dissertação

3.2.2.1. Mariah – A mulher que representa a bandeira LGBT!

Mariah, até a data da sua entrevista, era estudante do IFRN, da Licenciatura Plena em Geografia, cursava o sétimo período do curso e aliado a isso, era também coordenadora do centro acadêmico e, representante dos discentes no ensino superior no conselho de classe do IFRN. Nascida em Natal, tem 34 anos, se diz “mestiça”⁸, se denomina travesti e é presidenta de uma Organização Não Governamental (ONG) em Natal. Até a data de sua entrevista estava desempregada, sobrevivendo com ajuda de auxílios provenientes de sua IPES. Vale ressaltar que é umas das primeiras, ou senão a primeira pessoa trans de seu curso.

Mariah é uma pessoa bem atarefada, e sua entrevista ocorreu logo após a volta de uma viagem que fizemos juntas para falarmos sobre saúde mental da população trans na cidade de Fortaleza, no estado do Ceará. A entrevista realizou-se em sua casa onde mora com sua mãe e alguns sobrinhos. Apesar de focarmos no ensino superior e sua trajetória nele, Mariah revelou mais dados de seu passado que foram bem marcantes, que mostram também que em meio a

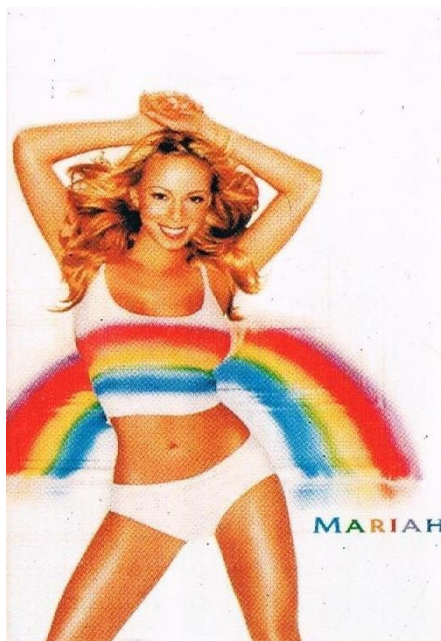
⁷Uso o mesmo termo que Mariano (2016) por acreditar que este trabalho teve muita colaboração das pessoas trans que dele participaram, não só cedendo suas histórias e narrativas sendo bem solícitos (as) como também convidando mais pessoas a participar dele.

⁸Na introdução às entrevistas, além dos dados habituais sociodemográficos foi-se indagado sobre como os (as) colaboradores (as) se identificavam étnico-racialmente.

tanta coisa difícil que passou, sua capacidade de resiliência e de galgar seus sonhos, pois o ensino superior era também uma de suas metas:

“O meu caminho foi bem árduo, né? Eu sou de uma família da periferia, de um lugar chamado Beco da Vaca que fica no Bairro de nossa Senhora de Nazaré, nas adjacências ali próximo da rodoviária, e a gente veio de uma família é... onde todo mundo conseguiu concluir o ensino médio, tudo em escola pública. Mas, a gente já teve histórico de um dos nossos irmãos ser assassinado dentro de casa com a gente vendo... a gente teve histórico de várias banalidades que aconteceram, de envolvimento com drogas, com tráfico, tudo isso a gente viu na periferia. E tá chegando hoje no ensino superior, na verdade, é um coroamento por tudo... por tantas coisas que eu já passei na vida. De fato, como eu venho de uma família pobre, então eles não entendem que o espaço pra produção acadêmica é muito importante, às vezes eu tenho dificuldade de ler, de produzir, de construir textos e isso me deixa muito irritada (risos) muitas vezes. Mas eu entendo que a percepção deles pra produção acadêmica é diferente da minha. Eu tô dentro do espaço e eu tô acompanhando como isso é importante na vida de uma pessoa que está estudando, porém eles não. E aí, às vezes, acaba tendo algumas discussões, mas, pra eu chegar até um curso superior, eu tive que apanhar muito na cara. (Mariah)

Descrevendo Mariah pela minha percepção, a pessoa dela eu definiria pela Bandeira LGBTI atual. Mariah tem várias nuances e cores, sempre está envolvida com as mobilizações do movimento, sempre articulada e indo atrás de direitos de todos e todas, isso sem perder a alegria e irreverência. É uma pessoa divertida e mesmo diante de tantas coisas que passou, está sempre de pé. Quando perguntei a ela o que poderia a representar, ela me pediu para trazer a foto do CD da cantora Mariah Carey, (que inclusive ela escolheu como pseudônimo e é também fã da cantora), que compõe o álbum “Rainbow”. Então, algo que define Mariah para além de sua transexualidade é o “Rainbow”.



Capa do álbum “Rainbow” de Mariah Carey, imagem cedida por Mariah

3.2.2.2 Benjamin – O “rapaz família”

Benjamin até a data de sua entrevista, cursava licenciatura em História pela UFRN, sendo um dos primeiros homens trans de seu curso. Nascido em Macau (interior do estado do RN), tem 21 anos, se declara branco (caucasiano) e se denomina homem trans. Até a data da entrevista trabalhava em uma empresa de telemarketing já havia três anos, tendo a função de líder educador. Nunca conseguiu nenhum auxílio da IPES em que estava e isso marcou o seu relato.

A sua entrevista foi realizada em sua casa, onde mora com a esposa e seus animais de estimação, isso na zona Sul da cidade de Natal, no bairro de Nova Parnamirim. A entrevista foi tranquila, porém com ele precisei parar e perguntar se era conveniente continuar, visto a quantidade de conteúdos impactantes e mobilizadores sobre a passagem dele pelo ensino superior:

‘[...] Assim, apesar de, com a transição eu ter conseguido bastante passabilidade, no meio assim, de eu passar nos corredores e as pessoas não estarem nem aí, mas foi... é muito assustador, ser uma pessoa trans dentro de uma universidade que ela... sei lá, tem 40 mil estudantes cis, e eu acho que cinco ou seis são pessoas trans no máximo.*

E aí é muito solitário ser uma pessoa trans dentro da universidade, e principalmente quando a universidade fecha os olhos pra necessidade dessas seis pessoas, porque ela fala assim “eu tenho 44 mil pessoas pra me preocupar, então eu vou me preocupar com essas 44 mil. Vocês são minoria, da minoria, da minoria. E tipo, elas não tão nem aí. E tipo, ela acha que o fato de ela ter colocado meu nome na chamada, o fato de os professores me respeitarem pelo meu nome, já é o suficiente, eu já tenho que ser muito agradecido por isso, e não é, porque na verdade, o que eu esperava da universidade era que ela fosse maleável, que ela fosse compreensiva no sentido de “eu posso ter, né? eu posso formar uma pessoa trans para estar capacitada, estar apta para o mercado de trabalho para que essa pessoa possa ter uma vida melhor, mas não, não foi isso que a universidade fez comigo.” (Benjamin)

Descrevendo Benjamin pela minha percepção, ele realmente parece um rapaz ligado a sua esposa e seus animais de estimação. Parece bem cuidadoso com a esposa e preocupado, onde o vi auxiliá-la em tarefas domésticas quando estava realizando a entrevista. O amor por seus animais é visível, pois parou a entrevista algumas vezes para mostrar seus animais dormindo “com um sorriso no rosto” ou agitados “pulando de alegria”. Comuniquei a ele que me enviasse uma foto que o mostrasse para além de sua transexualidade, onde gostou da ideia, e me enviou a foto abaixo, que é de sua autoria e que o representa porque ele gosta da simplicidade, cumplicidade e a naturalidade.



Imagem cedida por Benjamin

3.2.2.3 Marilyn – A garota imponente e artista!

Marylin, até a data de sua entrevista, cursava Teatro na UFRN, sendo também uma das primeiras mulheres trans de seu curso. Nascida em Areia Branca (interior do estado do RN), tem 22 anos, se declara branca (caucasiana) e se denomina mulher trans. Até a data da entrevista estava desempregada e sobrevivia com ajudas de auxílios e bolsas da IPES que estava matriculada.

A entrevista aconteceu em sua casa na cidade de Natal, no bairro de Nova Descoberta, zona Sul, a qual ela divide com mais uma amiga. A entrevista foi tranquila, onde Marilyn e eu pudemos nos conhecer melhor. O que me chamou atenção na entrevista de Marilyn foi alguns fatos relatados sobre ela logo assim que eu desliguei o gravador e, que por respeito ao vínculo e relação que temos, não serão mencionados. Um pouco sobre ela:

“Eu decidi fazer Teatro porque desde sempre... assim...quando eu tava com meus 14 anos, eu praticava muitos esportes e fazia teatro, dança, música, então, quando eu decidi fazer Teatro foi pra tentar vir aqui em busca de mais conhecimento sobre essa arte que lá na minha cidade era ainda muito fraco e estava cada vez mais se perdendo por causa de política suja, sabe? E, depois vim pra cá e achava que era um garoto gay, e também eu nunca tinha conversado com meus pais sobre isso, sobre "ai.. sou gay", mas eles sabiam acho... enfim... não tenho muito como entender como era porque eles sempre me trataram muito bem, então nunca era um tabu pra mim, só assim, de querer e contar pra eles, eu tinha medo de descobrir qual seria a reação e eu sempre deixava meio escondido, bem escondido mas entre aspas, né? (risos) não dava pra esconder. E quando eu vim a descobrir novas coisas, eu comecei a me entender, eu era muito nova, eu tinha 17 anos, então tudo pra mim era muito novo, muito único e comecei a me entender enquanto uma mulher aqui em Natal.”
(Marilyn)

Descrevendo Marilyn pela minha percepção, sempre a vejo como imponente e majestosa, além de ser muito meiga e bonita, sempre nos encontramos na nossa IPES, onde sempre temos assunto para dialogar, inclusive das nossas vivências enquanto pessoas trans universitárias, ela está sempre lá serena e majestosa. A imagem que pediu que eu mostrasse e que faz lembrança a ela é uma imagem de Marilyn Monroe (pseudônimo escolhido por ela) que era atriz, modelo e cantora de Hollywood. A escolheu, porque assim como Marilyn, ama

arte e é artista. Então algo que define Marilyn, para além de sua transexualidade, é que ela é artista.



Marilyn Monroe, imagem cedida por Marylin

3.2.2.4 Troy Bolton – Calmaria em pessoa

Troy Bolton, até a data de sua entrevista, cursava Pedagogia na UFRN e técnico em Administração integrado ao ensino médio pelo IFRN. Nascido em Natal, tem 19 anos, se declara branco (caucasiano) e se denomina homem trans. Mora em Parnamirim (município pertencente a Grande Natal) com os pais e o irmão e até a data da entrevista estava desempregado, mas, por querer se dedicar aos estudos e ter pais que o ajudam com essa questão.

A entrevista aconteceu em uma das IPES em que estuda, no caso o IFRN e foi bem tranquila, pois ele conseguiu uma sala e podemos nos conhecer melhor. Dentre os (as) colaboradores (as) da pesquisa, ele é o que possui a melhor questão de renda e estabilidade pois os pais são pós-graduados e professores, sendo o pai professor de uma IPES do RN. O diálogo com ele foi muito interessante e frutífero, inventivo. Troy quer ser professor igual aos pais:

“O curso técnico foi o primeiro que eu entrei em 2014, foi através do exame de seleção do IFRN, na época eu ainda não me identificava como trans, eu ainda estava

no início do processo assim...de reconhecer as coisas. Já pra pedagogia, foi o curso que eu sempre quis, desde muito pequeno, assim...existiam sempre variações, eu queria pedagogia e outra coisa...mas eu, a minha grande vontade era de ser professor, minha família inteira é de professores e eu gosto realmente disso, então eu decidi por pedagogia só no ano passado mesmo, antes eu queria fazer filosofia ou letras e acabei indo pra pedagogia por pegar todas as disciplinas e entender como é que as pessoas aprendem...acho isso muito interessante e uma coisa que que tenho muita vontade de estudar é sobre o ensino do gênero na escola [...]” (Troy Bolton)

Descrevendo Troy pela minha percepção, posso dizer que me senti numa tarde na praia a beira mar, pois ele é um rapaz bem calmo, até tímido, mas que passa muita leveza. Ele já sabia de minha existência, porém eu não sabia da dele. Mencionou como uma palestra que eu dei e o pai dele assistiu, impactou significativamente a vida dele e isso foi muito gratificante. Troy também gostou da ideia de mandar algo que o representasse, e mandou uma foto clássica do Livro “Pequeno Príncipe” de Antoine de Saint Exupery. Em suas palavras do porquê da escolha dessa figura:

“Sobre a imagem, eu gosto dela por parecer ser algo que não é. Você precisa se aprofundar e ter o olhar da criança pra entender. É lúdica e me faz pensar nas coisas que perdi em mim enquanto fui crescendo, mas que posso encontrá-las novamente se me esforçar.” (Troy Bolton)

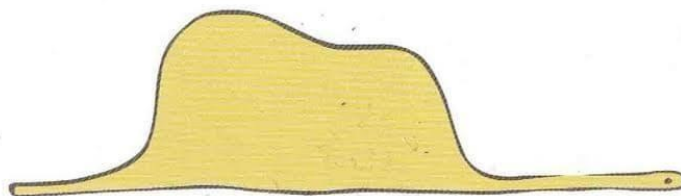


Imagem cedida por Troy Bolton

3.2.2.5 Coraline – A jovem mulher “beauty and babadeira”!

Coraline, até a data de sua entrevista, cursava Gestão Ambiental no IFRN, sendo também uma das primeiras mulheres trans nesse curso. Nascida em Natal, tem 22 anos, se declara negra e se denomina uma mulher trans. Mora com colegas em Nova Parnamirim, zona Sul de Natal. Além de ter auxílios da instituição em que estuda, também tem ajuda de sua mãe e trabalha autonomamente pois, possui uma lojinha onde vende maquiagens. Ainda é influenciadora digital tendo um canal na plataforma “Youtube”.

A entrevista aconteceu em sua IPES e foi bem tranquila, onde ela conseguiu uma sala. Pude notar que ela é bem enturmada e conhecida em sua IPES, sempre que nos deslocávamos para algum lugar, tinha sempre alguém para abraçá-la e cumprimentá-la. Tem a sua IPES como uma casa, um lugar acolhedor:

“Mulher, enquanto eu estou dentro desses muros parece que é Alice no país das maravilhas, porque aqui dentro do muro, ele me protege das coisas do mundo, é...é como as pessoas falam, Mariah fala, enquanto a gente tá aqui dentro, é tudo maravilhoso, a gente tem assistência, a gente tem médico, tem psicólogos, tem aquela, toda aquela base social, assistentes sociais e todos eles sabem dessa condição de identidade que a gente tem, respeitam e sabem respeitar, mas o maior problema não está aqui ,tá quando a gente sai pro lado de fora, quando a gente começa a criar as asas [...]” (Coraline)

Descrevendo Coraline pela minha percepção, pude ver uma jovem muito animada, divertida, bonita e bem enturmada. Também a vejo bem ligada a coisas de beleza como maquiagens e produtos da área. Se você jogar qualquer papel no chão, mesmo que derrube sem querer, levará um sermão, e com razão, pois preservar o meio ambiente é preciso. A imagem que ela mandou é de seu canal no Youtube, onde além de falar de sua vida pessoal, ela faz avaliações de várias coisas, dentre elas músicas, isso tudo com muito humor e irreverência. Então, Coraline para além de sua transexualidade, quer ser mostrada como influenciadora digital.



Imagem cedida por Coraline

3.2.2.6 Jacques – O psicanalista divertido!

Jacques é formado em Letras com Habilitação em Libras pela UFERSA. Nascido em Mossoró (interior do estado, mais precisamente denominado de alto-oeste potiguar), tem 22 anos, se declara branco (caucasiano) e se denomina homem trans. Atualmente trabalha como professor da UFERSA, Campus Caraúbas, sendo professor substituto do curso de Letras com Habilitação em Libras, e trabalha também como intérprete de Libras pela UERN. Ele é o primeiro homem trans professor da instituição (UFERSA) além de ser também um dos pioneiros em sua graduação. Relatou que sua vida e moradia vive em torno dos dois trabalhos. Um pouco sobre Jacques:

De certa forma, eu fiz o ENEM, ingressei na minha primeira tentativa, e foi a primeira turma do curso de Letras Libras da UFERSA Caraúbas, e eu disse “é pra cá mesmo que eu vou”. Minha irmã é surda e tal, então sempre rolou uma afinidade com a língua etc.[...]’ (Jacques)

“Sair da universidade e se imaginar num espaço voltado para a educação é grandioso. Eu saio daqui não apenas com essa licenciatura, mas com a missão de voltar para a educação e discutir gênero e sexualidade [...] temos que discutir sim, nós, pessoas trans existimos e temos que ocupar todos os espaços como esse da universidade” (Jacques)⁹

⁹Trecho retirado da entrevista que Jacques deu a UFERSA e que é bem pertinente para sua descrição. Disponível em: <https://assecom.ufersa.edu.br/2018/10/04/transpondo-barreiras/> . Acessado em 10 de abril de 2019

Descrevendo Jacques a partir da minha percepção, o vi como um rapaz muito inteligente, gentil, divertido e articulado, que adora psicanálise (está fazendo uma formação em Psicanálise e diz gostar muito desta) e na palestra que participamos em conjunto, pude ver o quanto ele gosta e se realiza em seu trabalho, o quanto ele também é poético. Quando eu solicitei algo que o definisse, ele mandou a foto que se tornou a capa desta dissertação porque ela realmente simboliza o título deste trabalho “(Trans)passando os muros do preconceito e adentrando a Universidade”. Então, Jacques, para além de sua transexualidade, quer ser mostrado andando sobre um caminho de pedras florido pétalas rosas advindas de um Jambeiro.

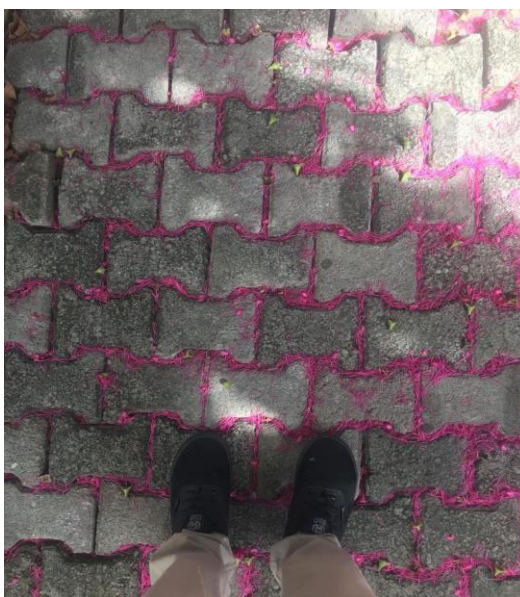


Imagem cedida por Jacques

3.2.2.7 Marina – A professora de geografia e mulher fitness!!!

Marina cursou Licenciatura plena em Geografia pela UERN, sendo pioneira em sua IPES e curso. Nascida em Mossoró, tem 27 anos, vive atualmente na cidade de Assú (interior do estado do RN), se declara parda e se denomina mulher trans. Seus pais biológicos já são falecidos, vive sozinha, atualmente trabalha como cabeleireira e dá aulas particulares de reforço em Geografia.

O contato de Marina foi conseguido através de Mariah, que mencionou pesquisa e quando entrei em contato com Marina, ela foi solícita e quis participar. Porém, como morava longe e por Skype não se poderia fazer a entrevista por falta de condições materiais da colaboradora, sugeri que, se ela não teria algum evento aqui na capital (Natal), onde eu poderia ajudá-la com suas passagens e até um lugar para ficar se assim ela quisesse, e dessa maneira realizar a entrevista. Ela aceitou e então nos encontramos na UFRN, onde tecemos diálogos muito abrangentes e realizei a entrevista na sala da base de pesquisa. O relato de Marina além de muito forte e impactante mostra a resiliência e determinação pois mesmo diante de tantos “nãos” e dificuldades, nunca desistiu de se formar:

“[...]e eu fui aquela pessoa, eu sempre era espreitada, pra frente, que não leva desaforo pra casa. Se você tá na sua razão, então a razão é minha e eu vou atrás dela. Então ali, eu não fiquei calada ali, porque você sabe que hoje tem muitas trans que é oprimida e ela se guarda, então eu não fui. Eu sempre fui daquelas que tipo " não, perai"! Fui lá fui tentar resolver e foi quando o departamento todo começou a se mobilizar, até porque chegou uma trans, nunca tinha chegado uma trans naquela universidade, “vixe, ela já é assim”. O meu professor mesmo já me olhava com outros olhos, quando eu fui uma das melhores da minha turma. Então no olhar dele eu não era só mais uma ali, aí na verdade eu comecei a entender que ele pensou tipo “Ah nunca tive uma aluna trans”, talvez no dia a dia dele, ele não tenha na vizinhança, não é acostumado a ter contato, quando ele teve uma aluna trans, pra ele foi um susto. Tá aqui, caiu de paraquedas, algo assim? Mas quando ele viu que eu estava ali porque eu queria, porque eu estava ali pra estudar, eu acho que os olhares mudam, [...]” (Marina)

Descrevendo Marina pela minha percepção, posso dizer que ela é uma mulher com muita garra e força, uma mulher que realmente foi em busca do que queria, serve de exemplo e inspiração para muitas pessoas trans, pois foi impactante saber que ela escreveu o trabalho de conclusão de curso dela (TCC) usando os computadores da universidade porque não tinha como comprar um, ou pedindo os dos colegas de classe emprestado. Marina é vaidosa e adora fazer exercícios físicos como forma de cuidar do corpo, tendo uma aparência bem de “garota fitness”. Quando solicitada sobre algo que a representasse mandou a foto de uma flor de um cacto. Em suas palavras do porquê da escolha dessa figura:

“A imagem desse cacto me representa, ao ponto de ser forte e resistente, ao ser um ser humano julgada pela sociedade, vista como uma imagem de má impressão, rejeitada, criticada, entre outros. Mesmo assim consegui brotar, mesmo com espinhos, estudar, trabalhar, ir à academia, coisas que amo fazer. Mesmo que o mundo conspire contra e diga que eu não posso, eu vou lá e faço meu melhor, e melhor, poder aproveitar o dia como se fosse único” (Marina)



Imagem cedida por Marina

3.2.2.8 Amy Lee – A mulher Geek, Otaku e Nerdzinha!

Amy Lee, até a data da entrevista, cursava licenciatura em Letras Espanhol no IFRN, sendo uma das pioneiras em seu curso. Nascida em Natal, tem 31 anos, reside em Natal, no bairro do Tirol, onde mora com seu esposo. Se declara branca (caucasiana), se denomina mulher trans e atualmente está desempregada, porém tem auxílios das IPES em que estuda e seu esposo a auxilia financeiramente também.

A entrevista de Amy Lee ocorreu em sua IPES, logo após eu entrevistar Coraline. Amy Lee chegou, indagou sobre o que era a pesquisa e perguntou se podia participar. Então, conseguimos um lugar para dialogarmos e a entrevista aconteceu tranquilamente. Assim como Marilyn, quando o gravador foi desligado, ela começou a relatar mais fatos de sua vida, fatos até profundos onde a história dela é bem impactante. Também foi feita a escolha de não se

mentonar e respeitar a trajetória da colaboradora. Gosta bastante de sua IPES onde relata não sofrer discriminação:

“Assim... eu tava muito, né? Tipo “ai meu Deus primeira vez que eu vou enquanto pessoa trans pra um ensino superior e tal” mas, pelo menos assim, o campus que eu tô é um dos mais tranquilos, o campus Natal central é o mais diverso que você pode ver em questão de gênero de trans, de pessoas com diferentes sexualidades, é o mais tranquilo de todos, tanto que eu faço parte de uma pesquisa que mapeia a lgbtfobia no RN e agora a gente tá focando nos outros campis, tem campus no interior do estado que, por exemplo, mesmo quem é gay, por exemplo não chega a ser trans, eu só boto o aspecto gay que é mais tranquilo, vamos dizer assim, sabemos que não é...que sofre muito preconceito, eu não vivi isso no IF. [...]” (Amy Lee)

Descrevendo Amy Lee a partir da minha percepção, vê-se uma garota divertida e muito cômica, além de muito inteligente e bonita. Amy Lee adora jogos on-line, cultura geek, animes, e realmente ela me pareceu uma garota bem otaku e nerd. Estar com ela nesse diálogo foi muito interessante e frutífero onde a percebi mais como pessoa, tivemos muita coisa em comum. Quando indagada sobre a foto, achou a ideia pertinente e concordou com a minha descrição sobre ela. Então, Amy Lee para além de sua transexualidade, quer ser vista como garota geek, otaku e nerdzinha!

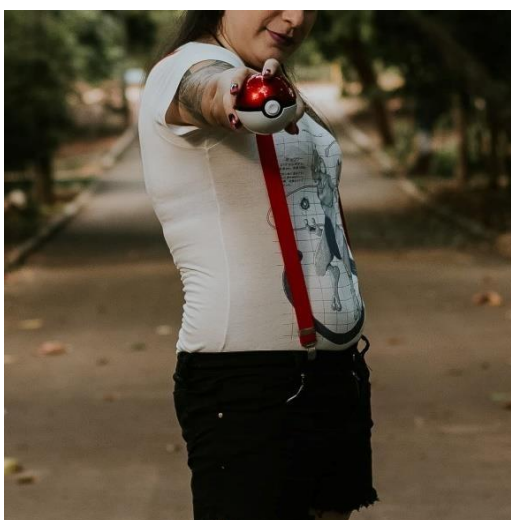


Imagem cedida por Amy Lee

3.3. Passos na construção dos dados da pesquisa

Para consecução dos dois primeiros objetivos específicos se utilizou, para este trabalho, a análise documental, visto que:

O uso de documentos em pesquisa deve ser apreciado e valorizado. A riqueza de informações que deles podemos extrair e resgatar justifica o seu uso em várias áreas das Ciências Humanas e Sociais porque possibilita ampliar o entendimento de objetos cuja compreensão necessita de contextualização histórica e sociocultural (Sá-Silva, Almeida, & Guindani, 2009).

Vale salientar, segundo os mesmos autores, que a pesquisa documental seria um procedimento que usa de vários métodos e até técnicas para a apreensão, o entendimento e também a análise de documentos dos mais variados tipos, sendo seu foco, assim como a pesquisa bibliográfica, o(s) documento(s). Aqui, buscar-se-á conhecer e analisar as resoluções das instituições públicas superiores do RN relacionadas com questões trans*.

Assim, realizou-se uma busca na internet (mais precisamente nos sites das instituições públicas de ensino superior do RN), de resoluções que contenham as palavras: "trans", "travesti", "transexual" e também nos documentos que têm como função ser manuais de regimentos das graduações dessas IPES. O estado do RN possui quatro instituições públicas de ensino superior, sendo que foram seus regimentos e resoluções que foram alvo desta busca.

Para a análise sobre como essas políticas chegaram aos usuários e usuárias, bem como analisar quais demandas esse público teve ao acessar às IPES e também conhecer os seus contextos, utilizou-se a técnica de entrevistas por pautas, em que se teve alguns tópicos ou perguntas gerais que nortearam a entrevista, porém, que permitiram que o/a colaborador/a tivesse uma flexibilização e que o/a mesmo/a também se sentisse livre para colocar algo ou perguntar, onde a proposta foi propiciar um espaço de fala para colaboradores/as, a fim de compreender melhor os seus sentidos e significados (Fraser &

Gondim, 2004). A escolha por utilizar entrevistas se deu porque este procedimento pode trazer várias vantagens, sendo que:

Uma delas é a de favorecer a relação intersubjetiva do entrevistador com o entrevistado, e, por meio das trocas verbais e não verbais que se estabelecem neste contexto de interação, permitir uma melhor compreensão dos significados, dos valores e das opiniões dos atores sociais a respeito de situações e vivências pessoais. Outra vantagem é a flexibilização na condução do processo de pesquisa e na avaliação de seus resultados, visto que o entrevistado tem um papel ativo na construção da interpretação do pesquisador (Fraser & Gondin, 2004, p.140).

O roteiro teve como eixos norteadores: 1) O que significa ser uma pessoa trans na universidade; 2) Quais as demandas por ser trans se colocam para a Universidade; 3) e como a universidade tem atendido às demandas apontadas pelo público trans.

3.4. Análise dos dados

A partir das entrevistas, utilizou-se a análise de conteúdo, como forma de ampliar o acesso às falas dos e das entrevistadas, analisá-las e problematizá-las. A análise de conteúdo é:

uma técnica de pesquisa que trabalha com a palavra, permitindo de forma prática e objetiva produzir inferências do conteúdo da comunicação de um texto replicáveis ao seu contexto social. Na Análise de conteúdo o texto é um meio de expressão do sujeito, onde o analista busca categorizar as unidades de texto (palavras ou frases) que se repetem, inferindo uma expressão que as representem (Caregnato & Mutti, 2006, p. 682).

Para que a análise das entrevistas seja feita segundo a análise de conteúdo, Bardin (2011) sugere três passos: o primeiro sendo a pré-análise, o segundo sendo a exploração do material, e o terceiro sendo o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação.

Discorrendo sobre eles, o primeiro passo é uma fase destinada unicamente à organização, em que se pode dispor de vários elementos como: leitura flutuante, escolha de documentos, formulação de hipóteses e objetivos, referenciação dos índices e

a elaboração de indicadores e também a preparação do material, tudo isso para que ao final se possa fazer a interpretação dos dados. Já o segundo passo refere-se à decodificação do material, que inclui decodificação ou enumeração, e esta se dá a partir de critérios previamente formulados. E, por fim, o terceiro passo consiste em verificar os dados de forma que eles sejam significativos e válidos, para que assim se possa estipular inferências e também propor interpretações referentes aos objetivos previstos. Ainda acrescento que "nessa última etapa se faz a categorização, que consiste na classificação dos elementos segundo suas semelhanças e por diferenciação, com posterior reagrupamento, em função de características comuns" (Caregnato & Mutti, 2006, p.683).

O material foi analisado à luz das lentes teóricas já citadas anteriormente como: Transfeminismo (Jesus & Alves, 2010; Almeida, 2012a; Jesus, 2014a; Jesus, 2014b; Simakawa, 2015; Oliveira, 2015; Bagagli, 2016), e ainda se utilizou a perspectiva do feminismo interseccional proposto por Davis (2004; 2016).

3.5. Cuidados Éticos

Como se entrevistou pessoas, o projeto foi submetido a Plataforma Brasil e enviado ao Comitê de Ética em Pesquisa da UFRN (CEP/UFRN). Foi aprovado sob o número de parecer: 2.803.353. O intuito dessas avaliações é não ferir Direitos Humanos ou a integridade moral e psicológica dos participantes, além disso, foi criado um termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) para os/as participantes, em que os/as mesmos/as tiveram os procedimentos explicados por escrito (além de oralmente), onde puderam inclusive sair do processo a qualquer momento que desejassem, além do total sigilo que se manteve em relação à identidade dos/as participantes. Adotou-se um pseudônimo para cada um (a). Fez-se ainda um termo para gravação de áudio e voz (TGA).

Também foi dialogado com os colaboradores(as) sobre um possível encaminhamento para as clínicas-escola de Psicologia do Estado do RN, caso eles (as) achassem pertinentes, onde a pesquisadora se deixava disponível, facilitando o acesso deles/as a esses serviços, bem como esclarecendo eventuais dúvidas sobre eles. Isto é posto como ponto fundamental de cuidado ético, visto que, ao responderem às perguntas previstas na entrevista por pautas, essas pessoas podem acessar conteúdos que as mobilizem e que de alguma forma possam trazer lembranças que desencadeiem algum sofrimento maior.

Ainda se teve o cuidado ético de, ao analisar e problematizar as falas das entrevistas, deixar que os/as sujeitos/as participantes revisassem e dissessem se concordavam com a posição colocada pela pesquisadora, pois este grupo se encontra em grande vulnerabilidade e muitas vezes é silenciado. Eles/as são colaboradores/as, então é importante que eles/elas tenham, literalmente, voz e que ela seja ouvida de fato.

Por último, coloco como cuidado ético utilizar nas entrevistas termos e nomenclaturas desejadas pelos/as participantes, assim como seus respectivos nomes sociais e suas identificações de gênero, mesmo que não tenham alterado ainda seus documentos. Teve-se a sensibilidade de sempre evitar termos que estereotipem ou exotifiquem ainda mais essa população

4. Pensando questões e (trans)tornando-as

*Eu não odeio meu corpo.
Eu não nasci no copo errado.
Não me venha falar que ele é inadequado.
Se eu mudo é para melhorar o que sinto
que possa ser melhorado.
Se eu mudo é porque mudança faz parte da vida
E eu não quero me sentir parado.
Cada forma.
Cada traço.
São todos pedaços de quem eu sou
Comecei só como um rabisco.*

*Agora estou transcendendo o padrão fabricado.
 E ninguém tem nada com isso.
 E não tem nada de errado.
 Eu sou o eterno rascunho da vida. [...]
 (Mota, 2017, p.74)*

Para falarmos sobre as questões de pessoas trans* as quais nos debruçaremos neste capítulo, é importante saber que houve uma história anterior ao movimento de pessoas trans*, marcada inicialmente por pessoas homossexuais, homens gays cisgêneros em sua grande maioria. Então, para podermos compreender melhor as questões trans, é necessário ir ao cerne do movimento, ver seus desdobramentos para podermos, assim, chegarmos às questões atuais.

Também se discorrerá sobre a história do movimento de travestis e transexuais, no Brasil, trazendo sua história e consolidação, falando um pouco ainda de uma categoria que se encontra invisibilizada dentro do próprio movimento: os homens trans. Ademais, discute-se a diferenciação entre identidade de gênero e orientação sexual e porque as demandas das pessoas trans tem a ver com a primeira categoria e, na maioria das vezes, diferenciam-se da segunda. Ainda se faz uma discussão sobre as pessoas que transcendem a norma e como algumas categorias emergem e passam a nomeá-los, e não só isso, transformá-los em patologias. Objetiva-se, então, neste capítulo, apresentar uma relação de dados que mostram o quanto a questão trans ainda é muito vulnerável, em nosso país, fazendo com que essa população sofra um genocídio e pereça na marginalização, não tendo acesso a direitos básicos.

Por fim, é evidenciado que, apesar de tanta vulnerabilidade, algumas pessoas conseguem mostrar experiências exitosas e ressalta-se o quanto o acesso ao ensino superior pode ser um fato importante para a emancipação e busca de cidadania por essas pessoas, mas que ainda é permeado pela transfobia.

4.1. Início e desdobramentos de um caminho de resistência

Pensar a trajetória do movimento LGBTI¹⁰ (Lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros e intersexos), no Brasil, é se referir a um período relativamente curto, porém com uma trajetória marcada por resistência e luta. Um movimento que começa tímido, no final da década de 1970, logo se tornará expressivo, fazendo com que nosso país se destacasse quanto ao número de Paradas do Orgulho LGBTI. Esse movimento tem sido uma das maiores manifestações públicas de massa no país sobre questões LGBTIs (Simões, 2010). Faz-se necessário lembrar que as questões que englobam os sujeitos políticos desse movimento são questões de *gênero e sexualidade* (Facchini, 2011), visto a pluralidade de pessoas e letras que o compõe.

Aqui se tentará esboçar essa trajetória mostrando as fases que o movimento teve, ressaltando-se que não se colocará toda a história - até porque essa é uma tarefa praticamente impossível - mas, mostrar suas nuances desde o início até agora, pensando em como esse movimento mudou ao longo do tempo. Busca-se então "[...] oferecer uma reflexão introdutória sobre o significado do processo de politização das identidades sexuais e de gênero ocorrido entre nós nas últimas décadas" (Simões & Facchini, 2009, p.11), partindo de um movimento que era predominante homossexual, até chegar às letras LGBTI que se utiliza atualmente. Não se pode perder de vista, também, que discorrer sobre esse movimento é entrar em uma temática que, ao mesmo tempo em que é marcada pelo espaço de diálogo, é também marcada por tensões e conflitos conceituais, políticos e até mesmo identitários. (Terto & Souza, 2015).

Antes mesmo de se estruturar um movimento nacional de resistência, houve em 28 de junho de 1969, em Nova York, nos Estados Unidos, uma revolta que ficaria conhecida como

¹⁰Apesar de sabermos que a sigla contém mais letras e, por conseguinte, denominações, adotá-la-emos em sua forma mais corriqueira que é a apresentada em questão, porém isso também revela (Simões & Facchini, 2009) que a denominação atual, até mesmo pelo percurso recente, está aberta e sujeita a contestações, alterações e até mesmo metamorfoses. Ainda sobre a sigla, é trazido, por Jaqueline Gomes de Jesus (2012), que em alguns países a sigla possui outro formato: TLGB (Chile), LGBTTTI (Portugal) e LGBTTTQIA (Estados Unidos da América).

"A revolta de *Stone Wall In*", nome do bar onde aconteceu a revolução e o ato de resistência que, inclusive, era frequentado majoritariamente por LGBTIs. Naquela época, as pessoas LGBTIs viviam sendo presas e violentadas pela polícia aonde quer que fossem. Guardas se fantasiavam a paisana para justamente adentrar os locais LGBTIs e prendê-los, visto que as pessoas desse grupo muitas vezes eram expulsas de casa e as portas de trabalho se cerravam, e logo tinham que recorrer ao tráfico de drogas e à prostituição para darem conta de demandas básicas de suas vidas (Rodovalho, 2017).

Porém, cansados de serem violentados, resolveram não mais abaixar a cabeça e então se rebelaram, já que o bar vivia sendo alvo de perseguição e ações truculentas pela polícia. Um ano depois, em 1970, a ação de se rebelar desencadeou a primeira parada do Orgulho LGBT, que foi realizada em primeiro de julho do mesmo ano e depois influenciou as paradas mundo afora, inclusive no Brasil (Queiroz, 2013). A revolta de *Stone Wall Inn* se tornou, desde então, o marco para a resistência LGBTI, e o dia 28 de junho passou a ser o dia internacional de combate à LGBTIfobia, e isso teve repercussão no mundo todo.

Apesar de esse dia e evento serem considerados um marco para a história do movimento internacional, houve, em alguns países, movimentos de homossexuais anteriores a essa data, como: a criação do COC (*Center for Culture and Recreation*), na cidade de Amsterdã em 1940, e o *Mattachin Society* e o *Daughters of Bilitis* que emergiram no decênio dos anos 1950, nos Estados Unidos (Facchini, 2011). Já a referência ao termo "homossexualidade", a primeira vez que ele foi utilizado de forma pública se deu em 1869, em um folheto difundido pelo escritor e reformador social Karl Maria Kertbeny (Leite, 2008), além de que, segundo este mesmo autor, havia um grupo, localizado na Alemanha, que também travava embates 'visando a descriminalização da troca sexual entre pessoas do mesmo sexo biológico' (Leite, 2008, p. 110).

Cabe ressaltar que as fases período do movimento homossexual no Brasil, e posteriormente LGBTI, foram separadas em algumas "ondas/tendências", as quais estavam também condicionadas aos contextos políticos sociais de cada época (Simões & Facchini, 2009; Facchini, 2011) e, aqui será discorrido sobre elas brevemente, explicitando cada uma.

No Brasil, é consenso que o movimento se inicia no final dos anos 1970 e é composto por homossexuais, em que emergiram coletivos que eram exclusivamente destinados à militância política, que tinham como componentes pessoas que se declaravam homossexuais e que se voltavam para disseminar uma nova representação e percepção sobre a homossexualidade, visando se contrapor às noções pejorativas vigentes como: algo pecaminoso, "falta de vergonha na cara", e até mesmo a associação à uma patologia (Simões, 2010).

Um ponto relevante que é dado para essa época, por volta de 1978, é a criação do "*Grupo Somos*", em São Paulo, e aliado a isso, o lançamento, no Rio de Janeiro, do jornal em formato de tabloide que era denominado de "*Lampião*", que se debruçava em "um enfoque acentuadamente social e político da homossexualidade, assim como outros temas políticos e afins e até então considerados 'minoritários', como o feminismo e o movimento negro" (Simões & Facchini, 2009, p.13). Então, aqui temos a denominada "primeira onda", que tinha também como contexto político a questão da ditadura militar (mesmo que em seu final), onde em um meio pautado na dura repressão, organizar grupos de mulheres e homens homossexuais foi essencial para o desabrochar do movimento e sua continuidade. Nota-se que, apesar de recente, esse movimento tem quase 40 anos e persiste até a atualidade, o que denota um caráter de resistência, mas também de que lutas ainda precisam ser travadas.

Já na denominada "segunda onda", que iria do decênio de 1980 até meados de 1990, o movimento tomaria um contorno destoante que marcaria outra forma de atuação. Rodrigues

(2011) afirma que é nesse período que o movimento sofreria uma desarticulação, sendo esta propiciada pelo aparecimento da epidemia da AIDS, causando até mesmo um "baque" ao movimento. Já Facchini e França (2009) corroboram que a epidemia da Aids foi fator de desmobilização dos grupos da época - em que vários líderes do movimento se voltam para o combate e prevenção da epidemia - entretanto, acrescentam que o término do Jornal "*Lampião*", importante canal de veiculação e comunicação sobre essas questões do movimento na época, e também a abertura política pós-ditadura, foram fatores que favoreceram essa desmobilização.

Cabe ressaltar, portanto, que devido à proliferação da Aids, "houve, decerto, um deslocamento importante onde a epidemia deu ensejo a uma inusitada aproximação entre os ativistas homossexuais e as autoridades médicas" (Simões, 2010, p.25.). Nesse contexto, inclusive, segundo o autor, é onde emerge a primeira ONG-Aids brasileira, chamada então de "Grupo de apoio e prevenção à Aids/GAPA", em 1985, e também a primeira reação governamental engendrada no programa estadual de São Paulo, tornando-se pioneiro no país.

Entretanto, não era só a luta contra a Aids que mobilizava os ativistas nessa época. Muitas outras lutas foram travadas em paralelo e até algumas conquistas pioneiras aconteceram. Um exemplo desse pioneirismo foi a remoção da homossexualidade do manual de classificação de doenças do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS), isso no ano de 1985, quando a Associação Federal de Medicina corroborou a decisão, antes, inclusive da própria Organização Mundial da Saúde (OMS). Ainda, o movimento tentou sancionar, na mesma década, aliado à Assembleia Constituinte,- a proibição de discriminação por orientação sexual, almejando incluí-la na Constituição (Simões, 2010). Tem-se, assim, não só uma luta contra a epidemia, mas também uma ação "mais pragmática, voltada para a garantia dos direitos civis contra a discriminação e violências dirigidas aos homossexuais" (Facchini & França, 2009, p.60).

Devido à forte atuação dos grupos em pressionar o Estado a dar uma resposta à epidemia do HIV/Aids, consolida-se uma parceria com o mesmo, em que não só o próprio movimento se amplificou, mas vários grupos passaram a dirigir projetos de prevenção que eram subsidiados por instâncias estatais de combate à Aids, permitindo ainda que alguns se consolidassem em modelos de Organizações Não Governamentais (ONGs). O que se torna curioso é que, na onda anterior, nota-se uma luta por direitos de cidadania LGBTs, a qual é englobada somente no decênio de 1990 na chamada "terceira onda" e que entra por via da política de saúde, no caso, a de enfrentamento às DSTs e Aids e não pela a criação de conselhos de direitos ou constatação das exigências trazidas pelo movimento (Facchini, 2011).

Foi também na "terceira onda" que o movimento deflagrou as novas letras que iriam compô-lo, o que foi permitido por ter havido um maior aparecimento de grupos ativistas, contribuindo assim para que sujeitos de diversas orientações e identidades se somassem ao movimento e, portanto, se refizesse a sigla, em que emergiu a atual "LGBTIs". Ressalta-se a esta onda, ainda, a constituição de grandes grupos regionais e nacionais em torno da temática, além de se intensificar e ratificar as paradas do orgulho LGBT (Simões & Facchini, 2009). Algo que deve ser lembrado é que "nesse momento em que surgem os primeiros projetos de lei¹¹ a favor de LGBTIs, começa a se construir publicamente a ideia de LGBTIs como sujeitos de direitos" (Facchini, 2011, p.17). Salienta-se que, no fim dessa década (Terto & Souza, 2015), no cenário europeu, a corte Europeia de Direitos Humanos, paulatinamente cedia e garantia direitos a LGBTIs. Isso é um dado interessante, visto que, de alguma forma, o

¹¹Aqui se diz respeito a alguns projetos de lei referentes àquele decênio como a questão das uniões homoafetivas (que atualmente já foi aprovado) e a criminalização da homofobia em suas diversas formas (que ainda não foi aprovado é tema de muitas discussões). No momento atual, outras pautas surgem e são bem mais específicas, por exemplo, ainda temos a questão da Lei de Identidade de Gênero, PL (5002/2013, Lei João W. Nery) que também não foi aprovada e que se refere às pessoas Travestis e Transexuais). O Inteiro teor da lei está disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=F7B2C07D158157C4E339285E48694AF1.proposicoesWebExterno2?codteor=1059446&filename=PL+5002/2013

movimento nacional estava exigindo as transformações que estavam acontecendo em outros continentes - mesmo não sendo exatamente as mesmas.

Pensar LGBTIs como sujeitos de direitos se torna um importante passo para a construção da cidadania dos mesmos, podendo, de alguma forma, buscar garantia de direitos fundamentais. Porém, cabe um adendo aqui, no sentido de que mesmo o governo, os movimentos regionais e nacionais estarem pleiteando esses direitos trabalhando intensamente, ainda aparecerão barreiras, se não sensibilizarmos a sociedade como um todo para que apoie as políticas e legislações voltadas a LGBTIs. Prova disso, é estarmos no ano de 2018 e ainda sermos o país que mais mata LGBTIs no mundo, e muitos direitos fundamentais básicos ainda não foram angariados para esse grupo. Vale ressaltar que, com um sistema judiciário composto por candidatos de partidos políticos providos de setores conservadores, muitas vezes aliados à bancada religiosa fundamentalista, coloca em questão se os avanços propostos serão colocados em prática (Terto & Souza, 2015).

Esses fatos marcam o breve percurso da história do movimento em nosso país, em que suas nuances tiveram cores e formas bem marcadas. Mesmo diante de tais avanços, não podemos falar em final do caminho. Mesmo tendo as maiores paradas do Orgulho LGBTIs do mundo e amplificado não só a visibilidade, mas o próprio movimento em nosso país, ainda se precisa avançar muito para que todas as letras, identidades, orientações, expressões e denominações tenham seu espaço de existência garantido, onde nenhuma vida a menos será tolerada. *Stone Wall Inn* foi, literalmente, só o começo.

4.2. E esse "T" da sigla o que significa? "T" é de travestis, transexuais e transgêneros, e não de "transparente".

Como comentado anteriormente, a sigla LGBTI é composta por uma diversidade de letras que remontam também à própria diversidade dos sujeitos políticos que compõem esse

movimento, mostrando o quanto ele é plural e traz consigo especificidades, e que pensar cada uma se faz necessário, caso queiramos atender às demandas desse segmento como um todo.

Assim como o movimento LGBTI tem uma história, o movimento de travestis, transexuais e transgêneros também o têm e não há como explicitar suas demandas sem entender como esse movimento se constituiu. Não será uma tarefa fácil discorrer sobre esse movimento pois, apesar de haver produções consideráveis sobre o movimento LGBTI, mais precisamente sobre o Movimento Homossexual Brasileiro (MBH), ainda se notam lacunas e problematizações sobre a história do movimento "T" em nosso país e, mesmo as travestis e os/as transexuais estando presentes desde o início da luta LGBTI, a história de seu movimento é mais contemporânea (Lino, Freitas, Badaró & Amaral, 2011). Então, ressalta-se que esta historiografia está em construção e que, por isso, as referências são escassas, masque, mesmo assim, não impede a tentativa de se esboçar essa trajetória.

Pontua-se que trazer também a história deste segmento é tirá-lo da subalternização e dar visibilidade a ele, mostrando o quanto as pessoas "T" têm tido uma atuação intensa no cenário nacional, mas que, muitas vezes, são apagadas. Discorrer sobre esse movimento é tratar sobre uma história de luta que está para além da invisibilização.

4.2.1. *Transcendendo a sigla e trilhando um caminho em direção à pauta "T"*

Um fato importante a ser relatado é que, a partir do surgimento da categoria identitária "travesti", os grupos iniciais puderam vir à tona, em que sua organização estava conectada a dois fatores: as políticas de combate à epidemia de HIV/Aids e à violência policial, sendo este binômio o pilar fundamental para o seu surgimento. Evidencia-se ainda que enquanto a categoria "travesti" é discutida em meados dos anos 1980 - e ali suas especificidades começam a ser vistas - a categoria "transexual" passa a ser discutida publicamente por volta

dos anos 1990, com vista a fazer uma diferenciação em relação ao termo "travesti" (Carrara & Carvalho, 2013). Destaca-se que:

Dotadas de uma identidade, as travestis só surgem como categoria a ser incorporada pelo então movimento homossexual quando a opção por uma política identitária começa a se consolidar e as categorias abarcadas pelo movimento passam a ser especificadas. A construção do movimento com base em identidades coletivas, em detrimento de um movimento em torno da questão da homossexualidade, possibilitaria a entrada de travestis sem que seus estigmas fossem relacionados à identidade "homossexual" ou "gay" (como se configuraria anos depois). Para isso, o conceito de orientação sexual foi fundamental para a distinção entre os dois coletivos (Carvalho, 2011, p.25).

Então, a letra T ganha maior visibilidade na sigla no início dos anos 1990 e é a partir daí que os grupos de pessoas trans* passam a atuar com mais intensidade no movimento (Facchini, 2011; Lino *et. al.*, 2011), em que emergiram várias associações de caráter explicitamente ativista¹². Cabe salientar que, até meados do decênio de 1990, não havia uma inclusão manifesta das pessoas ditas travestis e transexuais no Movimento Brasileiro de Homossexuais (MBH).

Esta inclusão se deu a partir de 1995 "onde que, pela primeira vez, organizações de travestis participaram formalmente de um espaço de movimento, no VIII Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas. Foi em seu âmbito que se criava a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis (ABLGT)¹³" (Carrara & Carvalho, 2013. p 332). Um desdobramento desse evento foi a inserção do termo 'travesti' no Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Travestis (EBLGT), ocorrido em 1997 (Simões & Facchini, 2009).

¹² Alguns grupos se extinguiram, outros se tornaram desdobramentos de debates e tensões da época e outros permaneceram até hoje, um exemplo é a ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais), idealizada em 1993 e oficialmente registrada em 2000. Para mais informações: <https://www.facebook.com/antrabrasil/>

¹³ Apesar de os autores pontuarem apenas "Gays, Lésbicas e Travestis" o nome da associação sofreu alterações e está posto atualmente como "Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais" (ABGLT). E sobre ela é importante evidenciar que "A ABGLT foi criada por 31 grupos fundadores e é uma rede nacional mais de 300 organizações afiliadas, sendo a maior organização do gênero na América Latina e Caribe" e "[...] cujo nome e fins foram aprovados em 31 de Janeiro de 1995, data de sua fundação, por 31 entidades, é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e com duração por tempo indeterminado (ABGLT, 2017).

Porém, antes disso, já havia grupos de travestis que se reuniam, no ano de 1992, tentando de alguma forma engendrar uma rede nacional que constituísse uma articulação política dentro do âmbito nacional. Esse grupo só conseguiu se consolidar no ano 2000, quando se criou a Associação Nacional de Transgêneros (ANTRA), em Porto Alegre. Mas, o pioneirismo se deu no sudeste, no município do Rio de Janeiro, em 1993, lugar que se originou a Associação de Travestis e Liberados (ASTRAL), primeira associação de travestis do Brasil. (Lino *et. al.*, 2011), onde também havia um ensejo de organizar travestis em reação à ação violenta cometida pela polícia daquele município, que era realizada fundamentalmente nos bairros da Lapa, Central do Brasil, Copacabana e a própria Praça Mauá, pois estes eram locais tradicionais de prostituição, onde as travestis eram presas indiscriminadamente (Carvalho, 2011). Ainda sobre a Astral:

realizou (*em 1993*) o primeiro encontro nacional para fortalecer as discussões e a articulação do movimento das travestis: o ENTLAIDS - Encontro Nacional de Travestis e Transexuais que atuam na Luta e Prevenção à AIDS, que ganhou espaço, não só junto ao movimento homossexual, mas também junto aos órgãos governamentais. (Lino, *et. al.*, 2011, p.7)

A realização dos ENTLAIDS¹⁴ foi fundamental para a criação e sistematização de um movimento nacional, pois serviram para o fortalecimento do mesmo (Oliveira, 2016), e as políticas públicas de enfrentamento ao HIV/AIDS tiveram grande influência para estruturação de outros movimentos de travestis que emergirão nos próximos anos (Carvalho, 2011).

Resumidamente:

Assim, dois “modelos” se tornam hegemônicos na construção de organizações de travestis no Brasil. Algumas surgem da auto-organização de travestis em resposta à violência policial nos locais de prostituição, e outras a partir do investimento de ONGs do movimento homossexual e ONGs-AIDS em projetos de prevenção junto à população de travestis profissionais do sexo (Carvalho, 2011, p.27).

¹⁴ O ENTLAIDS continua existindo até hoje e realizou o seu 21º encontro em Mato Grosso do Sul, na cidade de Cuiabá (Lucon, 2017). Disponível em: <http://www.nlucon.com/2016/03/conheca-os-canaais-no-youtube-comandados.html>

Posteriormente a este encontro, originaram-se outros grupos como por exemplo, em 1994, o Grupo Esperança, em Curitiba; em 1995, temos a Associação de Travestis de Salvador (ATRAS) e o grupo Filadélfia em Santos; em 1999, na cidade de Porto Alegre, temos o Grupo Igualdade e também se tem a Associação das Travestis na Luta pela Cidadania (Unidas), em Aracaju (Carrara & Carvalho, 2013).

É interessante atentar que, só a partir de 1999, o movimento passa a ser nomeado como "GLBT" - Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais e, então, a incluir a reivindicação do movimento "T" para a inclusão dos termos "travesti" e "transexual", que havia sido acordado na I Conferência Nacional GLBT (Brasil, 2008). Ademais, o termo 'transexual' estaria mais em voga a partir da metade do decênio 2000, mas isso não impediu que algumas representações compostas por essas pessoas surgissem anteriormente, como exemplo, temos em 1995 o GTB (Grupo Brasileiro de Transexuais) e, em 1997, o MTC (Movimento de Transexual de Campinas) (Carvalho, 2011). Como já dito anteriormente, a ANTRA permanece até hoje e, também, no cenário nacional, tem se destacado a Rede de Pessoas Trans do Brasil (Rede Trans Brasil¹⁵), criada em 2009, na cidade do Rio de Janeiro.

Atenta-se ainda que o termo "transexual" é oriundo do saber biomédico, em que este também teve mais visibilidade a partir das resoluções do Conselho Federal de Medicina que regulamentavam e instituíaam o processo transexualizador no Brasil. Sobre o termo "transgênero", Facchini (2005) afirma que o movimento internacional teve influência para que se adotasse este termo e que houve uma tentativa de inseri-lo em São Paulo, na Parada de 1999, mas que o termo não foi bem aceito entre o movimento de travestis e transexuais.

¹⁵Ainda sobre a Rede Trans Brasil: 'A Rede hoje ainda conta com espaço na Comissão Nacional de Articulação com Movimentos Sociais (CAMS), Conselho Nacional de Combate à Discriminação LGBT (CNCD/LGBT), no Conselho Nacional de Saúde (CSN), Conselho de Serviço Social e Comitê Técnico de Cultura LGBT (RedeTrans, 2017a) . Disponível em; <http://redetransbrasil.org/a-rede.html>

Todavia, já vemos atualmente algumas pessoas utilizando este termo ou até mesmo 'pessoa trans' para se referir a sua especificidade, mesmo sendo uma pessoa travesti ou transexual.

Mesmo conseguindo se colocar como uma parte da sigla, o que se compreende é que a história do movimento de travestis e transexuais é marcado por várias rupturas e uma constante busca por diferenciar¹⁶ as primeiras dos/das segundas, onde o movimento de transexuais se distingue, justamente desde seu nascimento, por estar alinhado a uma ação política, e até pedagógica, em torno de esclarecer sobre a questão da transexualidade e no empenho de conseguir políticas médicas ligadas a tecnologias de modificações corporais, incluindo a cirurgia de redesignação sexual (Carrara & Carvalho, 2013).

Isso não quer dizer que travestis não possam também usufruir das conquistas desse movimento, pois assim como as pessoas transexuais, muitas travestis têm demandas de modificação corporal, como o implante de próteses, acesso a hormonioterapia, laser para depilação de pelos faciais e corporais, cirurgias de feminilização faciais e, no âmbito jurídico, o desejo de retificar seu nome e gênero em documentos civis.

Nos trabalhos que remetem à história desse segmento, sempre trabalharam e evidenciaram travestis e mulheres trans, em que não vemos menção alguma aos homens trans, sendo que eles provavelmente estavam constituindo de alguma maneira essas lutas. Portanto, sobre a história do movimento travesti e transexual brasileiro, é posto que, até o decênio de 2000, este foi constituído majoritariamente por mulheres trans no que tangia à pauta

¹⁶ E não se tem o intuito aqui de fazer tais diferenciações visto que essas linhas são muito tênues e também muito tensionadas pela a própria comunidade, onde a mesma não tem um consenso definido para tais categorias. Porém, sabe-se que as travestis e as/os transexuais têm demandas de gênero que se entrecruzam e que permitem aproximações entre esses dois grupos. É pertinente a observação de Leite em sua tese de que '[...] os limites entre uma pré-suposta ou uma recém-criada "identidade" (*transexual*) e outra, supostamente mais conhecida, a travesti, bem como as marcas distintivas entre elas, vão do mais rígido em textos científicos ao mais intencionalmente flexível na cultura de massas, passando pela complexa miscelânea de ideias, vivências e estratégias da experiência concreta e cotidiana de tais pessoas. (Leite, 2008, p 11-12).

transexual, na qual os homens trans¹⁷ só tiveram visibilidade de seu ativismo, e até deles mesmos, a partir de 2010. Isso não quer dizer que não existiam homens trans antes dessa data, mas que infelizmente, ficaram invisibilizados durante muito tempo, dentro do próprio grupo ao qual pertencem (Ávilla & Grossi, 2014). Almeida (2012a) e Oliveira (2014) reitera que a literatura é farta em relação às mulheres trans*, mas exígua quando o assunto são os homens trans.

No que se refere à questão dos homens trans, tem-se algumas associações já formadas e que são bem contemporâneas, evidencio as trazidas por Ávilla e Grossi (2014), que são o Núcleo de Apoio a Homens Trans (NAHT), no ano de 2011, em São Paulo; em 2012, tem-se a Associação Brasileira de Homens trans; e, por fim, o Instituto Brasileiro de Transmasculinidades (IBRAT). Trazer a participação dos homens trans é necessário, pois eles compõem o movimento, tendo demandas próprias e sendo agentes também políticos no combate à transfobia e na busca pela cidadania das pessoas T, em especial, os homens trans.

Cabe ainda dizer que, desde que o movimento T surgiu, ele vem lutando para que não seja só uma letra acoplada, mas para que ele tenha visibilidade e se torne uma pauta que também deva ser levada em conta por todo o movimento LGBTI, pois ainda muitas demandas exigidas por esse movimento, como por exemplo uma Lei de identidade de gênero e um processo transexualizador mais amplo e acessível e até a questão de redução dos assassinatos contra essa população não tem sido atendidas, o que faz com que esse segmento ainda se encontre em um processo de vulnerabilidade muito alta.

¹⁷Homem trans seria a pessoa que foi designada ao nascer como "mulher" mas que não se identifica com esta categoria, e passa a reivindicar socialmente e legalmente o gênero homem para si, onde ainda é pertinente atentar que " [...] Antes de qualquer coisa, o que os homens (trans) buscam é que sejam compreendidos como homens [...]" (Oliveira, 2015, p.88)

Por fim, nossa¹⁸ luta revela que não somos *transparentes*, que esse segmento está, mesmo com muita dificuldade, *transcendendo* os obstáculos postos e indo em busca de sua cidadania, a fim de serem vistos/as como sujeitos/as de direito pelo Estado brasileiro. Pessoas trans* existem e *transbordam* demandas que garantam pelo menos o mínimo para uma existência digna e plena.

4.2.2. "Afimal nem todo mundo é gay, né?" Há pessoas que *transpassam* isso...

As pessoas trans*, durante sua luta no movimento LGBTI como um todo, vieram sempre evidenciando a sua pauta e pondo-a em questão. Muitas associações foram criadas em defesa destes direitos e estas também emergiram porque destacavam que, dentro dessa 'sopa de letrinhas'¹⁹, as demandas não eram só de *orientação sexual*²⁰, mas que envolviam questões de gênero, especificamente, de *identidade de gênero*²¹. Então, "buscar subsumir o tema da transfobia ao tema da homofobia significa nada menos do que tentar anular um sujeito político com especificidades próprias, que sofre preconceito de maneira diferente." (Amaral, 2013, p.9)

É fundamental dizer então que as questões das pessoas trans*, em uma primeira instância, se referem a questões de gênero - mais especificamente relacionadas a identidade de gênero da pessoa - e não de orientação sexual, salvo sobre os casos em que as pessoas trans* são também gays, lésbicas ou bissexuais. Nem todo mundo nessa sigla é *Gay/lésbica e*

¹⁸Permito aqui me colocar, pois, além de ser uma pessoa trans, sou também ativista e participo nessas lutas para angariar direitos fundamentais ainda negados a esta população.

¹⁹ Termo utilizado por Facchini (2005).

²⁰ Por orientação sexual entende-se "como uma referência à capacidade de cada pessoa de ter uma profunda atração emocional, afetiva ou sexual por indivíduos de gênero diferente, do mesmo gênero ou de mais de um gênero, assim como ter relações íntimas e sexuais com essas pessoas"(Princípios de Yogyakarta ,2006, p.7) e acrescenta-se que isso não tem nada a ver com o senso de se perceber pertencente a um gênero (Jesus, 2012).

²¹ A identidade de gênero é compreendida como "a profundamente sentida experiência interna e individual do gênero de cada pessoa, que pode ou não corresponder ao sexo atribuído no nascimento, incluindo o senso pessoal do corpo (que pode envolver, por livre escolha, modificação da aparência ou função corporal por meios médicos, cirúrgicos ou outros) e outras expressões de gênero, inclusive vestimenta, modo de falar e maneirismos" (Princípios de Yogyakarta ,2006, p.7). Ainda salienta-se segundo Carvalho (2011) que este termo foi cunhado pela primeira vez nos meados do decênio de 60, pelo psiquiatra e psicanalista americano Robert J. Stoller.

*cisgênero/a*²², inclusive existem pessoas heterossexuais e são as pessoas trans*, que têm orientação sexual por pessoas do gênero oposto ao seu.

Daí depreende-se o porquê das pessoas travestis e transexuais criarem suas próprias associações, algumas exclusivamente só para pessoas trans, tendo em vista que notaram estar como 'pessoas acessório' ou grupo acessório, em que suas demandas não eram priorizadas e que serviam apenas para angariar fundos, os quais eram utilizados pelas outras letras. Ainda se ressalta que, nos âmbitos de decisões políticas do movimento LGBTI, estão quase sempre excluídas e com poucos espaços de direção política dentro dos mesmos (Carvalho, 2011). Fazer emergir suas associações contribuiu para expandir o empoderamento e participação das pessoas trans e, assim, tornarem-nas protagonistas de suas lutas na busca por políticas públicas específicas.

Portanto, ao se falar sobre a sigla LGBTI, deve-se atentar para o fato dela agrupar sujeitos em sua diversidade sexual *e de gênero*, entendendo que estes dois conceitos "*orientação sexual*" e "*identidade de gênero*" não têm o mesmo significado, e que um não pressupõe o outro. Essa diferenciação é o que faz com que compreendamos o porquê das demandas trazidas pelo movimento de pessoas trans* sejam tão específicas e igualmente urgentes. Cabe ainda dizer que;

Pessoas que provocam uma ideia de “transição” entre os gêneros, como travestis e transexuais, não apenas questionam normas de gênero estabelecidas, mas ajudam a criar novos padrões de gêneros que podem vir a ser repetidos, pois é no interior da performatividade que as fissuras de gênero se revelam e moldam caminhos para novas vivências. (Leite, 2008, p.125)

Discorrer sobre pessoas travestis e transexuais é justamente evidenciar que essas pessoas são aquelas que transcenderam as normas de gênero impostas, mostrando que o que é posto pelo saber biomédico e psicológico acerca do sistema sexo-gênero-genital não é

²²Cisgênero seria posto como um termo abrangente e que denomina as pessoas que, de alguma forma, têm identificação com o gênero que lhes foi elegido ao nascer (Jesus, 2012) ou seja, não realizam uma transição de gênero, continuando no gênero designado no nascimento. (Oliveira, 2015)

estático, sendo essas pessoas as que expõem essa dinamicidade e oferecem novas possibilidades a este sistema.

4.3. E quem os *(trans)*tornou?" Breve história de como as experiências trans* se tornaram patologizadas

No tópico anterior foi posto o quanto o grupo de pessoa trans se diferenciou em relação aos outros componentes da sigla LGBTI e que, assim, resolveram criar suas próprias instituições e movimento em âmbito nacional. Dentre as várias demandas que este grupo pleiteia, uma que tem sido essencial é a luta pela despatologização das identidades trans*. Cabe um adendo de que nem sempre as "transgressões de gênero" foram vistas como uma patologia.

Neste tópico busca-se fazer uma breve contextualização sobre quando o "fenômeno transexual" se tornou uma experiência patologizada, ressaltando os diversos atores que estiveram em cena discorrendo sobre suas explicações.

. É comum se ouvir, até o final do século XVII, a história de "homens que viraram mulheres", e o contrário também sendo uma possibilidade possível. O fato não era encarado com surpresa e nem havia tanta interdição como temos hoje, afinal, os corpos eram encarados como variação de grau e evolução, pensados de forma isomórfica - o corpo da mulher seria mais frio e inferior, e o corpo do homem como o superior e quente (Leite, 2008).

Nessa época, inclusive os nomes dados aos órgãos genitais e reprodutores eram os mesmos para ambos os gêneros, não havendo diferenciação por estarem em um corpo masculino ou feminino. Porém, o isomorfismo do corpo foi superado, para dar lugar a uma nova posição hegemônica de se pensar os corpos, em que estes seriam interpretados como

distintos (tanto em nível estrutural, cromossômico, hormonal, gonádico), sendo também diferenciados os comportamentos de gênero para cada corpo (Bento, 2014a).

No século XX, já havia alguns discursos sobre o que significa ser uma pessoa travesti e, até mesmo, sobre o termo 'travestismo', sendo a palavra criada e colocada em curso, em 1910, por um famoso psicólogo e médico de nacionalidade alemã, em seu livro *Die Tranvestiten* (Leite, 2008). Mas, é a partir da segunda Guerra mundial que irão se engendrar novos estudos, e estes se concentrarão em elencar conceitos para descrever e decidir quem seriam os transexuais, desenvolvendo-se um conceito sobre a transexualidade (Bento, 2014a; Oliveira, 2015). Henry Benjamin foi um endocrinologista alemão - que morava nos Estados Unidos - e um dos pioneiros nesta empreitada, buscando:

[...] desenvolver explicações para o — fenômeno 'transexual' (título de seu livro). Ele foi um dos primeiros a se dedicar ao estudo da transexualidade (que para ele tratava-se de transexualismo) bem como propôs classificações para determinar quem é o transexual verdadeiro. Em sua concepção, o verdadeiro transexual ou — 'transexual primário' é aquela pessoa que possui uma relação de vigoroso sofrimento com seu corpo e desejo permanente e irredutível pela cirurgia de alteração de seu sexo. (Oliveira, 2015, p. 35)

Para Henry Benjamin, a única cura possível seriam as cirurgias de redesignação sexual, pois tratamentos psicoterápicos não surtiriam efeitos (Leite, 2008, Bento, 2014a). Ainda é na década de 1960 que haverá uma ruptura marcante entre as categorias travesti e transexual, sendo a primeira relacionada a uma ideia de uma identificação ou representação com o 'papel de mulher' - e que o discurso médico tendeu com o tempo a colocá-la como perversão ou parafilia - enquanto que no caso de 'transexualismo', estas pessoas almejavam mudanças físicas e estruturais em seus corpos, querendo não só parecer, mas também ser idêntico ao gênero com o qual se identificava. (Leite, 2008).

Também é nesse decênio que emergem várias associações internacionais que tinham como intuito engendrar e fornecer esse diagnóstico diferencial para transexuais - ou seja,

almejando distingui-los de outras categorias como gays, lésbicas e travestis - e assim apontando diretrizes para seu 'tratamento' (Bento, 2014a). Cabe aludir aqui que a explosão na mídia do caso de Christine Jorgensen, uma pessoa designada homem ao nascer que passou por uma operação de redesignação sexual em 1952, realizada por Christian Hamburger, - em que Christine passou então, a viver como mulher. Esse fato foi o que auxiliou a se engendrar uma nova postura reflexiva, de cunho mais sociológico, para as categorias de gênero e identidade sexual, sendo que, após a exposição midiática desse caso, começaram a aparecer inúmeras pessoas no mundo inteiro requisitando o mesmo tipo de operação (Áran & Murta, 2009).

Bento (2014a) ressalta que, para Benjamin, é a própria pessoa que se identifica como transexual e para ele a explicação científica da origem da transexualidade seria a questão hormonal, fundante para a masculinidade e a feminilidade, e que caberia à heterossexualidade a ligação entre os diversos sexos ao 'sexo', em que estes diversos 'sexos' seriam o psicológico, gonádico, cromossômico, fenotípico e jurídico.

Num outro caminho, havia o psicanalista John Money, - neozelandês, mas também residente nos Estados Unidos - o qual apontava que, até os 18 meses de vida de um ser, tanto a sua identidade sexual quanto de gênero poderiam ser alteradas (Oliveira, 2015), uma ideia considerada revolucionária para a época. Todavia, não havia uma pretensão em dizer que o social era quem determinava o gênero, mas que as instituições, e até mesmo a ciência, é que poderiam fornecer o caminho para que a diferença entre os sexos prevalecesse, pois Money era partidário de que a diferença entre os sexos era natural e deveria ser mantida, em que exercer a sua heterossexualidade seria o “normal” para os corpos das pessoas (Bento, 2014a).

Depreende-se, então, que existiam duas linhas de raciocínio para explanar a origem da transexualidade, em que alguns autores, como Benjamin, a pensarão como fruto da mescla da

questão hormonal e cromossômica e outros, como Money, acreditando no papel da educação como condicionante para a aquisição do gênero (Áran & Murta, 2009). Porém, mesmo com perspectivas diferentes em relação à transexualidade, inclusive sobre diretrizes de tratamento, estas duas matrizes - uma de visão biologicista e a outra construtivista - não se tornaram tão antagônicas entre si, mas pelo contrário, as duas trabalharam interligadas para a produção de protocolos oficiais e na construção dos centros de transgenitalização (Bento, 2014a).

Ainda nesta discussão acerca transexualidade, surge mais um componente; o psicanalista Robert Stoller, o qual era um forte representante da ideia do dimorfismo entre os sexos:

[...] para ele, as performances de gênero, a sexualidade e a subjetividade são níveis constitutivos da identidade do sujeito que se apresentam colados uns aos outros. O masculino e feminino só se encontram por intermédio complementaridade da heterossexualidade (Bento, 2006, p. 101).

Stoller, em 1968, lança seu livro intitulado *Sexo e Gênero*, discorrendo pela primeira vez sobre o conceito de identidade nuclear, em que cria este conceito porque queria não corroborar o pensamento de que mudar o gênero seria algo facilmente possível. Evidencia que existe um gênero 'nuclear', que será inalterável, uma vez que este já tenha se desenvolvido e fixado na primeira infância, por volta dos dois ou três anos. (Leite, 2008).

Enquanto Benjamim via as cirurgias de transgenitalização como uma via terapêutica para as pessoas transexuais, Stoller não acreditava que estas seriam alternativas muito eficazes (Oliveira, 2015) e, para ele, a causa da transexualidade tinha origem na relação da criança com a mãe, derivando da personalidade desta:

Segundo ele, a mãe dessa criança é uma mulher que, devido a sua inveja que tem dos homens e o seu desejo inconsciente de ser homem, fica tão feliz com o nascimento do filho que transfere seu desejo para ele, provocando uma ligação extrema entre mãe e filho. Essa relação simbiótica e o ocultamento da figura do pai não permite que o Édipo se instaure. A não passagem pelo conflito de Édipo e sua resolução não

permitem que a identidade de gênero da criança se desenvolva de forma "normal" (Bento, 2006, p.101).

Então, caso a criança viesse a apresentar algum deslocamento entre gênero, sexo e performance, em que estes não se complementassem por meio da heterossexualidade, era aí que o terapeuta deveria intervir, buscando produzir um conflito de Édipo, para que a masculinidade ou feminilidade "autênticas pudessem emergir, e isso só sendo possível nos primeiros anos de vida da pessoa (Bento, 2014a).

Assim, a história mostra que houve diversos atores que tentaram, de alguma forma, compreender o fenômeno da transexualidade e até mesmo das experiências trans*, buscando suas causas e consequências. Apesar de diferirem em suas explicações, todos tenderam referenciá-la a uma patologia, em que ela entra em 1980 na Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas relacionados à Saúde, o CID-10, e no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais - DSM (Bento & Pelúcio, 2012). A transexualidade ainda podia ser encontrada no DSM, na sua quinta edição, e estava igualmente contida no CID-10, sob a designação de "Disforia de Gênero" (APA, 2014), no primeiro, e "Transexualismo"²³ - com o sufixo *ismo* que evidencia a conotação de doença - no segundo, respectivamente.

Entretanto, há um movimento que vem combater esta prescrição patológica biomédica sobre os gêneros, compondo uma rede chamada de '*Stop Trans Pathologization*' (STP) que, além de discordar desses dois manuais - pedindo, inclusive a remoção da transexualidade nos guias médicos -, empenha-se em buscar a autonomia para as pessoas trans* através de um manifesto que busca a desvinculação de qualquer tratamento médico cirúrgico, o acesso à retificação do nome e gênero nos documentos civis (sem ter que passar por nenhuma

²³Basta procurar por "F.64.0" na base de dados do CID-10 e logo aparecerá a categoria "Transexualismo" dentro do que eles chamam de "F.64 - Transtorno de identidades sexuais". Disponível em: <http://www.datasus.gov.br/cid10/V2008/cid10.htm>

avaliação médico-psicológica), além de exigir políticas que possam auxiliar as pessoas trans a acessar o mercado de trabalho formal²⁴.

No Brasil, a adesão a STP deu-se em 2010 e, desde então, vem se intensificando o número de filiações pelo país, tendo o Conselho Regional de Psicologia de São Paulo criado um manifesto e participado na divulgação da campanha, criando alguns materiais. Aliado a isso, exibiram-se filmes, foram feitos debates, realizados seminários em universidades, onde se foi transcrito e houve também a divulgação do manifesto, o qual foi assinado por diversos ativistas de movimentos sociais, professores e cientistas que, em 2012, juntaram-se também à campanha (Bento & Pelúcio, 2012).

Essa luta pela despatologização da transexualidade pareceu haver rendido frutos quando em 2018 com a publicação do CID-11, a transexualidade já não constava mais na classificação dos transtornos mentais, comportamentais ou do neurodesenvolvimento (Martins, 2018) porém, agora dentro do CID-11²⁵ (passou a ser classificado dentro “17. Condições relacionadas a saúde sexual”²⁶, com o nome de ‘Incongruência de Gênero’, ou seja, ainda permanece patologizado, então a luta pela despatologização ainda continua.

Neste trabalho, a concepção que se tem sobre as pessoas que transcendem o gênero está na linha da rede STP, em que as pessoas devem ter total autonomia sobre seus corpos e vidas. Também não se compactua com a ideia de que seja uma patologia ou um "transtorno" seja ele mental ou sexual, pois estas pessoas simplesmente mostram que a diversidade

²⁴O manifesto foi criado e postado pela rede Rede Internacional pela Despatologização Trans postado pela mesma rede em sua página oficial, que desde 2009 vem tecendo ações por todo o mundo. Disponível em: <http://stp2012.info/old/pt/manifesto>

²⁵ Disponível em: https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5702:oms-divulga-nova-classificacao-internacional-de-doencas-cid-11&Itemid=875. Acesso em 10 de setembro de 2019

²⁶Ao se clicar na categoria “Distúrbios parafilicos (6D30-6D3Z)” ela irá abrir ramificações e uma delas é a “Incongruência de gênero (HA60-HA6Z)” com suas diversas classificações indo da infância a vida adulta. Acesso em 10 de setembro de 2019. Disponível em: <https://icd.who.int/browse11/l-m/en#http%3a%2f%2fid.who.int%2fid%2fentity%2f411470068>.

humana vai para além de caixinhas biológicas binárias de gênero, e que a possibilidade de transcender a norma é sempre possível.

Concorda-se ainda com o Conselho Federal de Psicologia (CFP) que, ao lançar uma nota técnica sobre o processo transexualizador e igualmente a resolução 01/18, afirma que as experiências trans* não devem ser vistas como patologias, mesmo que elas não se enquadrem nos padrões hegemônicos impostos pela sociedade que preconizam que deve haver a coerência interna entre sexo biológico-gênero-desejo sexual (CFP, 2013; 2018). A vida das pessoas trans não seria um transtorno se a sociedade não os (trans)tornasse todos os dias com o seu preconceito e discriminação.

4.4. Transfobia nossa de cada dia

Discorrer sobre questões de pessoas trans* nem sempre é só relatar um percurso ou definir a partir de quando estas foram pensadas pelo rótulo de (trans)tornadas. É também, muitas vezes, ter que visibilizar a situação de vulnerabilidade extrema na qual estas pessoas encontram-se nesse país. Como discorrido anteriormente, as pessoas trans têm demandas de gênero em sua primazia, e por não se conformarem aos padrões hegemônicos de gênero, sofrem transfobia. Apesar de se falar em LGBTIfobia, quando se atenta para violências praticadas contra pessoas da comunidade LGBTI, sabemos que as violências que cada letra sofre são específicas e, por isso, aqui se evidencia o termo transfobia, dado que estamos falando de pessoas trans. Sobre a transfobia:

serve para designar as formas de violência, discriminação, ódio, aversão, comportamento agressivo e atitudes negativas dirigida a indivíduos ou grupos que transgridem ou não estão em conformidade com as expectativas e normas sociais em torno do gênero. Inclui formas institucionalizadas de discriminação, criminalização, patologização e estigmatização e se manifesta de várias formas, que vão desde a violência física, o discurso de ódio, insultos e cobertura da mídia hostil às formas de opressão e exclusão social. A transfobia afeta particularmente as pessoas de gênero fluido/ pessoas trans. Ela opera em conjunto com outras formas de poder e violência e implica compromissos contextualizados."(Balzer et. all., 2012, p.18, *tradução minha*)

A transfobia pela qual as pessoas trans passam todos os dias têm ceifado não só seus direitos básicos, mas também as suas vidas. Mott, Paulinho e Michels (2016) mostram que a probabilidade de uma pessoa trans ser assassinada em nosso país é 14 vezes maior do que para um homossexual e, em comparação aos Estados Unidos, aqui se está bem pior também, visto que lá ocorreram, em 2016, a soma de 21 assassinatos de pessoas trans, enquanto que, em nosso país no mesmo ano, esse número chegou a 144, o que demonstra que, em relação aos americanos, a probabilidade de uma pessoa trans ser também vítima de um assassinato chega a ser 9 vezes maior.

No período de 2008 a 2011, a América Central e a América do Sul foram os continentes onde mais houve assassinatos de pessoas trans*, totalizando 624 assassinatos, o que os fez deter a taxa de 79% dos assassinatos totais do planeta. Continuando a destrinchar esses dados, os autores no mostram que, no Brasil, no mesmo período, foram registrados 334 assassinatos de pessoas trans*, o que faz o nosso país ser de longe, o que mais mata pessoas trans* no mundo (Balzer, Hutta, Adrián, Hyndal & Stryker, 2012).

Essa realidade parece não ter melhorado, pois, em 2016, ainda estávamos no topo da lista no ranking dos países que mais matam pessoas trans* no mundo. A *Transgender Europe*²⁷, uma organização europeia que luta para a equidade de direitos das pessoas trans*, tem monitorado o assassinato dessa população ao redor do planeta e, em 2016, já registrou mais 100 assassinatos que, somados ao antigo total, contabilizam-se 2115 assassinatos. Desse total, 1654 assassinatos foram cometidos na América Central e América do Sul, e o Brasil é o país que lidera esse ranking com 845 mortes, sendo que desde 2008, é o país que detém o índice de 40% do total de assassinatos do planeta, e que especificamente no ano de 2016, concentrou o percentil de 42% dos assassinatos cometidos no planeta contra pessoas trans (LaGata, Balzer & Berredo, 2016).

²⁷ Mais informações sobre a Transgender Europe disponíveis em: <http://tgeu.org/about/>

Ainda sobre estes assassinatos, contabilizou-se em 2017²⁸, um total de 179 mortes em nosso país. Em 2018²⁹ foram 163 pessoas trans foram assassinadas, o que é um dado lastimável (Benevides & Nogueira, 2019). O que surpreende e também impacta é como essas mortes são efetuadas, pois quando se perscruta a causa, ela sempre está ligada a uma ação violenta como "13 facadas", "atropelamento - onde não satisfeito o assassino em passar por cima da vítima uma vez, volta e o faz novamente" -, "estrangulamento", "vários disparos de armas de fogo", "golpes de faca no pescoço", "tiros e pauladas", "mutilações", "pauladas e pedradas", "tiros no rosto", "espancada e jogada do viaduto".

Ao ver a causa da morte, fica evidente que não é um crime comum, fruto de uma mera probabilidade da vida, mas que pode ser classificado como um crime de ódio. Esses crimes têm características brutais, em que o intuito é fazer com que a vítima não sobreviva e desfigurando-a o máximo possível, chegando muitas vezes a torturá-la, evidenciando o quanto não são vistas como seres humanos. A base que motiva esses crimes são os discursos de ódios circulantes através de diferentes esferas que compõem a sociedade, como: a religião, a mídia, o senso comum, os discursos biomédicos que tendem ainda considerar transtorno ou doença, discursos de pessoas públicas conservadoras e sensacionalistas³⁰ que incitam o ódio e a violência contra LGBTIs em geral, e inclusive contra pessoas trans.

Não é só a morte o que a sociedade reserva às pessoas trans, mas também diversas formas de exclusão. Podemos presenciar a exclusão desses segmentos em diversos espaços sociais que são garantidos à população em geral. Bento (2011) reitera essa exclusão quando

²⁸Dados provenientes da Associação Nacional dos Transgêneros (ANTRA). Disponível em: <https://antrabrazil.files.wordpress.com/2018/02/relatc3b3rio-mapa-dos-assassinatos-2017-antra.pdf>. Acesso em 10 de janeiro de 2018.

²⁹Dados provenientes da Associação Nacional dos Transgêneros (ANTRA). Disponível em: <https://antrabrazil.files.wordpress.com/2019/01/dossie-dos-assassinatos-e-violencia-contra-pessoas-trans-em-2018.pdf>. Acesso em 10 de fevereiro de 2019

³⁰ Um exemplo disso foi quando o atual presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, na época na condição de deputado, em um de seus discursos proferiu a seguinte sentença: "ter filho gay é falta de porrada". Disponível em: <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2014/03/ter-filho-gay-e-falta-de-porrada-diz-bolsonaro.html>

afirma que as pessoas trans* não são aceitas em todos os lugares: em casa, no trabalho e também na escola, enfim, em todos os campos sociais, justamente por quebrarem com o que é imposto socialmente para os gêneros. O ambiente escolar é apontado pela autora como um espaço que encontra dificuldade de lidar com a diversidade e a pluralidade, muitas vezes não conseguindo abarcar as mesmas, sendo assim uma das principais ferramentas e lugar onde as normas de gênero e a heterossexualidade estarão sendo produzidas e impostas.

Outros autores corroboram essa ideia, trazendo que "as discriminações de gênero, étnico-racial e por orientação sexual, como também a violência homofóbica, são produzidas e reproduzidas em todos os espaços da vida social brasileira. A escola, infelizmente, é um deles" (Freire, Santos, & Haddad, 2009, p.10). Assim, as pessoas que não se encaixam nesses padrões que estão contidos na sociedade brasileira, e consequentemente na escola, como é o caso das pessoas trans*, acabam não ficando nesse espaço pelo fato de o mesmo se apresentar hostil e não acolhedor.

Quando nos voltamos para a questão do mercado de trabalho, a situação não é diferente. Rodrigues e Nardi (2009), ao analisarem como a diversidade sexual e até mesmo a diversidade de gênero têm influência sobre a vida profissional, constataam que - devido ao não suporte social e também por fugirem da ótica heteronormativa³¹-, a prostituição, um trabalho informal e estigmatizado, emerge como uma via de sobrevivência para travestis e transexuais, justamente porque as travestis e os/ as transexuais desconstruem as noções ditas "naturais" de gênero e sexualidade e isso reverbera drasticamente nas suas futuras possibilidades de empregos, tornando-as limitadas. A simples falta de uma documentação retificada onde conste seu nome social e sua

³¹ Irigaray (2011) pauta a heteronormatividade como uma crença de que a heterossexualidade seria a orientação sexual superior e validada, em comparação com as outras, o que acaba por produzir a exclusão, deliberadamente ou não, dos indivíduos não heterossexuais das políticas públicas e organizacionais, inclusive vedando, de forma implícita, manifestações culturais que forem destoantes dela.

identificação de gênero faz com que essas pessoas também percam postos de trabalhos (Amaral, 2013).

Irigaray (2011) reitera que, para travestis e transexuais, o mercado de trabalho se torna de mais difícil acesso porque essas pessoas, diferente dos gays e lésbicas, não têm como ocultar sua identidade de gênero ou sua orientação sexual, e que essa população acaba tendo fatores que dificultam ainda mais a entrada no mercado trabalho formal: baixa escolaridade, renda precária, condições de saúde ruins, ausência ou instabilidade em empregos, más condições de moradia. Ainda vale ressaltar que:

A violência e a miséria a que esses indivíduos estão expostos no Brasil, costumam ser decisivas para selar o seu destino: a grande maioria se prostitui, e os poucos que conseguem entrar para o mercado de trabalho formal têm seu horizonte limitado a funções subalternas. Mesmo os poucos inseridos no mundo do trabalho são vítimas de agressões, violência e intolerância por parte de colegas, inclusive naquelas empresas que afirmam possuir políticas de diversidade e respeito à diferença. (Irigaray, 2011, p.47)

Torna-se pertinente ressaltar que travestis e transexuais, ao revelarem a sua identificação de gênero e também passarem a adotar uma imagem correspondente a ela, correm o risco de serem expulsos/as de casa, boa parte na adolescência, o que fará que percam seus vínculos familiares e que também não concluam seus estudos, dificultando ainda mais a sua entrada e permanência no mercado de trabalho formal (Amaral, 2013).

A questão da prostituição é uma constante entre as pessoas trans*, tanto que os autores acima a evidenciam, porém, não é o mote deste trabalho condená-la, visto que esta pode ser um meio de sobrevivência para quem o desejar. O que se questiona é que essa forma de trabalho parece ser praticamente a única disponível, em que as pessoas trans* se dirigem a ela por não haver alguma outra possibilidade de escolha, justamente por não encontrarem amparo social e até mesmo de políticas públicas que facilitem a sua inserção no âmbito do mercado de

trabalho formal. Questiona-se não o fato de ela ser uma alternativa ou escolha para a população trans, mas o fato de ela ser quase que compulsória, bem como as condições precarizadas e insalubres da atividade à qual estão expostas. Essa atividade ainda no Brasil não é reconhecida e nem possui condições seguras de se exercê-la.

Em relação à categoria saúde, também nos depararemos com exclusão e dificuldades. Enquanto as pessoas ditas homossexuais podem comemorar a retirada de sua sexualidade como categoria de doença, visto que no dia 17 de maio de 1990 a homossexualidade foi retirada do rol de doenças pela OMS, para as pessoas trans* já não se pode dizer o mesmo.

Segundo Cardoso e Ferro (2012), enquanto a sexualidade das pessoas gays e lésbicas não são mais vistas como uma patologia na esfera da saúde, para a população de transgêneros, a qual incluem-se travestis e transexuais, não se pode falar o mesmo, pois estes e estas ainda são tratados como portadores de um transtorno mental e estão incluídos no Código Internacional de Doenças, o CID-10, e não só neste guia médico, mas também no DSM-V, como já discorrido anteriormente. E apesar dos esforços da comunidade trans internacional mais ativistas para despatologizar a transexualidade, como na discussão engendrada anteriormente, ela segue como um transtorno sexual ou disfunção sexual no CID-11. Ser considerado/a uma transtorno sexual, em 2019, traz um estigma para as pessoas trans*, que além de serem vistos e vistas como pessoas infantilizadas e doentes, faz com que estas pessoas ainda não tenham total autonomia sobre os seus corpos)e coloca a transexualidade como uma não possibilidade comum de vivência.

Além da questão da patologização, há também a questão do não respeito ao nome social e à identidade de gênero dessa população pelos profissionais de saúde, que muitas vezes desconhecem sobre o que tratam as legislações referentes a esse assunto. Muller e

Knauth (2008), ao fazerem um estudo com travestis que utilizam o SUS em Porto Alegre, ressaltam que, nesse espaço, não há respeito pelo nome social e à identidade de gênero das travestis, mostrando o não preparo dos profissionais. Ainda afirmam que as falas das entrevistadas evidenciam a discriminação que ocorre nesse espaço, sendo ela visível e constante, fazendo com que essa população acabe por negligenciar a sua saúde, acessando os serviços somente em último caso e, conseqüentemente quando a enfermidade já esteja avançada.

Ainda cabe dizer que muitas travestis e transexuais que não têm dinheiro para fazer suas plásticas e transformações de forma segura, ou recorrer até mesmo à esfera privada, fazem uso de silicone industrial para modelarem seus corpos e também se utilizam de hormônios sintéticos, onde muitas vezes, acabam morrendo ou tendo sérios problemas de saúde (Amaral, 2013).

Quando se fala na média de expectativa de vida um/a cidadão/ã brasileiro/a tem-se que este/a vive em média no Brasil, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 74,6 anos (Brasil, 2013a). Na página do portal de notícias do Senado Nacional, em uma matéria recente, encontra-se o dado de expectativa de vida de 35 anos para a população trans - menos da metade da população em geral - trazido por algumas militantes e ativistas de associações e redes de pessoas trans, já citadas anteriormente (Bortoni, 2017). Este dado pode ser corroborado ao considerar a idade das vítimas de assassinatos, que estão enumeradas na tabela de contagem da Rede Nacional de pessoas Trans (RedeTrans, 2017b).

Dos assassinatos que estavam listados, em que havia informação sobre a idade da vítima, pode-se contabilizar do ano de 2017: 07 (na faixa de 15 a 19 anos), 47 (na faixa dos 20 a 30 anos), 17 (na faixa dos 31 a 40 anos), 4 (na faixa dos 41 a 50 anos) e 2 (na faixa dos 51 a 60 anos). Destes 77 assassinatos, em 71 deles, a vítima não tinha idade superior a 40 anos e a

maior faixa de assassinatos é entre os 20 e 30 anos. Esses dados se encontram com os da *Transgender Europe* que, ao contabilizar o total de mortes de pessoas trans assassinadas ao redor do planeta, considerando os anos de 2008 até 2014, evidenciam que 44% das vítimas tinham de 20 até 29 anos e que, se somada com a outra faixa, de 30 a 39, esse percentual chega a 73%³², ou seja das pessoas trans assassinadas nesse período, 73% não tinham nem 40 anos de idade.

Ao discorrer sobre todos estes fatores, torna-se evidente a vulnerabilidade a que as pessoas trans estão sujeitas em suas trajetórias de vida. A violência e a exclusão são fatores inerentes à vida delas. Trazer esses dados se torna fundamental, pois ainda é necessário a busca e garantia de direitos para essa população, pois ela necessita, acima de tudo, ter o direito de ser e de viver, visto que diante desses dados, ela está só *sobrevivendo*...

4.5. Transcendendo as barreiras do preconceito e transpassando os muros das universidades

Apesar da transfobia ser gritante, ceifando as pessoas trans dos espaços comuns, há ainda pessoas que resistem e que de alguma forma, conseguem se inserir nesses espaços e alcançar títulos que outrora jamais foram pensados.

Isso não quer dizer que a transfobia não esteja presente na vida dessas pessoas, pois ela está não só na vida, mas dentro desses espaços também, o que faz com que estas pessoas tenham dificuldade de permanecer ou que tenham que enfrentar dificuldades diárias inimagináveis às pessoas cisgêneras heterossexuais. Este tópico se propõe a refletir, de maneira breve, sobre essas questões, levando em consideração o acesso ao ensino superior, visto que se trata do objetivo deste trabalho.

³² Disponível em <http://tgeu.org/tmm-idahot-update-2015/>

O que se tem, geralmente, é que uma grande maioria das pessoas trans, principalmente mulheres trans e travestis, as quais são expulsas de casa, não concluem seus estudos e, que por conta disso, recorrem à prostituição como forma de sobrevivência, já que também as vagas em empregos formais são muitas vezes negadas. Porém, é importante lembrar que esse modelo ainda existe, entretanto, ele não é único quando se fala em relação a pessoas travestis e transexuais. Os enfrentamentos engendrados pelo movimento T ocasionaram novas possibilidades para a realidade contemporânea das travestis (Andrade, 2012).

A própria Luma Nogueira de Andrade, é um exemplo disso, pois ela é a primeira travesti do Brasil que chegou a um doutorado (Andrade, 2012) e a primeira também a concluí-lo. Luma, apesar das dificuldades, conseguiu terminar seu doutorado e também angariou um emprego em uma universidade, a UNILAB (Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro - Brasileira)³³.

Entretanto, é narrado por ela em sua tese que, mesmo supondo que chegar ao ensino superior ela poderia estar livre de preconceito ou de sofrer transfobia, isso logo foi derrubado quando, em seu primeiro dia de aula, foi xingada de "viado" pelos seus veteranos, isso quando entrou para a Licenciatura Plena em Ciências na Universidade Estadual do Ceará (UECE), além de passar por constrangimentos. Todavia, Luma logrou êxito passando em concursos públicos e, posteriormente, sendo professora do ensino médio no interior do estado do Ceará (Andrade, 2012).

Outro caso marcante no Nordeste, no Rio Grande do Norte (RN), foi o da professora Leilane Assunção Silva, que era Historiadora, mestre e doutora em Ciências Sociais. Leilane se destacava não só pelo seus títulos, mas, também, porque foi pioneira em ser educadora em uma universidade pública do Brasil, nos anos de 2012 e 2013, na Universidade Estadual do

³³ Para mais detalhes ver a notícia disponível em: <http://g1.globo.com/ceara/noticia/2013/12/universidade-do-ceara-da-posse-1-professora-travesti-doutora-do-pais.html>

Rio Grande do Norte (UERN) e na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), respectivamente (Assunção, 2017).

Porém, mesmo estando em uma universidade pública federal e conhecida como "a melhor do Norte e Nordeste", Leilane não deixou de sofrer transfobia. Ainda no doutorado foi impedida de usar o banheiro em um dos setores da universidade, sendo inclusive ameaçada por seguranças e funcionários da instituição.³⁴ Além disso, recentemente a professora teve que passar por um constrangimento ainda maior, pois, já em 2016, como professora substituta da instituição, teve o acesso negado à sala de aula, pois uma das funcionárias não lhe cedeu a chave que abria a porta sob o argumento de que não tinha como saber se ela era realmente professora (Bento, 2016). O que é mais curioso é que a UFRN possui, inclusive, legislação que garante não só o direito à utilização do nome social - aquele com o qual a pessoa deseja ser chamada e se identifica, sendo diferente do nome registrado no documento civil - mas também o direito à autoidentificação de gênero. Isso denota que a questão de pessoas trans já é debatida dentro deste espaço, porém, pelo caso ocorrido, que esse debate precisar ser melhor elaborado e estendido, chegando não só aos alunos mas também aos funcionários da instituição³⁵.

Discorrendo um pouco mais sobre o RN, temos ainda, no Instituto Federal de Ciências e Tecnologias (IFRN), a aluna Rebecka De França, que cursa licenciatura em Geografia, sendo a primeira aluna travesti do IFRN nesse curso. Em uma notícia, ela relata que, antes do IFRN ter o nome social estabelecido, sofria constrangimento, pois o seu nome civil constava na chamada, e que após a aprovação da legislação com o nome social se sentiu aliviada e com

³⁴Notícia disponível em: <http://redetrans2011.blogspot.com.br/2012/04/transfobia-na-ufrn.html>

³⁵É preciso ressaltar sobre outras pessoas trans que estiveram fazendo pioneirismo dentro desta universidade, onde eu, Emily Mel, fui uma delas, como descrevi lá inicialmente na introdução deste trabalho

mais vontade de estudar nesta instituição³⁶. O IFRN criou recentemente a resolução nº 54/2016 a qual garante e regulamenta o uso do nome social dentro da instituição (IFRN, 2016).

O interessante sobre esses casos relatados é que as pessoas trans* que chegam ao ensino superior - mesmo que poucas - demarcam seu espaço e presença. É visível que, mesmo dentro a esses espaços, a transfobia está presente. Todavia, é interessante notar que estes vão, de alguma forma, pensando as demandas da população T, e tentam criar medidas para atendê-las. Como exemplo, tivemos a criação das resoluções de nome social e assim, contribuem de maneira positiva para a permanência estudantil destas.

Pensar nas demandas das pessoas trans* nesse espaço se faz fundamental caso se objetive a não expulsão dessas pessoas (Bento, 2011). Contribuir para a permanência de pessoas trans nas instituições públicas de ensino superior é ir contra toda a lógica de vulnerabilidade e violência, as quais este segmento está submetido diariamente. É poder dar escolha, a quem muitas vezes, não tem. No próximo capítulo se discute o que atualmente as pessoas trans demandam e agenciam com seus corpos ao chegarem às IPES do RN. Essa discussão está engendrada nos eixos temáticos.

5. E as políticas para os que *TRAN*Spassaram e agora *TRAN*Sitam nesse espaço?

“É preciso reconhecer, em primeiro lugar, a humanidade das pessoas trans, que é sistematicamente negada, e posteriormente, a sua cidadania”

Jaqueline Gomes de Jesus

“Representa a todas nós, né? Porque você sabe que a gente brota num lugar difícil, resiste àquele lugar e muitas de nós florescem, e outras não, porque a sociedade não deixa”.

Marina

³⁶ Disponível em: <http://portal.ifrn.edu.br/campus/reitoria/noticias/pelo-direito-de-ser-ifrn-regulamenta-uso-do-nome-social+>

O intuito deste capítulo é analisar, discutir e compreender o que os sujeitos e sujeitas desta pesquisa trouxeram em suas narrativas como demandas materiais concretas, a partir de suas falas, cedidas nos diálogos tecidos durante as entrevistas.

Aqui, teço um caminho em direção a Bento (2017) que traz em seu texto, ao analisar a ocupação do banheiro do Setor 2, no ano de 2013 na UFRN, que precisamos entender que a instituição tem suas normas e regras, porém, diante delas, quais os pontos de fissuras que podemos tensionar para haver diálogo e compreensão, sem um bloqueio e até um fechamento em si mesmo, ou seja, o que das demandas postas pelos sujeitos e sujeitas, podemos dialogar e fazer um ponto de conexão.

Mas, antes das falas dos sujeitos e sujeitas da pesquisa e sua subsequente análise e compreensão, é preciso salientar um caminho que foi feito para que se pudesse chegar até o ponto atual, em que essas políticas foram implementadas não só em âmbito estadual mas, também nacionalmente e, é isso que se abarcará no tópico adiante.

5.1. Políticas para os LGBTTs

Após a redemocratização e já no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), o Brasil esteve na Conferência Mundial dos Direitos Humanos em Viena, participando como um dos redatores em 1993. Essa conferência foi palco para a elaboração e também criação do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH- I) em 1996 em que "Tal documento se propõe a aperfeiçoar a Constituição de 1988 com a perspectiva de impedir práticas discriminatórias entre os grupos minoritários, medidas essenciais para concretizar a igualdade em dignidade e direitos como direitos de todos" (El-dine, 2015, pp. 11-12).

Apesar de ter ocorrido essa conferência e a elaboração desse plano supracitado, o que ainda é visto como incipiente e fez parte de governos anteriores, o que se nota é que, a partir

do primeiro mandato do presidente Luis Inácio "Lula" da Silva³⁷, dos anos de 2002 a 2006, é que se tem as primeiras iniciativas voltadas mais precisamente para o segmento LGBTTI em nosso país (Irineu, 2014). A autora, apesar de tecer críticas a essas iniciativas, reconhece não só o ineditismo, mas também a vanguarda do partido ao qual o ex-presidente estava vinculado, o Partido dos trabalhadores (PT), que tem direcionamento político voltado para as questões progressistas.

Mas El-dine (2015) ressalta que a questão da diversidade sexual e de gênero na escola já havia sido pensada antes, no começo do ano de 1996 dentre os chamados "temas transversais" nas Leis de Diretrizes e Bases da Educação (LDB)³⁸, tendo como justificativa não só a elevação dos casos de gravidez precoce ou na adolescência, bem como também uma maior elevação na detecção de casos de HIV/AIDS nesse grupo. A autora afirma ainda que esses estudos partiram sempre de uma perspectiva mais biologizante. Vale ressaltar que:

A questão da multiculturalidade, diversidade sexual nos Parâmetros Curriculares Nacionais (1997) exigem dos profissionais da educação novos métodos a serem trabalhados na escola, tais como formação na área da sexualidade, direitos dos cidadãos, liberdade de escolha para haver uma aceitação dos demais grupos sociais. (Silva & Moreira, 2012, p.4)

Então, o que se percebe é que, a partir da LDB, os temas da diversidade sexual e de gênero começam a ser pensados como problemáticas postas para a sociedade e, inclusive, para o ambiente escolar. Mas, como dito antes, ainda sem uma resposta firme por parte do Estado.

Em 2004 se tem a proposta de um projeto denominado Brasil Sem Homofobia (BSH), que foi pensando pelo governo federal através da Secretaria de Especial de Direitos Humanos (SEDH) (Irineu, 2014). Assim:

³⁷ A partir deste ponto se passará a fazer menção ao presidente utilizando somente o apelido e nome amplamente divulgado na mídia: "Lula".

³⁸ "A Lei de Diretrizes e Bases LDB nº 9.394/96 estabelece os princípios que regulam a educação nacional. Com base na Constituição Federal de 1988, no qual, a educação é prevista como um direito fundamental (art. 6º), a promulgação da Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases de 1996 é resultado da luta dos movimentos sociais vivenciados no país no período da redemocratização." (El-Dine, 2015)

O Plano Plurianual - PPA 2004-2007 definiu, no âmbito do Programa Direitos Humanos, Direitos de Todos, a ação denominada Elaboração do Plano de Combate à Discriminação contra Homossexuais. Com vistas em efetivar este compromisso, a Secretaria Especial de Direitos Humanos lança o Brasil Sem Homofobia - Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e de Promoção da Cidadania Homossexual, com o objetivo de promover a cidadania de gays, lésbicas, travestis, transgêneros e bissexuais, a partir da equiparação de direitos e do combate à violência e à discriminação homofóbicas, respeitando a especificidade de cada um desses grupos populacionais. (Brasil, 2004, p. 11)

Sintetizando: para além de trabalhar essa questão no ambiente escolar, sensibilizando seus agentes e componentes desse espaço, esse programa visa, como coloca Silva e Moreira, (2012), trabalhar a tolerância diante da diversidade que temos na atualidade, em que "organizado em articulação entre o Governo Federal e a Sociedade Civil organizada, também se prevê como um dos objetivos centrais a busca de transformações nos processos educacionais e mudanças comportamentais na incorporação de políticas sociais na gestão pública" (Scote, 2017, p 73).

. Apesar das atividades serem dispersas e sem continuidade, muito mais efetuadas por ONGs do que por instâncias estatais, o BSH ainda permaneceu fazendo algumas atividades até o ano de 2008. A autora coloca que, inclusive, concretizou-se uma de suas metas que era efetuar Primeira Conferência Nacional de Políticas para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, a qual aconteceu em junho do mesmo ano (Irineu, 2014). Scote (2017) aponta que houve uma amplificação dos objetivos do BSH e isso foi promovido em 2011 devido ao Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, o qual tinha como orientações:

inserir a temática LGBT no sistema de educação básica e superior, por meio de abordagem que promova o respeito e o reconhecimento da diversidade da orientação sexual e identidade de gênero, e formar e capacitar continuamente os atores públicos e sociais (educadoras/es) na temática da diversidade de orientação sexual e identidade de gênero. (Scote, 2017, p.71)

Entretanto, não se pode deixar de mencionar, o início de alguns cursos de capacitação em 2006, tais como os projetos "Gênero e diversidade na escola" e "Saúde e prevenção nas

escolas', que visavam justamente pensar as demandas da diversidade sexual e de gênero. Os autores enfatizam que tais projetos surgiram no final do primeiro mandato do presidente Lula, um governo considerado progressista. Como já dito, anteriormente ao mandato deste presidente, não se conseguiu ver algum tipo de iniciativa como esta (Mello, Freitas, Pedrosa & Brito, 2012).

Ainda é relevante pontuar que o governo federal, em 2007, para além desses cursos de formação de professores e professoras já ofertados, começou a fomentar a discussão sobre preconceito e discriminação relação à diversidade sexual e de gênero, e inclusive o enfrentamento a eles, através de livros didáticos nas escolas, os quais abordavam essa discussão. Dentre eles, os autores destacaram o intitulado "gênero e diversidade sexual na escola: reconhecer diferenças e superar preconceitos", dos cadernos da SECAD (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade) (Mello, Brito & Maroja, 2012).

Apesar das ações do BSH e de toda a iniciativa e ineditismo que esse programa teve, quando se pensa nessa iniciativa, Mello, Costa & Sampaio (2013), ao fazerem uma leitura crítica sobre o conteúdo deste projeto, pontua que há ainda um foco na questão homossexual, ou de gays (muitas vezes com definições essencialistas e individualistas, e os autores criticam essa posição) em detrimento das questões de pessoas trans*, fazendo pouca menção, sem discutir especificamente suas pautas específicas e dando uma visibilidade irrisória dentro do documento. Entretanto, mesmo com pouca visibilidade, destaca-se que pelo menos a presença da Letra T foi pensada nesse documento.

Essa sumária recapitulação das políticas que foram se formando "pró LGBTs", foi realizada para denotar que, por causa delas, também foi permitido e facilitado o acesso das pessoas trans ao ensino superior, mas, cabe lembrar que não foi só isso, outros fatores foram igualmente necessários.

Um desses fatores, que facilitaram e pensaram, inclusive a questão de pessoas trans* no ensino superior, foi a criação de cursinhos pré-vestibulares explicitamente voltados para pessoas trans (Jesus, 2016). Scote (2017) e Santos (2017) trouxeram em suas dissertações a importância desses cursinhos para que pessoas trans* pudessem acessar o ensino superior público e privado e, que esses cursinhos foram cruciais, inclusive para que algumas dessas pessoas trans retomassem o ensejo de voltar a estudar e cursar o ensino superior. Esses agentes são geralmente (ou quase que na sua totalidade) Organizações Não Governamentais (ONGs) e alguns visam não só a questão do ensino superior, mas a própria escolarização de pessoas trans.

Dentre essas ONGs, Scote (2017) destaca algumas dentro de sua dissertação como a:

"[...] *Educa Trans* (que oferece curso de alfabetização no município de São Paulo), *Coletivo Transformação* (São Paulo), *Trans Enem* (Belo Horizonte e Porto Alegre), *Transviando o Enem* (Salvador) e *o Prepara, Nem!* (Rio de Janeiro) e *Prepara Trans Goiás* (Goiânia), todos estes oferecendo cursinhos preparatórios específicos para travestis e transexuais para a realização do ENEM. (Scote, 2017, p 28.)

Além dessas ONGs supracitadas, há também outros cursinhos pré-vestibulares direcionados às pessoas LGBTIs e, em especial às pessoas trans, como é o caso do *TransVest* (Belo Horizonte/MG), o *Tô passada* (Curitiba/PR), o *Transcidadania*³⁹ (Município de São Paulo), o *Educar é TRANSformar* (Recife/PE), o *TransPassando* (Fortaleza/ CE). Apesar de termos diversos cursinhos deste tipo ao redor do país, vemos ainda que eles não contemplam todos os estados e regiões, pois, até o momento atual desta pesquisa, não foi encontrado nenhum na região Norte e inclusive, nenhum no estado do Rio Grande do Norte, onde esta dissertação foi realizada.

³⁹ O Transcidadania é uma das iniciativas que além de visar a escolarização das pessoas trans, e por consequência, a entrada no ensino superior, também pensa na qualificação profissional dessas pessoas, além de oferecer suporte psicossocial, pedagógico e até médico e aliado a isso, com concessão de uma bolsa aos estudantes trans no valor de um salário mínimo para que possam frequentar o programa e concluir seus estudos sem que precisem recorrer a prostituição como forma de sustento. (Caetano, 2017; São Paulo, 2019)

Um ponto a ser notado é a importância dessas ações, visto que o direito à educação é fundamental e que todos/as devam ter acesso, e essas ações auxiliam a que pelo menos parte desse direito seja garantido a esse segmento. No entanto, concordo com Scote (2017) quando reafirma o caráter fundamental dessas ações, mas também revela a pontualidade delas, não suprimindo a falta em outros lugares ou cidades, por exemplo, visto que a maioria delas se concentra nas capitais. Acrescento que esse dever é do Estado brasileiro, de criar políticas de acesso e permanência para pessoas trans no ensino superior, e mais especificamente na esfera da educação, afinal, pessoas trans* contribuem para a sociedade brasileira, existem nela e pagam seus impostos como qualquer outro cidadão, e por isso precisam ter seus direitos básicos garantidos e não vilipendiados.

Nessa gama de fatores ainda se pode notar a criação de algumas políticas públicas, projetos de lei e até ações sociais, que nos últimos anos ganharam mais expressão, pensando não só a visibilidade social, mas também as questões políticas e econômicas desse segmento com ênfase na esfera educacional (Scote, 2017), porém, não só nesta, expandindo-se à esfera do trabalho formal, inclusive. Como exemplo, podemos citar as várias resoluções, decretos sobre o nome social⁴⁰ que tiveram impacto tanto na esfera pública e privada, indo de decretos nacionais a contextos específicos (Brasil, 2016; IFRN, 2016; Brasil, 2015; UFRN, 2012; IFPB, 2012; UFMS, 2012; CFP, 2011; UFABC, 2011; Brasil, 2011; IFSC, 2010; UNIFAP, 2009; Natal, 2009).

A criação dessas resoluções supracitadas, pensando a questão do nome social das pessoas trans e também na sua auto identificação de gênero, corroborando com Scote (2017) e Santos (2017), foram um passo fundamental para a entrada e fator que facilitou a permanência de pessoas trans no ensino superior, bem como um maior número dessas pessoas nesses espaços.

⁴⁰ Nome social é o nome utilizado pela pessoa trans, o qual é reconhecido socialmente e nos espaços de convivência da pessoa trans, porém não corresponde ao nome registrado em seus documentos de identificação

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP) desde 2014, adotou a política do nome social para as/os candidatas/os transexuais (de França, Nogueira & Araújo, 2016; Craide, 2017), sendo que 104 pessoas fizeram uso desse direito. Vale salientar que esse direito garantido pelo INEP não foi consentido sem luta, mas:

após várias denúncias e reclamações na mídia pelo constrangimento que pessoas trans sofreram na hora de apresentar o documento de identidade aos fiscais das salas de prova, desde atraso da entrega de caderno de provas pela demora de conferência de dados a relatos de humilhações e discriminação por parte dos fiscais. (de França, Nogueira & Araújo, 2016, p.23)

Em 2016, contabilizou-se que mais de 400 pessoas trans* nesse mesmo ano solicitaram o uso do nome social para a realização das provas do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM⁴¹) (INEP, 2016), o que significou um aumento de 46% em relação ao ano de 2015, sendo que somente 276 pessoas solicitaram o uso desse direito. Destrinchando a tabela, fornecida pelo próprio INEP⁴², que especifica o quantitativo de pessoas por estado, chama a atenção que em alguns estados *uma* ou *nenhuma* pessoa solicitou esse direito, o que suscita uma indagação: Não existem pessoas trans nesses estados? Ou a transfobia é tão alta que ainda essas pessoas não vislumbraram esse direito e, talvez, o ensino superior? Esses dados demonstram a vulnerabilidade que às pessoas trans estão expostas em nosso país. Trazendo só um dado a mais, em 2017, o número de solicitações ao nome social foi de 303 pessoas, e o maior número de solicitações ficaram com as regiões Sudeste (São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais) e Nordeste (Bahia) (Craide, 2017).

⁴¹ “Criado em 1998, o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) tem o objetivo de avaliar o desempenho do estudante ao fim da escolaridade básica. Podem participar do exame alunos que estão concluindo ou que já concluíram o ensino médio em anos anteriores.” (Brasil, 2019). Ainda no site do Ministério da educação, complementam: “O Enem é utilizado como critério de seleção para os estudantes que pretendem concorrer a uma bolsa no Programa Universidade para Todos (ProUni). Além disso, cerca de 500 universidades já usam o resultado do exame como critério de seleção para o ingresso no ensino superior, seja complementando ou substituindo o vestibular.” (Brasil, 2019). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/enem-sp-2094708791>. Acessado em 04 de abril de 2019.

⁴² Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/downloads/2016/enem_travestis_transexuais_2016.pdf. Acessada 04 de abril de 2019.

Tecendo mais um ponto que pode ter contribuído nesse processo, tem-se em 2007, criadas pelo Governo Federal, a ampliação das políticas de acesso, para população de baixa renda, relacionadas com a entrada no ensino superior, e isso de alguma forma, pode ter reverberado de maneira positiva para a população trans*, visto que diante dos diversos segmentos constituintes da sociedade brasileira, esta ocupa ainda uma posição vulnerável (Scote, 2017).

Dentre essas medidas de ampliação das políticas de acesso ao ensino superior se tem o Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni⁴³), o programa Universidade para Todos (Prouni)⁴⁴, e a adoção do sistema de Seleção Unificada (SISU). Todas essas medidas acabaram por permitir um maior acesso aos estudantes de origem popular, especialmente por meio do Reuni, com o critério de cotas sociais e étnico raciais. (Scote, 2017)⁴⁵. Essas políticas hoje se constituem não só como uma porta de entrada para o ensino superior como também para acessá-lo.

5.2 Transpondo a teoria e adentrando o campo: Resultados e discussão

5.2.1 Alinhando as estratégias de recolhimento das informações e da análise: desafios para uma triangulação qualitativa.

Nesta dissertação, apostou-se em uma estratégia metodológica de triangulação. Entendemos “triangulação” como validação, mas também como forma de integrar diferentes

⁴³ O REUNI teve como principal meta não só ampliar o acesso ao ensino superior público, mas também a permanência estudantil (Brasil, 2010). E para concretizar o objetivo, “todas as universidades federais aderiram ao programa e apresentaram ao ministério planos de reestruturação, de acordo com a orientação do Reuni. As ações preveem, além do aumento de vagas, medidas como a ampliação ou abertura de cursos noturnos, o aumento do número de alunos por professor, a redução do custo por aluno, a flexibilização de currículos e o combate à evasão” (Brasil, 2018). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/reuni-sp-93318841> . Acessado em 04 de abril de 2019

⁴⁴ O PROUNI teve sua implementação em 2005, durante a gestão do ex presidente “Lula”, e tem como parâmetro oferecer bolsas de estudos a estudantes de baixa renda em cursos de graduação em universidades particulares. Essas bolsas podem ser integrais ou parciais e os critérios de seleção para adquirir a bolsa são: terem realizado o ENEM e a nota obtida serve como acesso ao programa, ter cursado seu todo seu ensino médio em escola pública ou com bolsa integral na rede privada, além de ter uma renda *per capita* familiar de até três salários mínimos (para bolsas parciais) ou até um salário mínimo (para bolsas integrais) (Almeida, 2012b, p.11)

⁴⁵ Eu mesma, Emilly Mel, entrei na Universidade Federal do Rio Grande do Norte por meio de cotas sociais e pelo “argumento de inclusão” que consistia em elevar 10% da nota total do/a estudante oriundo (a) da escola pública

perspectivas no fenômeno em estudo, como forma de descoberta de paradoxos e contradições, ou como forma de desenvolvimento, no sentido de utilizar sequencialmente os métodos/procedimentos para que o recurso à primeira estratégia inicial suscite complementação que virá de uma segunda estratégia, por exemplo conforme Greene, Caracelli e Graham (1989), cuja discussão tem sido empreendida também por Duarte (2009).

Partindo dessa perspectiva, utilizamos a coleta via internet de documentos de acesso público para a análise documental e, paralelamente, realizamos entrevistas com alguns(as) estudantes e, triangularemos esses dois dados com a história e trajetória da autora da dissertação, aproximando-se do que Andrade (2012) fez em sua tese. Os resultados de ambos os procedimentos serão discutidos complementarmente de modo a responder a totalidade dos objetivos específicos desta pesquisa.

5.3 - Análise Documental

Pensando-se no primeiro e segundo objetivos desta pesquisa, que almejava saber se nas IPES do estado do RN havia alguma política voltada para as pessoas trans* e a que demandas elas se referiam, realizou-se uma busca nos bancos de dados virtuais e páginas oficiais públicas das IPES do RN, de documentos que contivessem as palavras: "trans", "travesti", "transexual" e posteriormente "nome social". O estado do RN, como já supracitado, possui como instituições públicas de ensino superior a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), a Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN), a Universidade Federal Rural do Semiárido (UFERSA) e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologias do Rio Grande do Norte (IFRN). Os documentos encontrados foram resoluções, cujos dados estão sistematizados na tabela abaixo:

Tabela 1 - Resoluções				
Nome da IPES	UFRN	UFERSA	UERN	IFRN
Possui resolução voltada para a população trans*	Sim	Sim	Sim	Sim
Nome e número da Resolução	Resolução nº 232/2012-CONSEPE	Resolução nº001/2014 - CONSUNI/UFERSA	Resolução nº 22/2016 - CONSEPE	Resolução nº 54/2016 - CONSUP
Ano de criação	2012	2014	2016	2016
Demanda apontada	Nome Social	Nome Social	Nome Social	Nome Social

Tabela 01: Resoluções

Constatou-se que, das quatro instituições alvo da pesquisa, todas possuíam uma política voltada para a população trans* nesse espaço, em forma de resoluções, sendo que só a UFRN havia incorporado a resolução ao seu manual regimento das graduações. O que diferiu entre elas foi a ordem de criação da política, já que a UFRN foi pioneira no estado, aprovando sua resolução em 2012, seguida da UFERSA que aprovou em 2014, depois a UERN em abril de 2016 e por fim o IFRN em novembro de 2016 também. Se comparada com a primeira resolução aprovada no país dentro de uma IPES - que foi na Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) em 2009 -, nota-se que as IPES do RN demoraram para perceber e reconhecer a existência deste segmento dentro de seus âmbitos, mesmo eles já frequentando estes espaços e trazendo suas demandas consigo. Porém, é relevante apontar a existência de pelo menos um tipo de política nessas instituições, o que denota que a presença de pessoas trans* nesses espaços, de alguma forma, está sendo não só notada, mas também percebida como detentora de demandas.

Observando o conteúdo das resoluções e verificando a qual demanda elas tangem, pode-se observar que nas quatro resoluções, o que foi pensado para as pessoas trans* como demanda foi somente a questão do nome do "Nome Social". O nome social seria o nome que

a pessoa trans adota para si, é reconhecida na comunidade e nos contextos sociais os quais frequenta e que difere nome do registro civil (Jesus, 2012). Ter o nome social reconhecido foi posto como a única demanda, o que também não difere, por exemplo, da primeira resolução posta por uma IPES, a UNIFAP (2009) que também coloca como demanda o nome social. Nesse sentido, as IPES do RN seguiram o modelo posto sem divergir dele.

Pensando no cenário nacional, a própria cidade do Natal foi predecessora e pioneira nesse quesito, pois aprovou, em 2009⁴⁶, o uso do nome social para pessoas trans* no serviço público da cidade muito antes das IPES do estado do RN. Porém, isso não diminui a importância das IPES norte rio grandenses, bem como as de outros estados que se tornaram pioneiras a reconhecer esse direito, muito antes do estado Brasileiro, visto que este veio reconhecer esse direito na esfera federal somente em 2016, através do decreto Nº 8.727, de 28 de abril de 2016. (Brasil, 2016).

Além disso, um decreto que realmente resolvesse a questão da troca de nome e gênero das pessoas trans em seus documentos oficiais - sem precisar de judicialização para alterarem ou a submissão a laudos patologizantes - surgiu em 2018, através do provimento 73/2018, proferido pela Comissão Nacional de Justiça (CNJ⁴⁷). Cabe assinalar, que essa é ainda a única medida pensada diretamente para as pessoas trans* do estado e que mesmo diante projetos voltados para essa população, o que se vê é um proferimento de preconceitos transfóbicos e um notório “não” a qualquer política social que abarque esse grupo⁴⁸.

⁴⁶Disponível em http://www.natal.rn.gov.br/_anexos/publicacao/legislacao/LeiOrdinaria20091028_5992.pdf. Acessado em 06 de abril de 2019

⁴⁷ Disponível em: <https://www.conjur.com.br/dl/cnj-regulamenta-alteracoes-nome-sexo.pdf> e acessado em 04 de abril de 2019

⁴⁸ Em maio desse ano, na câmara municipal de Natal foi discutido o projeto “Transcidadania” para a cidade do Natal, nos moldes dos que já estão sendo realizados nas cidades de São Paulo/SP e João Pessoa/PB. Com 9 votos contra e 8 a favor, e sob a alegação de que isso seria “privilégios para essa população”, o projeto foi rejeitado. Eu estava presente na discussão sobre o projeto e uma indagação, provinda dos cartazes de quem votava a favor do projeto pareceu bem pertinente: “apanhar não é privilégio” e “morrer não é privilégio”. Visto os altos índices de violência contra LGBTIs e, especialmente às pessoas trans, o que realmente se configuraria

Outro dado que se pode analisar, observando esses documentos é que algumas omitiram a palavra "travesti" ou "transexual" da resolução, deixando só "nome social" ou uma menção ao termo "identidade de gênero". As resoluções da UFRN (2012) e do IFRN (2016) são exemplos em que os termos "travesti", "transexual" ou "transgênero" não são citados, o que desperta algumas reflexões. Apesar das resoluções da UFRN e do IFRN não mencionarem as pessoas travestis e transexuais, estas resoluções de nome social são justamente direcionadas à essa população, sendo que a primeira resolução voltada para este segmento de uma universidade federal superior do país, a da UNIFAP (2009), menciona as pessoas trans* em seu texto e, deixando evidenciado que sua política de nome social é para esse grupo. A não menção desses termos dificultou o acesso às resoluções, visto que a busca foi feita nos bancos públicos das IPES e, somente foram encontradas porque a pesquisadora tinha conhecimento de que existiam, e inclusive foi usuária de uma delas, a da UFRN durante um tempo de sua graduação⁴⁹.

Vale salientar que a luta também pelo nome social é uma das reivindicações do movimento trans* de longa data e que realmente é importante reconhecê-lo. O substancial dessas resoluções é que elas evitam constrangimentos a essas pessoas, pois evitam expor o nome civil das pessoas trans e resguardam não só seu nome social como sua identidade de gênero, e isso, de algum modo, contribui para a permanência estudantil de pessoas trans* nesses espaços.

como privilégio a essa população? Disponível em: <https://www.cmnat.rn.gov.br/noticias/1162/programa-de-incluso-para-travestis-e-transexuais-rejeitado-na-cmara>. Acessado em 10 de junho de 2019.

⁴⁹Ainda há, no senso comum, confusão entre o nome social, em que muitos o equiparam a nome artístico, geralmente usado por drag queens e celebridades como é o caso da Xuxa. Em uma discussão no âmbito do CRP-17, fomos interpeladas por um psicólogo/profissional que acreditava que se tratavam da mesma coisa, dizendo que ele então poderia por um nome que gosta no seu cartão ao invés do (sic) “nome original”, visto que é a instrução do Conselho Regional de Psicologia (CRP-17). Tive que interceder e explicar que o nome social não é só um nome que nos representa, na verdade é o nome que condiz com quem somos de fato, representando não só a nossa pessoa como também nosso gênero, evitando uma série de constrangimentos transfóbicos, uma demanda essencialmente de pessoas trans e não binários, que não era um nome artístico ou um apelido.

Com a realização da pesquisa documental, nota-se a importância de analisar e avaliar documentos, pois se percebe que as informações passadas interferem diretamente no futuro, e possibilitam o entendimento de nossos antecedentes. Então, a pesquisa documental - que tem o intuito de engendrar um novo conhecimento e trazer novas formas de compreender determinados fenômenos - contribuiu para se notar quando as demandas das pessoas trans* foram percebidas pelas IPES do RN, quando começaram também a ser atendidas e quais necessidades se referiam.

54 E o que se tem e o que se precisa? O que dizem e esperam as pessoas trans* das IPES do RN?

Visando responder os objetivos 3 e 4 desta pesquisa, utilizou-se a entrevista semi estruturada, organizada em três pautas, a qual procurou abarcar a dimensão de ser trans* e estar no ensino superior, não só pensando no como é vivenciar esse espaço sendo trans, mas também quais demandas que se colocam quando se tem essa intersecção. Nesta seção, a autora se colocará mais pessoalmente, visto que sua história também se conecta a esta pesquisa, além de vários sujeitos e sujeitas a citarem também. Posicionar-se é necessário, inclusive é igualmente um ato político, diante do cenário atual de desmonte das políticas para LGBTs e direitos humanos que temos.

Dumaresq (2013) aponta que, para se humanizar uma pessoa ou determinado grupo social, precisa-se ir muito mais do que denominá-la como seu “objeto de conhecimento.” É preciso transformá-lo em sujeito epistemológico do conhecimento, permitindo a agência da pessoa sobre o que se fala e se escuta. Realmente, nesta dissertação não se tem como, literalmente dar voz às pessoas trans, porém, ao devolver as análises para posterior avaliação e consentimento novamente deles e delas, os tornamos como co-participantes e co-construtores do ato de narrar a si mesmo(a), mas também de construir os dados dessa pesquisa. A própria autora também, por toda sua trajetória de vida, cansou de ser só objeto de

curiosidade antropológica de pessoas cis e agora se coloca como produtora de saber, agenciando não só a escuta e fala de si, como também movendo e até desestabilizando os pilares da produção do conhecimento⁵⁰.

A análise de conteúdo de Bardin ([1988] 2011) será a inspiração para a estratégia de análise de dados adotada para essa pesquisa, como já citada anteriormente e, de forma resumida, consiste em: organizar, decodificar o material e verificar os dados para que se possa fazer inferências a posteriori.

Das entrevistas realizadas, pôde-se extrair e compreender alguns eixos temáticos, com seus respectivos tópicos e que estarão na forma descrita abaixo:

1. Pontos convergentes e divergentes: ser trans na universidade em suas múltiplas formas.
 - Semelhanças
 - Diferenças
2. Que demandas as pessoas trans colocam para a universidade?
 - informações/seminários sobre a população LGBT
 - saúde: hormonização/psicologia
 - uso do banheiro
 - cotas.
3. Inventividades de um corpo que ocupa e (*trans*)forma

Pioneiras e pioneiros da academia: “*Nordestinas femininas, Mulheres trans, sim senhor!*” e “*Homens com T, não de Testosterona, mas sim, de Transcender!*”

⁵⁰ Concordando com Shimakawa (2013) que, apesar de termos um número mais ínfimo de pessoas trans no ambiente acadêmico, é importante dar espaço para as pessoas trans e suas questões de forma crítica, inclusive com sua “epistemologia subalterna”, que ao longo da história ficaram sempre à margem dos debates, ora por uma compreensão de que o protagonismo só pairava sobre letra G (gays) do movimento LGBTI, ora por causa de entendimentos colonizados ou patologizados sobre as questões trans.

Apesar desses eixos serem descritos de forma separada, o eixo 1 alimenta os outros dois, pois, foi a partir do ser trans na universidade e estar nesse espaço, que as demandas por esse segmento foram levantadas e, devido a isso, as fissuras e inventividades puderam ser feitas.

5.4.1 Eixo 1: Pontos convergentes e divergentes: ser trans na universidade em suas múltiplas formas

A partir das 8 entrevistas, pode-se vislumbrar a diversidade das experiências trans não só em suas interseccionalidades, mas também, ao vivenciar os contextos das IPES do RN. Diversas (os) autoras (es) sinalizam que a experiência trans não deve ser vista como essencializada ou única, e que ela variará de acordo com o contexto da pessoa (Bagagli, 2016; Shimakawa 2015; Dumaresq, 2013; Bento, 2014; Andrade, 2012; Jesus, 2012).

Acrescenta-se ainda, de acordo com Vergueiro (2012), que as análises não devem se reduzir à questão apenas da vivência e identificação com o gênero em si, mas que outros denominadores estarão da mesma maneira tendo seus efeitos nessas vivências, dando como exemplo as questões de raça/etnia, nacionalidade, sexualidade, nível educacional, religiosidade, dentre outros. E que por isso, elas devem ser evocadas também para se pensar as violências que as pessoas trans lidam e presenciam todos os dias.

Apesar das similaridades entre as vivências, visto que a transfobia e a cisnormatividade perpassam cada uma delas, essas vivências, do mesmo modo, tiveram suas divergências, pois cada contexto singular das pessoas trans afetava diretamente a forma como participava e vivenciava a universidade, como veremos nos tópicos a seguir.

5.4.1.1 Semelhanças

O dicionário Aurélio da língua portuguesa (2000) define a palavra *semelhança* como “sf. 1. qualidade do que é semelhante. 2. Relação entre seres, coisas ou ideias que têm em si elementos conformes, além dos comuns às espécies. [...]”. Nas narrativas, pontos semelhantes

foram percebidos (mesmo que não em todas as entrevistas) e aguçaram nossa percepção sobre essas vivências.

Um dos pontos relevantes é que todos e todas as/os chegaram ao ensino superior nas IPES através do ENEM (com exceção de Marina que na época entrou pelo vestibular), conseguindo a nota almejada para acessarem os cursos escolhidos. Nesse sentido, essa pesquisa corrobora com as dissertações de Scote (2017) e Santos (2017), os quais sinalizam a entrada de pessoas trans, tanto em IPES quanto em instituições privadas, através do ENEM e este sendo a porta de entrada para estarem em um curso superior.

Sobre essa questão do ENEM e o acesso a ele, emerge outro ponto em comum que perpassou as vivências da autora, Benjamin, Mariah, Marilyn e Mariana, que é a questão de serem oriundos (as) de escola pública, sem ser os institutos federais do estado (IFRN). Ser oriunda (o) de escola pública além de colocar um marcador de classe a essas pessoas, demarcando os seus contextos, sinaliza também que é possível estar em uma IPES mesmo vindo de um contexto não privilegiado.

“Emilly: [...] Então, toda sua trajetória foi em escola pública?

Benjamin: Sim. Toda na escola pública.”

“[...] O meu caminho foi bem árduo, né? Eu sou de uma família da periferia, de um lugar chamado Beco da Vaca que fica no Bairro de Nossa Senhora de Nazaré, nas adjacências, ali próximo da rodoviária e a gente veio de uma família é... onde todo mundo conseguiu concluir o ensino médio, tudo em escola pública [...]”
(Mariah)

“É...lá em Areia Branca eu estudei o ensino médio em escola pública, na verdade, estudei toda minha escolaridade em escola pública, aí quando eu decidi, mais ou menos, já era bem no final, o último ano do ensino médio, foi que eu decidi que iria fazer o curso[...]” **(Marilyn)**

“Bom... eu só estudei em duas escolas públicas, todas foram públicas. É... uma foi de ensino fundamental 1 e 2. Quando eu acabei o ensino fundamental 2, eu fui pra uma outra escola pública onde tinha ensino médio, digamos que é uma escola referência, lá eu cursei dois anos.” **(Marina)**

Essa maior quantidade de pessoas vindas de escolas públicas e sendo trans, retomando a discussão proposta no início do capítulo, também pode ter sido fruto da ampliação de vagas nos Ensino Superior Público, através de diversos programas (REUNI, PROUNI, por exemplo) e por conseguinte, com a criação de alguns mecanismos para a maior inserção de um público de baixa renda e de outras raças/etnias (Scott, 2017), como a lei Nº 12.711 mais conhecida como “Lei de cotas” (criada para fortalecer e ampliar oportunidades educacionais e sociais) e, por exemplo, na UFRN, com a questão do argumento de inclusão. Um adendo que pode ser feito é que todas essas iniciativas (resoluções, leis e ações afirmativas) permitiram, nos últimos anos, um maior contato de diversidade de pessoas, não só na questão étnico racial, mas também de LGBTIs (Dimenstein, De Souza, Leite, Dantas & Macedo, 2018).

Notando-se de forma macro o espaço acadêmico, o que se denota é que ainda se tem poucas pessoas trans, visto a quantidade de nós que está fora desse ambiente, porém, mesmo que timidamente, as pessoas trans já ocupam esse espaço. Entretanto, se deve olhar com cautela para essa ocupação, pois, como pontuam Gomes, Faheina e Ker (2019), utilizando dados de levantamentos oriundos da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) e junto com dados também pela reportagem do Estadão com universidades públicas federais, trazem a chocante estimativa da população trans no ensino superior: apenas 0,1% dos estudantes universitários de IPES do Brasil são trans⁵¹.

Sobre esse dado, ele foi percebido na prática por mim, ao entrevistar as pessoas trans, notei que nunca havia mais outro(a) aluno(a) trans na mesma classe e no mesmo período, e mais, a pessoa era a pioneira ao se formar nesse curso, sem vir outra pessoa posteriormente à

⁵¹ Detalhando mais sobre esse ponto: “[...] as perguntas sobre gênero e orientação sexual foram inovações do questionário da V Pesquisa. Como previsto, a proporção de graduandos (as) que se declararam trans, na questão sobre gênero, é bem pequena, da ordem de 0,2% em todo país. Aqueles que se declaram cis são maioria, tanto entre mulheres como homens, mas se agrupamos todos os respondentes que negam tal identidade, obtemos uma proporção nacional de 11,6%, com um pico de 18,2% na região Norte. Tais números nos levam a pensar que a universidade pública de fato é um espaço onde a heteronormatividade, para não dizer cisheteronormatividade, tende a ser cada vez mais questionada. No que diz respeito à orientação sexual, pouco mais de 1/5 dos (as) discentes não se classifica como heterossexual.” (ANDIFES, 2018, p 60.)

formação dela. Inclusive, faz três anos que me tornei a primeira psicóloga trans (em 2016) graduada em Psicologia pela UFRN e até agora, não temos outra pessoa trans. Santos (2018), ao realizar um trabalho sobre a permanência estudantil de pessoas LGBTQs no curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), sinaliza a não existência de pessoas trans respondendo a sua pesquisa, o que nos instiga a pensar: onde estão as pessoas trans e por que não chegam a esse espaço? E outra questão ainda maior e pertinente: existem pessoas trans nesse espaço atualmente? A lacuna se presentifica.

Traçando mais um ponto em comum, foi que Benjamin, Marilyn, Troy Bolton e Marina souberam da portaria do nome social através de minha história e com essa informação sabiam aonde ir e como garantir esse direito, alguns (as) relatam não terem encontrado nenhum obstáculo para acessá-la, como foi o caso de Benjamin e Marilyn, outros (as) relatam algumas dificuldades como foi para Troy Bolton e Marina.

“Através da... portaria da universidade e através sua história [da Emilly], que foi quando veio, e aí enfim. Foi fácil acessar a política porque eu entrei lá, dei entrada num processo e no mesmo dia tava lá no SIGAA, e eu nunca precisei renovar nem nada, nesses meses todos. Eu só fui lá no primeiro semestre, dei entrada no processo no meu Sigaa e tudo já foi alterado”. (Benjamin)

“Eu fiquei sabendo por terceiros, mas também sabia que você já havia conseguido. Cheguei lá na PROGRAD e me deram um papel pra preencher, foi bem simples, deram um outro cartãozinho com uma data, que ia ter uma reunião e que depois iam dar o resultado se tinha dado certo ou não.” (Marilyn)

“[...]eu sou muito grato a você [Emilly], foi uma palestra que você deu lá na UFRN na aula Magna e eu convenci meu pai a ir comigo e ele ficou muito tocado escutando você falando e foi depois disso que ele começou a tentar me tratar no masculino e ele fez essa surpresa pra mim, ele foi lá na diretoria, falou com a pedagoga e conseguiu mudar o meu nome na chamada.” (Troy Bolton)

“Só na UFRN que deu um pouco de problema, porque o sistema não estava preparado pra isso, pra receber meu nome social, apesar de que a mulher na hora da matrícula disse que daria pra fazer. Quando eu fui tentar entrar no SIGAA, não estava dando certo, provavelmente porque meu nome não estava batendo com o nome dos documentos, não sei dizer, só sei que não estava conseguindo entrar de jeito nenhum, tive que ir na PROGRAD e pedir pra eles mudarem lá, e aí a mulher ainda mudou errado, e até hoje tenho que ir lá pra refazer, mas tenho preguiça (risos) porque ela perguntou qual era meu nome social e eu falei Troy Bolton e ela deve ter

entendido que eu anulei meu sobrenome, então meu nome está só Troy Bolton”. (Troy Bolton)

“Através de amigos que já eram de segmentos, já eram dentro da universidade. Principalmente aqui da UFRN que é uma instituição gigantesca, teve você mesma quanto referência, e foi daí onde fui tirando forças, e a gente foi ficando curiosa, fomos então procurar, até então a gente chegar a esse ponto. Digamos que a gente teve a informação partir das experiências de outras pessoas.” (Marina)

“Emilly: Você teve mais alguma dificuldade?

Marina: *Tive, foi o nome social pra poder começar a mudar dentro do sistema.”*

Assim que eu assinei o formulário para pedir a utilização do meu nome social na chamada, isso sendo no dia 4 de dezembro de 2012, fui convidada por algumas pessoas para dar entrevista sobre este fato com o intuito também de divulgar essa nova resolução⁵².

Ainda sobre a questão das resoluções, houve uma discussão a qual Bento (2014) aponta que as portarias todas sobre nome social em diversas esferas micropolíticas, acabaram por ser uma “cidadania precária⁵³” para que o governo justamente não aprove uma Lei de identidade de gênero como em vários outros países, inclusive sul-americanos e, não garantisse o direito pleno à cidadania. Pensando com a referida autora, realmente era um paliativo, algo muito precário diante do que as pessoas trans realmente tinham como demandas, mas a

⁵² “Nome Social: um direito ainda não aceito”, de Juliana Garcez (2012). Essa foi a matéria, 4 dias após eu assinar a resolução de nome social. Essa foi a primeira de muitas e que serviram para que não só a comunidade acadêmica em geral soubesse desse direito, mas, também as outras pessoas trans*. Sobre acessar essa resolução, ainda passei por uma situação de constrangimento visto que, o pró-reitor da época se recusou a me receber e na sala de espera fiquei ouvindo gracinhas e piadinhas, esperando por uma tarde inteira para não ser atendida. Cheguei na sala da Pró-reitora de assuntos estudantis, que na época era Janeusa Trindade, abalada, chorando porque não conseguia ter tido acesso a esse direito. Janeusa, sensibilizada, me prometeu que resolveria esse “problema”. No dia seguinte me chama em sua sala, me dá seu telefone celular em mãos e pede “diga o seu nome para ele, que ele colocará no sistema agora e amanhã já aparece na chamada”. Mesmo com a política só com a intervenção de Janeusa eu consegui acessá-la de forma plena.

⁵³ Nas palavras da autora: “A cidadania precária representa uma dupla negação: nega a condição humana e de cidadão/cidadã de sujeitos que carregam no corpo determinadas marcas. Essa dupla negação está historicamente assentada nos corpos das mulheres, dos/as negros/as, das lésbicas, dos gays e das pessoas trans (travestis, transexuais e transgêneros). Para adentrar a categoria de humano e de cidadão/cidadã, cada um desses corpos teve que se construir como “corpo político”. No entanto, o reconhecimento político, econômico e social foi (e continua sendo) lento e descontínuo.” (Bento, 2014b, p.167)

criação dessas resoluções permitiu uma fissura não só para que, pelo menos nesses ambientes, a pessoa pudesse ser respeitada, como também a abertura para a discussão sobre o assunto e visibilidade sobre as questões trans (De França; Nogueira & Araújo, 2016).

Dissertando ainda sobre o nome social, este foi uma demanda unânime em todas as pessoas entrevistadas como demanda inicial. Todas as pessoas assim que iniciaram seus cursos foram em busca da utilização dessa política justamente para evitarem o constrangimento de serem chamados por um nome e um pronome que não refletia sua verdadeira identidade de gênero.

“A demanda inicial foi o nome social depois a permanência[...] Bom... a importância é a prioritária [sobre o nome social]... é o que fez eu estar no IFRN, eu lembro que no primeiro dia de aula eu gelei, eu não queria entrar na sala, eu tava com vergonha, eu tava com tudo imaginando de ser chamada pelo outro nome porque assim, a partir do momento que as pessoas te conhecem com o nome civil, elas não querem te chamar do nome social, elas objetificam que seu nome civil é o nome que te identifica porém, o nome social é o que vc tem perante a sociedade.[...] (Mariah)

“Identificação de gênero e nome social. Meu nome na chamada. [...] Sim, utilizo porque é como e eu consigo me sentir confortável naquele lugar [UFRN], e eu acho que se eu não tivesse acesso ao nome social eu provavelmente ia me sentir muito constrangido de ir pra lá [...]” (Troy Bolton)

“A primeira, primeira, como pessoa trans foi antes do início das aulas, né? Entrar em contato e ir lá para utilizar o nome social, porque eu acho que seria uma das piores agressões é estar em um espaço onde as pessoas não conseguem chamar você pelo seu nome, e essa foi atendida.” (Benjamin)

“Mudar o nome, porque eu já era Marilyn, mas, na instituição eu não era Marilyn, eu precisava fazer algo porque tava me sentindo muito mal quanto a isso.” (Marilyn)

“Foi o nome social. [...] Quando eu entrei no meu campus...então eu tive que travar uma luta pra poder usar meu nome social porque eu estava abrindo a plataforma, não tava gostando daquele nome [civil] e você vai começando a rejeitar, e então você ia atrás dos seus diretores” (Marina)

*“Emilly: Então, como demanda inicial você falou o currículo lattes e o nome social que já tinha a resolução?
Amy Lee: Isso mesmo. Em questão daqui como o lattes é uma coisa a parte do IF realmente não tem como eu... mas não só eu, várias meninas trans também tem esse problema com o lattes, não só daqui como de outras universidades, que a gente não tem a opção de nome social no currículo lattes, não tem isso. E. mesmo que eu bote minha foto lá, ,botar minha foto de vestido no currículo lattes mas tá lá com o nome*

[civil], tô arrumada mas tá lá com o nome masculino, gênero masculino, ele não deixa nem eu botar meu gênero, ah não pode esconder, tá assim os registros tal e tal. Então isso é constrangedor. Pensa, quando eu for apresentar um projeto de pesquisa e tudo mais vai estar lá “fulano de tal”, se um dia eu tiver que apresentar eu tenho que dar o meu nome civil e não meu nome social, eles chamam meu nome civil e quem entra é uma mulher já feita né, apresentando como mulher mas sendo chamada pelo nome masculino, o meu maior medo é esse só, acho que foi a grande única demanda, vamos dizer assim.” (Trecho da entrevista com Amy Lee)

“Emilly: Então você disse que já tinha uma dificuldade inicial que era colocar o nome social no sistema e essa era uma demanda também?

Coraline: Isso. Porque uma das primeiras coisas, a primeira coisa que eles fizeram, eles colocavam, mas era tipo assim, nome masculino e entre aspas depois que colocavam o feminino, aí eu fiz “gente, não adianta de nada isso , então é melhor deixar só o masculino, aí depois que eles botaram o nome...o nome social Coraline e entre parênteses o masculino e eu fiquei “não, ainda está errado”, eles não aceitam, aí foi quando eles mandaram pro sistema de novo e eles lá na TI fizeram realmente”.
(Trecho da entrevista com Coraline)

“Jacques: Eu utilizei a política [de nome social] para ter a possibilidade de inclusão maior.

Emilly: Por que essa inclusão maior?

Jacques: Acredito que pela linguagem de fato dar nome às coisas, eu precisava, do nome para ser quem sou, pra que as pessoas me vissem como quem eu sou, para eu ser reconhecido.”

O nome dá um lugar à pessoa em nossa sociedade, a demarca e o não reconhecimento desse direito humano básico, bem como das respectivas identidades de gênero dessas pessoas, não só as fragiliza como as violenta, impedindo e precarizando tanto a existência quanto a vida delas (Tonhon & Vergueiro, 2016; Cantelli & Nogueira, 2018) e, por isso essa política é essencial na vida de qualquer pessoa trans.

Tecendo mais pontos em comum, o descobrimento da política de nome social não veio da própria instituição, em forma de aviso sobre esse direito ou como uma informação a mais dada pelos servidores no ato da matrícula. Várias pessoas trans sabiam da existência da política ou de outras, muito antes dela ser criada em suas instituições, como é o caso Coraline, que sabia da existência da política de nome social criada em 2009 (Natal, 2009) em sua própria cidade, de Mariah que cita a portaria 1820 de 13 de agosto de 2009 do Ministério da

Saúde⁵⁴ e a da UFRN (2012), de Troy Bolton que soube através de uma palestra que assistiu com o pai - e que eu era a palestrante - discorrendo sobre justamente a vivência trans.

“A Política eu descobri. Já tinha né? Numa portaria que foi da Micarla, a prefeita, que ela tinha aberto uma portaria falando dessa do nome social, tanto na carteira de estudante quanto em...em espaços públicos e que era pra ser respeitado, então essa parte eu já sabia, algumas portarias que eram federais e estaduais.[...]” (Coraline)

“Até então não havia política específica no IFRN. Eu levei uma lei municipal, um decreto estadual e uma portaria nacional do Ministério da Saúde.” (Mariah)

“[...]Eu sou muito grato a você [Emilly], foi uma palestra que você deu lá na UFRN na aula Magna e eu convenci meu pai a ir comigo e ele ficou muito tocado escutando você falando e foi depois disso que ele começou a tentar me tratar no masculino e ele fez essa surpresa pra mim, ele foi lá na diretoria, falou com a pedagoga e conseguiu mudar o meu nome na chamada.” (Troy Bolton)”

O importante desse conhecimento prévio à instituição, é que a partir dele, as políticas que não existiam, puderam ser criadas e serviram de guia para que direitos básicos fossem acessados.

Um adendo que poderia se fazer é que, se os funcionários/servidores fossem instruídos sobre essa questão, isso poderia evitar constrangimentos e passar uma informação crucial para as pessoas trans* no ato da matrícula (Scote, 2017; Santos, 2017; Dimenstein, et. al. 2018). O relato de Amy Lee exemplifica melhor essa questão:

“No ato da matrícula, assim que eu cheguei pra fazer a matrícula tremendo, né? Toda assim, toda tremidinha, com medo, com aquele monte de documento na mão, tudo com o nome civil, com foto de ‘ocó’ ainda...e aí, assim que eu dei os documentos, eu falei pois então, eu estou fazendo transição e tal. Aí o rapaz veio e disse ‘olha você quer que bote o nome social no seu então, que a gente tem isso...’ e virou pra mim, eu fiquei ‘oi?’ Aquele choque assim, tipo eu não esperava e ele disse “se você quiser, né? como você está em transição e com os documentos a gente pode incluir aqui no

⁵⁴ Disponível em : http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/cartazes/nome_social_sus.pdf. Acesso em 10 de julho de 2019

seu cadastro seu nome social , me diz como é que escreve que eu já vou botar aqui antes da gente confirmar, você vai conferir comigo pra ver se seus dados estão todos certinhos, se é o nome que você está querendo que apareça, porque é aquele nome que vai aparecer pros professores, e vai tá tudo bonitinho lá'. E realmente foi isso, no ato da matrícula o rapaz me informou de todas as politicazinhas bonitinhas. (Amy Lee)

Ela não sabia da existência dessa política, nem mesmo quando estudou na IPES pioneira em criá-la no nosso estado, que foi a UFRN, porém, no ato da matrícula em outra IPES, o IFRN, para a surpresa dela, um funcionário da instituição a avisou e, com isso, ela pôde usar o nome social sem nenhum problema a mais, sendo também fonte de grande alívio. O quanto essa informação, se tivesse sido dada na UFRN, poderia ter influenciado positivamente a vida dela?

A utilização dessa política serviu também como um fator de permanência e ela por si só foi suficiente apenas para algumas pessoas trans, entretanto, não era o único para as demais, visto que a condição de classe afetava diretamente a vivência de várias entrevistadas e estas, especificamente, demandaram mais iniciativas da IPES a qual estavam, e esse foi outro ponto que uniu algumas narrativas.

Mariah, Benjamin, Coraline, Marylin, pontuam questões de permanência para além do nome social, e que realmente precisaram de mais auxílios para subsidiar a sua continuidade na IPES (como moradia, alimentação e até mesmo de estar em outras bolsas para complementar a renda e precisar se manter):

“Eu falo que as dificuldades são na questão financeiras mesmo, sabe? entrar na universidade é muito fácil, porém difícil é ficar na universidade. Eu não tenho condições de pagar a passagem todos os dias, eu não tenho condições de comer todos os dias, eu não tenho condições de pagar meu uniforme, eu não tenho condições de gastar com xérox, então tudo isso é complicado pra mim, apesar que existe cotas no serviço social mas é muito difícil acessá-las. As pessoas não entendem a vulnerabilidade.” (Mariah)

‘Não, a minha bolsa é um programa Nacional que existe de incentivo aos estudantes de ensino superior e ela se chama programa Institucional de bolsas de iniciação à docência, ou seja, o PIBID. [...], porém o atual presidente do Brasil cortou a bolsa, e todos os estudantes de licenciaturas do Brasil todo tiveram esse benefício tirado e isso

foi muito prejudicial a mim porque 400 reais era o que me ajudava a pagar meu aluguel. Então sem... pra vocês verem como o mínimo ajuda, porque assim é 400 reais de uma bolsa que faz eu pagar meu aluguel, 350 que eu moro na Bernardo Vieira e aí fica muito complicado o acesso à instituição, então se eu for ter que conseguir esse dinheiro, eu não vou tá no curso porque onde eu consigo esse dinheiro é na rua, então a rua funciona a noite, e a noite é a hora do curso. Então eu vou ter que optar entre o curso ou sobreviver, e isso é muito complicado pra mim porque eu sei a importância da educação na minha vida, porém a sociedade não entende que eu preciso ter acesso a permanência na instituição pra eu poder concluir meu curso.” (Mariah)

“Teve outra questão que foi o fato de, pra eu me sustentar, como eu não tive minha família do meu lado, nessa época, né? Não tive ninguém do meu lado, as pessoas da minha família não aceitavam. eu tinha que trabalhar, então eu trabalhava 8 horas e os professores não queriam entender que, às vezes, eu não conseguia ler um texto, sei lá de cento e tantas páginas, e eu não conseguia discutir dentro da sala, e eu não conseguia acompanhar o curso porque eu tinha que trabalhar, e o meu trabalho eu não posso parar. E aí eu morava na zona Norte, tinha que ir trabalhar em Parnamirim, eu acordava de cinco horas da manhã, e chegava, e tinha que ir para a Universidade na Zona Sul. Na verdade eu acordava de cinco horas da manhã, pra trabalhar em Parnamirim de sete, de cinco da tarde eu saía de Parnamirim e ia pra universidade e, saía às dez horas da noite e chegava na zona norte às meia noite. Então era uma trajetória muito, muito, muito pesada. [...] Eu tive que optar entre ter onde comer e dormir ou ir pra Universidade[...].” (Benjamin)

Emilly: E no começo você falou que aqui no IFRN teve suporte também [teve auxílios]?

Coraline: E essa coisa da bolsa,, era tipo assim , ah você sabe que muitas meninas, às vezes, elas se prostituem porque elas não tem 10 reais pra comprar uma Perlutan, não tem 15 reais pra comprar um pó, porque você sabe que a gente gosta de usar essas coisas que nos tornam. não é nem que nos tornam mais mulher, mas é tipo porque a gente gosta de realmente ter uma feminilidade. É isso. Então muitas vezes elas não têm, então pensam “tipo eu vou estar na escola fazendo o que? Só ir pra sofrer transfobia ou a professora chamando meu nome masculino, é melhor eu estar na rua ganhando dinheiro e estar fazendo a minha vida”. Então aqui [IFRN], era aquela coisa de “eu tô aqui, eu tenho uma bolsa, recebo um auxílio de 300 reais, recebo almoço e janta, então pra que, né? Tá muito fácil aqui, por exemplo, 300 reais é só pra ser estudante’, na época eu morava com minha mãe e minha mãe ela era assalariada, então ela não precisava. era um dinheiro que ela não precisaria me dar, que seria o dinheiro dos meus hormônios, dinheiro dessa coisa dos cosméticos que eu usaria , então por isso que aqui foi muito mais fácil. [Trecho da entrevista com Coraline]

“Acho que no sentido financeiro, eu nunca tinha conseguido auxílio e, depois chegou um tempo assim que eu estava sem bolsa sem nada, só fazendo o curso mesmo e eu disse “não, vou precisar me recorrer a universidade porque acho que é a única forma, de eu continuar aqui em Natal” e agora as coisas nesse semestre tem tudo dado mais certo ,no caso semestre passado, porque eu estava sem nada ,foi bem complicado pra mim mas, as coisas começaram a se resolver, eu resolvi também, me mudar tipo as coisas foram realmente se encaixando, entendeu?” (Marilyn)

“[...]não tive nada na universidade, não tive nada, eu terminei meu curso todinho sem ganhar uma bolsa. tive um trabalho, tive...eu tive, um projeto que apareceu pela própria universidade para o curso. Inclusive, selecionava alguns alunos, primeiro era pelo IRA, índice de rendimento acadêmico de cada aluno. aí você fazia e selecionava seis e, ia pra uma entrevista, dos seis aceitos eu fui a quinta melhor da sala de 32 alunos. (Marina)

“Emilly: E agora, ao longo de seu curso, o que você considerou como demanda?

Marina: O dia a dia da vida de uma trans. A permanência. Eu já não tinha trabalho, eu já não tava mais no salão aonde eu trabalhava, digamos que eu já trabalhava autônoma, fazia cabelo... Eu estava praticamente de mãos atadas, não tinha digamos renda, não tinha. [...]

“Emilly: Mas se não fosse essas pessoas [colegas, amigas e companheiros], você teria permanecido nesse curso?

Marina: Não, eu teria desistido, não teria como, até porque a apostila as vezes já é difícil, tinha dia que nem o dinheiro da apostila eu tinha. Às vezes, era uma amiga íntima lá da sala que me dava e depois eu pagava, e ela não queria. Eu tive também ajuda dessas amigas, que foi muito especial, então foi isso” **(Trecho da entrevista com Marina)**

Esse fato corrobora com as dissertações de Scote (2017) e Santos (2017), em que as pessoas trans relatam buscar outros tipos de auxílios para além da demanda inicial do nome social para poderem dar prosseguimentos a seus cursos. Esses auxílios podem ser cruciais na permanência estudantil, sendo que sem eles, a evasão ao curso universitário pode ser a única saída diante da díade: “terminar o curso superior ou se manter?” Isso ficou evidente na fala de Benjamin como veremos a seguir

Benjamin, por não ter conseguido os auxílios da universidade, desistiu do curso porque sobreviver era mais importante e ainda ressalta que a minha história foi o marketing da universidade, porque enquanto eu consegui tudo e apoio de todos, ele não, acabando por ficar desamparado pela instituição, que inclusive lhe colocou em uma escolha cruel: que desistisse do emprego para ter uma possibilidade de acessar a política, porém sem garantia de que se abdicasse do emprego, realmente seria contemplado.

“Então juntou o fato do curso não acolher, o fato da Universidade não acolher, com o fato da realidade da pessoa, o fato que eu precisa me sustentar porque eu não tinha

ninguém... então eu não tive como... eu procurei a Universidade. eu procurei a universidade para entrar na residência e deixar de trabalhar para somente estudar pra eu me dedicar ao curso, porque eu vi que estudar e trabalhar morando na Zona Norte eu não ia ter condições, além de ser uma pessoa trans. E aí a universidade disse que não, que não ia me dar assistência, né? Porque eu tava com a carteira assinada no momento e pra eu ter assistência eu tinha que passar um período sem tá com a carteira assinada. E aí eu fiquei 'tá, mas nesse período eu vou me sustentar como? Se ainda não vai ter aberto o prazo pra eu entrar na residência.' E aí eu não quis travar esta batalha, eu achei que a universidade fosse mais maleável em relação a isso porque eu sim queria estudar, mas que não tinha condições de fazer isso, fisicamente, e materialmente falando” (Benjamin)

“Mas eu lembro, inclusive Emilly, que na época você moveu pessoas e as pessoas se moveram pra ajudar você, porque você sozinha, com certeza, não teria conseguido. pessoas se moveram, e até me desculpe pela expressão que eu vou usar agora, mas, eu não tive a sorte de pessoas quererem me dar as migalhas delas, né? Então... e lá na universidade, apesar de você já ter passado, de ter sido o marketing da universidade, apesar de teoricamente ser uma coisa mais fácil pras outras pessoas que viriam, não foi.” (Benjamin)

Esse fato relembra uma discussão empreendida por Davis ([1983]2017), quando ao relatar a indignação das feministas brancas em relação a não adesão das outras mulheres de diversas minorias étnicas ao movimento feminista da época e as suas pautas políticas, a autora traz o fato de que sem a materialidade concreta, sem ter o que comer, sem gozar da estabilidade financeira e material que suas irmãs brancas tinham, era visível que as outras mulheres não conseguiriam e nem poderiam aderir ao movimento e suas pautas. De maneira similar, se Benjamin não tem nenhum suporte social, e os auxílios financeiros são todos negados pela instituição a qual solicitou, a escolha pela sobrevivência e a evasão do curso, muito mais do que óbvia, é extremamente necessária.

Ainda se faz necessário pontuar que, além de terem constantemente a cidadania negada, as pessoas trans costumam ter suas vidas afetadas pelas desigualdades de classe, visto que a exclusão social a qual são expostas cotidianamente fazem com que não acessem direitos básicos e inclusive, o próprio mercado de trabalho formal, e com isso, não ascendam socialmente, nem consigam acessar formalmente os espaços de ensino superior, onde a

tendência é que tenham que recorrer a trabalhos precarizados como a prostituição (Scote, 2017).

Essa é a realidade de Benjamin, narrada nessa dissertação, quando ele “abdica” de tentar continuar no curso porque não consegue os auxílios, e também com Mariah, que relatou que coloca currículos há muito tempo na cidade de Natal, mas que até o momento da entrevista não tinha conseguido emprego o que a fazia recorrer à prostituição, até os auxílios chegarem.

Emilly: *Onde você vive hoje e qual sua principal ocupação (trabalho)?*

“Bom... eu venho da rua, né? Eu fui prostituta durante um bom tempo da minha vida e entre a prostituição e estudar, eu fui tentando mesclar as duas coisas. O curso era a noite, a prostituição também era a noite então, muitas vezes, eu trazia textos da Universidade para ler enquanto eu estava na rua me prostituindo, entre um programa e outro eu lia o que ia ser aplicado no outro dia na aula. Até que uma professora minha me contratou para trabalhar com carteira assinada na loja dela, ajudando a vender produtos femininos. A loja, o... emprego durou uns quatro meses em 2016. Lembrando que eu entrei no curso em 2015, e de janeiro de 2015 até janeiro 2016 eu não conseguia nada. Era na base da rua [prostituição], na base dos eventos e tendo que intercalar isso com as aulas.” (Trecho da Entrevista com Mariah)

” [...] E agora no ano de 2018, o ano que já foi cortado o PIBID e também é o ano que o estágio chega ao final. Então assim eu tenho esse estágio até junho e se eu não conseguir nada, provavelmente eu vou ter que voltar pra rua [prostituição] e quem sabe até, quiçá, eu ter que também trocar o curso no sétimo período prestes a apresentar minha monografia. (Mariah)

O apoio que recebi pela instituição - na forma de políticas públicas - quando fui expulsa de casa, tornou-se crucial em minha vida, visto que sem ele, eu não estaria aonde estou hoje. Poder estar na residência universitária, com acesso ao restaurante universitário, participar do Núcleo Tirésias e ter uma bolsa de apoio técnico, garantiram minha permanência e conclusão do curso (Dimenstein et. al., 2018⁵⁵) e, isso representou um importante marco e avanço, pois ser a primeira mulher trans em um residência universitária do meu estado, e

⁵⁵ Sempre que eu estiver falando de minhas vivências pessoais e contrastando com os/as colaboradoras (es) da pesquisa estarei me referindo a este artigo produzido a partir de um diário de campo meu sobre como era ser uma aluna trans no espaço de uma IPES. Ele foi produzido por mim junto a mais três professores do departamento de Psicologia da UFRN.

provavelmente uma das pioneiras do país, fez com que lugares que antes eram inalcançáveis para outras pessoas trans fossem agora possíveis.

Em duas narrativas, a de Benjamin e Marina, encontra-se um ponto em comum, mesmo que somente nestas narrativas. O fato de que ele e ela tinham expectativas positivas em relação às IPES que iriam ingressar, mas que ao começar a frequentar o ambiente acadêmico essas expectativas foram quebradas justamente por acharem que por ser uma universidade, esse ambiente poderia ser mais acolhedor e na verdade, ele mostrou seus resquícios de transfobia e não acolhimento:

“Na realidade eu achava... porque eu já frequentava a UFRN em palestras, em eventos, a gente era convocado para participar do movimento social, né? enquanto homem trans para palestrar para determinados cursos, para falar sobre a nossa realidade para determinados cursos, então eu tinha uma expectativa da UFRN como um espaço desconstruído, como um espaço onde eu ia conseguir ser quem eu era, que as pessoas iam respeitar porque assim como os auditórios lotavam para enxergar a gente, pra ver o que a gente tinha pra falar, pra conhecer mais sobre a realidade trans, eu entendia que todos os espaços da UFRN seriam assim e aí a realidade, que foi bem diferente, que não, não eram assim, os espaços não são assim, e que as pessoas não aceitariam você, e que não, você não era bem vindo no espaço público, né? E a única pessoa, falando do curso, que me ajudou foi a coordenadora do curso, que ela entendeu a dificuldade que eu tava tendo em levar o curso, e tipo ‘vem aqui conversar’ que a gente chama ela carinhosamente de Aurimãe porque ela é a mãezona do curso, então. eu tive um baque e um choque [...]” (Benjamin)

“[...] então, quando eu entrei na universidade, eu entrei como uma pessoa que não tinha a maldade de pensar que teriam a maldade de falar de mim. Após eu entrar na universidade que eu vi muita coisa.

Emilly: Então você achou que antes o espaço seria tranquilo, a sua expectativa era de que ele fosse tranquilo, e depois?

Marina: Sim. Depois que eu entrei na universidade, foi quando eu comecei a ter embate pelo meu nome, quando o meu professor, um professor pediu pra eu não colocar meu nome social no papel porque estava atrapalhando ele, porque ele não sabia quem era pessoa, então pra mim aquilo foi o primeiro choque de realidade que eu tive dentro da universidade, de que esse ambiente não era bem assim como eu pensava.”(Trecho da entrevista com Marina)

Isso sempre foi notado por mim (Dimenstein, et. al., 2018), desde que frequento a minha IPES, apesar de estar em espaços ditos acolhedores e com diversidade, passei também

por algumas violências transfóbicas, o que mostra que as IPES e as pessoas precisam acolher melhor e se adaptar às demandas das pessoas trans. Complementando:

“Muitas fronteiras foram detectadas na sua [de Emilly] movimentação cotidiana pelo campus. Fronteiras físicas e simbólicas. Mesmo nos espaços considerados acolhedores como o setor de aulas II, lugares onde parece haver um maior grau de assimilação da diferença, há barreiras e divisões difíceis de superá-las, indicando a presença de rumores da cidade e das lógicas segregadoras, asfixiantes e pouco porosas que observamos na contemporaneidade“ (Dimenstein et. al.,2018, p.193)

Coraline, da mesma maneira, ressalta que tinha uma boa expectativa em relação a sua IPES. Pontua, ainda, que não teve problemas com discriminação, que sempre achou o espaço de sua IPES acolhedor, que seu problema foi mais em relação à utilização do nome social, visto que, na época, não havia uma regulamentação para se colocar no sistema eletrônico da IPES (isso em meados de 2015), chegando a resolução somente em 2016 e esse problema sendo sanado.

“Quando eu comecei minha transição, eu sabia eu não teria nenhum problema, porque o colégio era como eu falei, foi muito acolhedor e...foi realmente o que aconteceu, o único problema que eu tive foi...os sistemas online que era o SUAP que era o sistema tipo que...igual o SIGAA da UFRN. O único problema foi que eles não sabiam implantar o coisinha do nome social, então essa foi a parte mais difícil e que houve mas hoje já é atualizado, hoje já é tudo direitinho, então foi exatamente isso, eu não esperava que eu sofresse preconceito e eu não tenho sofrido preconceito. (Coraline)

“Mulher, enquanto eu estou dentro desses muros parece que é Alice no país das maravilhas, porque aqui dentro do muro, ele me protege das coisas do mundo, é é como as pessoas falam, Mariah fala, enquanto a gente tá aqui dentro, é tudo maravilhoso, a gente tem assistência, a gente tem médico, tem psicólogos, tem aquela... toda aquela base social, assistentes sociais e todos eles sabem dessa condição de identidade que a gente tem, respeitam e sabem respeitar, mas o maior problema não está aqui, tá quando a gente sai pro lado de fora.” (Coraline)

Apesar do nome social ter sido resolutivo para algumas pessoas trans, a maioria dos colabodores e colaboradores afirmaram que as políticas que temos hoje para pessoas trans em suas IPES não são suficientes, e isto, foi outro ponto em comum das narrativas, o que está em consonância com as dissertações de Scote (2017) e Santos (2017), em que os participantes colocam mais demandas para além de um nome social. Nas entrevistas, várias demandas

foram postas: saúde mental (relacionado ao apoio psicológico na transição) e física (acompanhamento, aplicação e uso de hormônios), mais informações sobre essa população em forma de seminários não só para os docentes, funcionários, mas também para os discentes, sugestão de cotas e auxílios diretamente voltados às pessoas trans. Esses tópicos, sob forma de demandas, serão discutidos no próximo eixo temático.

Entretanto, quando, ao ouvir as narrativas e sistematizar os dados, evidencia-se que as pessoas trans precisam de uma permanência qualificada (Jesus, 2016). O antigo título desse trabalho fazia justamente referência a isso: “Nós estamos aqui e queremos permanecer”. Como Scote (2017) ressalta, não basta só chegar à universidade pública, ter condições de permanecer e se formar é essencial para não se juntar às estatísticas cruéis que temos na atualidade para as pessoas trans.

Ainda pontuado por Cantelli e Nogueira (2018), é necessário admitir o quanto são fundamentais não só a existência e engendramento de políticas públicas em consonâncias com as demandas dos movimentos sociais, como também pesquisas que se debruçam sobre o tema, visando a permanência não só no ensino superior, mas, também, em todo processo de ensino, aprendizagem e processos educacionais das pessoas trans. Para que mais pessoas trans* cheguem ao ensino superior, é preciso cuidar de todo o caminho e processo.

5.4.1.2. Diferenças

Segundo o dicionário Aurélio da língua portuguesa (2000) a palavra diferença é definida como “sf. 1. Qualidade de diferente. 2. Divergência; desarmonia. 3. Desigualdade. [...]”. Para este tópico, a ideia que deve se ter em mente, é justamente a da segunda definição “divergência”. Aqui se evidencia os pontos divergentes das narrativas e que foram marcantes.

O primeiro deles foi a narrativa de Benjamin, marcada pelo caráter de muito sofrimento e de deslocamento na sua vivência dentro da IPES, que inclusive foi a mesma IPES que eu me formei.

“[...]trabalho de grupo passou a ser uma coisa muito difícil, porque ninguém queria fazer trabalho de grupo com o "estranho" da sala. A sala... o curso de História 2016.1, ele se dividiu, eram sete pessoas gays, no geral LGBTs, e aí eu tava incluso no meio desses sete, e o resto das 25 pessoas do outro lado da sala e ninguém se misturava, e era um inferno, uma batalha assim diariamente. Então não era o espaço que eu queria tá porque ali não cabia, a minha experiência de vida. Que as pessoas não se importavam com minha experiência de vida, e que tipo não tinha... eu não conseguia me encaixar dentro do espaço. E é uma coisa muito chata isso, e além disso, e além do espaço não ser agradável, não ser acolhedor, não ser um espaço que me fizesse estar presente, eu que tinha que batalhar pra estar lá presente, eu que tinha todo dia que matar um leão pra dizer ‘meu Deus, hoje eu acordei e tenho que ir pra universidade’.” (Benjamin)

“[...]E aí, os comentários que eu ouvi, que foram até comentários de pessoas da academia, de professores, e etc. quando eu ia relatar que não tava conseguindo acompanhar, que precisava de uma ajuda, e etc porque eu trabalhava, porque enfim... eu era uma pessoa trans, eu tinha sido expulso de casa, e eu não tinha quem me alimentasse, eu era pelo meu sustento, as pessoas falavam que muitas pessoas trabalhavam na universidade, que muitas pessoas faziam isso e que eu não era diferente de ninguém e outras pessoas já viam isso. Que não era desculpa o fato de eu não ter entregado um trabalho na data, que não era desculpa o fato de eu não ter conseguido ler um livro, ou um capítulo, ou um trabalho, ou eu não discutir sobre aquilo dentro de sala. E aí, eu tive a impressão que eu não era capaz pra universidade. Eu não era suficiente pra universidade, e assim isso é bem complicado[...].” (Benjamin)

“[...]É muito assustador, ser uma pessoa trans dentro de uma universidade que ela... sei lá, tem 40 mil estudantes cis, e eu acho que cinco ou seis são pessoas trans no máximo. E aí é muito solitário ser uma pessoa trans dentro da universidade, e principalmente quando a universidade fecha os olhos pra necessidade dessas seis pessoas[...].” (Benjamin)*

A narrativa dele contrasta diretamente com a minha história. Ele coloca veementemente a possibilidade de desistir do curso e sua história na universidade foi marcada por muita incompreensão e “nãos”, o que para ele era muito desgastante, fora os constantes conflitos com a turma à qual pertencia

Barreto, Peres e Dallapicula (2018) ao falarem sobre como os regimes de verdade do biopoder agem sobre os corpos das travestis nos espaços escolares, e aqui nesta pesquisa, pode-se dizer também em relação às pessoas trans em geral, reiteram que esses corpos precisam enfrentar a macro e micro violências, desde um campo para preencher com seu “sexo/gênero”, à separação binária dos espaços e até a não opção de poder usar o nome social por não existir um formulário para pô-lo. Benjamin, ao relatar os fatores de ojeriza à instituição a qual frequentava, sinaliza ainda mais essas micro e macro violências.

A narrativa de Benjamin sinaliza um conceito, o da “pedagogia da violência”. Explorado e cunhado por Andrade (2012), o conceito se refere ao fato de que, como as pessoas trans não se enquadram na ordem cis-heteronormativa, elas serão alvo de violências, físicas, psicológicas, moral, e eu acrescento aqui, simbólicas, como tentativa de enquadrá-las ao que é posto para o padrão da sociedade, o que faz com que as pessoas trans justamente evadam involuntariamente⁵⁶ do ambiente escolar, e no nosso caso, da universidade.

Um contraste com essa narrativa é a história de Troy Bolton, pois possui pais pós-graduados, e uma condição de vida estável, em que, inclusive, essa estabilidade fez com que ele pudesse abdicar do emprego que tinha para somente se dedicar aos estudos, porque assim a rotina ficaria mais leve. Troy Bolton é um ponto fora da curva, visto que a realidade das pessoas trans é bem diferente.

Emilly: *A renda salarial...?*

Troy Bolton: *Eu sou muito bem rendado. (risos). Meu pai ele deve ganhar, eu não sei porque ele nunca me disse esses valores assim... mas quando é na hora de marcar no ENEM, são mais de 20 salários mínimos, ele ganha bem. Minha mãe atualmente está desempregada, mas ela era professora de Direito, meu pai também é professor de Direito.”*

⁵⁶ Luma Nogueira de Andrade (2012) coloca este termo justamente por vivenciar na sua história de vida e presenciar em sua tese a questão de que a pessoa trans não evade simplesmente por pura vontade individual, mas que sim por uma série de fatores discriminatórios que tornam sua existência no ambiente escolar/acadêmico insustentável.

“Eu já estagiei, na verdade, foi o Jovem Aprendiz, numa casa de câmbio, eu trabalhei lá por três meses, mais ou menos, mas eu comecei a ter muita crise de pânico e eu tive que sair, porque eu tava com uma rotina muito apertada e eu não consigo dar conta de muitas atividades ao mesmo tempo. Eu tava trabalhando de manhã, aí eu estudo aqui no IF de tarde, eu faço técnico em administração ainda integrado ao ensino médico e a noite eu faço Pedagogia na UFRN” (Trecho da entrevista com Troy Bolton)

Com 90% dessa população precisando se prostituir para sobreviver, e alguns de nós inclusive se prostituindo para pagar a própria faculdade⁵⁷, ter o pais que lhe dão uma condição mais estável para estudar, é um privilégio, visto que na vida de muitas pessoas trans, o destino pode ser justamente a expulsão de casa pelos próprios pais (Mariano, 2016). Troy Bolton em sua narrativa sempre reconhece esse fator e sabe que muitas das pessoas trans que conhece, não podem ter esse “privilégio”.

“Emilly: *Como é para você ser trans* e estar estudando em uma IPES do RN?*

Troy Bolton: *Novamente uma pergunta muito complexa. (risos). Eu acho muito bom ser trans, gosto muito de ser trans, eu tive muitos privilégios na minha trajetória, então talvez pessoas que não tiveram tantos privilégios não gostem tanto, eu tive realmente muitas facilidades, sou muito grato a isso e apesar de todos os anseios comigo e com meu corpo, eu não gostaria nunca de ser cis, , é...e estar no ambiente da UFRN, no IFRN sendo trans pra mim é muito gratificante, assim...saber que eu estou tendo acesso a isso que muitas pessoas trans não tem e que eu posso estar conversando com pessoas que não tenham o mínimo de conhecimento sobre isso e levando informações a elas, quebrando muitos preconceitos[]*

Na minha história (Mariano, 2016; Dimenstein et al., 2018), o subsídio material veio em forma de políticas da instituição e foi com esses subsídios, que outras pessoas trans e eu (como é o caso de Coraline, Marilyn, Mariah e Marina) conseguimos uma estabilidade para continuarmos em nossas graduações. Porém, ter esta estabilidade não lhe afasta do medo da transfobia.

⁵⁷ Como foi a história de Àgatha Mont, que segundos seus amigos se prostituía para poder pagar as mensalidades do curso de Artes Visuais e que foi vítima de transfobia na faculdade virando notícia em um portal de notícias nacional, e meses depois, vítima de um crime de transfeminicídio.. Disponível em: <https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/universitaria-transsexual-e-achada-nua-e-morta-policia-apura-se-ela-foi-vitima-de-transfobia.ghhtml>. Acesso em 20 de julho de 2019.

Aqui se destaca que Troy Bolton foi um dos únicos colaboradores da pesquisa que preferiu inicialmente “esconder” sua identidade ao entrar no curso de pedagogia na UFRN por medo da transfobia.

“Na UFRN eu já cheguei João e tentei manter escondido a minha identidade trans no começo mas eu tenho muita preguiça de usar binder, é muito chato, então eu comecei a ir sem nada mesmo, aí as pessoas foram percebendo, eu nunca precisei falar pra ninguém, elas só perceberam e está tudo ok.” (Troy Bolton)

“[...] eu entrei pensando que eu ia conseguir me passar completamente por cis e que eu não iria precisar falar disso com ninguém, era a minha maior intenção não falar isso com ninguém porque eu não sabia se eu estava realmente preparado, e aí na minha sala de aula, tinha uma garota que estudou comigo e ela me reconheceu de cara, ela foi extremamente educada, ela não falou comigo como se ela soubesse, ela só disse “ah eu te conheço” e eu não a reconheci, ela era um ano mais nova e eu não sabia quem era ela mas ela me reconhecia porque eu era muito ativo na escola, e aí depois disso eu tive quebra de expectativa porque no meu primeiro dia alguém já sabia quem eu era e foi muito triste pra mim, mas aí foi só isso.” (Troy Bolton)

Longe de estabelecer um juízo de valor, e se ele deveria ou não dizer se é uma pessoa trans, esconder a identidade de gênero, com a finalidade de deixar sua imagem mais em características andrógenas ou perto dos padrões esperados para uma pessoa cisgênera, foi algo relatado pelos professores e professoras da pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro Trans de Educação (IBTE) como um recurso para poder lidar com a transfobia e exotificação que rondam os corpos trans nesse ambiente (Cantelli & Nogueira, 2018).

A transfobia é uma realidade tão forte e impactante que a pessoa trans prefere ocultar a si mesma por medo de violência ou exotificação, e o que se nota que a sua é que mesmo que condição de classe seja “privilegiada”, a pessoa trans não está liberta dessa violência, mesmo ainda num lugar dito de “lôcus do conhecimento”, como é a Universidade. Corroborando com essa ideia de ocultar, muitas vezes, eu quis só ser uma pessoa a mais, sem que minha identidade de gênero fosse notada, porque sempre me senti deslocada, justamente porque as pessoas cisgêneras faziam questão de me fitar em qualquer lugar que eu estava, me deixando

desconfortável (Dimenstein, et. al., 2018) e até mesmo constrangida com perguntas dirigidas a mim que eram extremamente invasivas.

Coraline chama a atenção para um ponto que apareceu só em sua narrativa, o fato de sua transição ter sido realizada dentro de sua IPES e com profissionais que sabiam e acolhiam a sua demanda como mulher trans, fato esse evitou a sua evasão onde esse motivo poderia ser um quesito para a permanência de pessoas trans em IPES e, em outros níveis de educação formal (nível médio, fundamental, por exemplo):

“Mulher, como eu falei esse IFRN, ele foi tão acolhedor, Emilly porque na parte de do meu processo judicial pra retificação do meu nome, a...juíza ela pediu diversos exames , e os exames, era tipo um era 2 mil não, um era 200, um era 300 e eu ficava tipo apavorada e quando eu chegava no serviço social dizia “não, a gente vai lhe dar assistência, então era um exame de sangue que custava...você sabe que é caro.. tipo, era quase 300 reais e a assistente social vai e mudava a autorização pra eu ir fazer o exame de 200 reais, se eu fosse...se eu fosse precisar de algum dinheiro eu tinha q enviar pro Huol e o Huol ia enviar não sei pra onde e ia demorar tempo, então essa foi uma das principais coisas, do médico, os médicos daqui eles foram maravilhosos, eles ‘ah Coraline, eu não sou endocrinologista mas eu tenho conhecimento e eu posso te ajudar’...é...não só aqui no IFRN, mas também as meninas da... da. do setor 3 da saúde, “ah Coraline aqui a gente não tem psiquiatra mas lá no campus de São Gonçalo tem o doutor tal que ele é psiquiatra então você vai aqui no médico e pede uma transferência pra ele” e, o médico ia dava a transferência pra esse psiquiatra, então eu já ia pro psiquiatra com o encaminhamento daqui, então era bem mais fácil porque os médicos se conhecem entre si ,então essa foi uma das coisas que eu precisei e realmente me ajudaram muito. E essas coisas que eu precisei e tive...eu acho que não teve nada, toda parte que... que eu precisei, que fosse envolvido, que tivesse envolvimento com minha transexualidade e que tivesse algo da instituição. Todos eram bem solícitos.” (Coraline)

“Mulher, enquanto eu estou dentro desses muros parece que é Alice no país das maravilhas, porque aqui dentro do muro, ele me protege das coisas do mundo, é é como as pessoas falam, Mariah fala, enquanto a gente tá aqui dentro, é tudo maravilhoso ,a gente tem assistência, a gente tem médico ,tem psicólogos, tem aquela... toda aquela base social, assistentes sociais e todos eles sabem dessa condição de identidade que a gente tem, respeitam e sabem respeitar, mas o maior problema não está aqui, tá quando a gente sai pro lado de fora.” (Coraline)

“[...] enquanto eu estou aqui dentro, tá tudo maravilhoso, eu tenho uma perspectiva de vida boa, mas tem aquele, porém, né? Que a gente não sabe o que vai acontecer fora dos muros do IF.” (Coraline)

Essas falas vão ao encontro do que Andrade (2012), Bento (2011) e Dimenstein et. al., (2018) colocam, quando dizem que a evasão, que, na verdade, se configura mais como uma expulsão do ambiente escolar, se dá justamente por não aceitação das demandas das pessoas trans (nome social, sua identidade de gênero, uso do banheiro, etc) e que aliado à transfobia vai ceifando os corpos trans desse ambiente.

Afinal, quem é que vai ficar num espaço que a/o violenta o tempo todo e não permite sua forma de ser e agir? Não é porque a pessoa transcendeu o gênero imposto ao nascer que ele virou super-homem e ela virou supermulher para aguentar toda a violência transfóbica da sociedade. Porém, quando se é aceito pela e na sua IPES, a tendência é permanecer.

Marina e Coraline trouxeram mais um ponto específico que foi o de sua turma como ponto acolhedor e que ajudaram em sua permanência. Diante de tantas violências que os entrevistados e as entrevistadas tiveram em suas narrativas, ter o apoio dos colegas foi fundamental:

“Emilly: Entendi, então você já fez [a transição de gênero] dentro da IPES?
Coraline Isso, já fiz dentro, então a maioria dos profissionais e meus colegas, eles acompanharam minha transição. E foi bem tranquilo. Tive apoio.”

“Com os meus parceiros de sala, eu nunca tive problema nenhum, e na verdade eu tive que me apresentar e dizer que eu era mulher trans justamente pra ter respeito, pras pessoas não me olharem torto, e ninguém olhou torto, ninguém me desrespeitou, então...esse foi um momento que eu tive já um choque.” (Trecho da entrevista com Marina)

“Emilly: Mas se não fosse essas pessoas [colegas, amigas e companheiros], você teria permanecido nesse curso?

Marina: Não, eu teria desistido, não teria como, até porque a apostila as vezes já é difícil, tinha dia que nem o dinheiro da apostila eu tinha. Às vezes, era uma amiga íntima lá da sala que me dava e depois eu pagava, e ela não queria. Eu tive também ajuda dessas amigas, que foi muito especial, então foi isso”(Trecho da entrevista com Marina)

Isso, inclusive foi um dos maiores pontos de apoio em minha IPES, pois ter docentes e amigos não só aliados à minha causa mas, como também agentes protetores (Dimenstein et.

al., 2018) proveu uma estabilidade não só emocional e afetiva mas, também material para lidar com as violências cotidianas. Estar inserido em uma turma que lhe respeita faz diferença, visto que no relato de Benjamin, esse não acolhimento pela turma, acabou por ser um dos fatores que aumentam seu desejo de deixar o curso.

Para além de uma turma, um ponto de minha trajetória que é importante trazer, é que ter uma instituição que no mínimo entende de suas demandas, pode ser um fator crucial não só para sua formação como profissional e pensador crítico, mas da mesma forma para a sua emancipação social. Eu me tornei Emilly Mel Fernandes de Souza, de fato e de direito graças a sensibilidade de outros departamentos da instituição, como o caso do Núcleo de Práticas Jurídicas da UFRN (NPJ - UFRN), que iniciou minha petição para mudança de prenome e gênero nos meus documentos e ganhou a causa, se tornando a primeira jurisprudência de mudança de nome e sexo do meu estado sem uma readequação genital. (Duarte, 2015)⁵⁸.

Todo suporte à permanência não só estudantil, mas, da mesma maneira, à permanência da existência material e concreta de uma pessoa trans, pode ser decisivo em traçar quais rumos e finais possíveis essa pessoa terá para a sua própria vida.

Revisitando algumas teses, dissertações, trabalhos de conclusão de curso, artigos e matérias que participei, ora como autora, ora como sujeito da pesquisa (Dimenstein et. al, 2018; Mariano, 2016, Duarte 2015; Garcez, 2012) vejo o quanto foi importante não só a minha vontade pessoal mas, pessoas (entre amigos, docentes, pró-reitores), instituição, curso que estava e núcleo que pesquisa que pude terminar a minha graduação e ingressar num mestrado e que também as políticas fossem engendradas. Na falta de uma rede formal para me

⁵⁸ Em uma reportagem feita na época em 2013 e com umas frases que hoje, depois de formada e quase mestra, eu mudaria o tom e o discurso, comemoro a petição, realizada no meu estado para a mudança de meu nome e gênero, o que depois de três anos e meio se tornaria um marco para o movimento LGBTi do estado. Acesso em 24 de julho de 2019. Disponível em : <https://amarocavalcanti.wordpress.com/2013/08/05/nucleo-da-pratica-juridica-da-ufrn-presta-servico-a-comunidade-e-promove-aprendizado-a-estudantes/>

acolher, uma rede informal se instituiu e ela foi um dos fatores fundamentais a minha permanência.

5.4.2 Eixo 2: Que demandas as pessoas trans colocam para a universidade?

Ao longo das entrevistas, pôde-se perceber que algumas demandas eram colocadas. Para além do nome social como política já posta por todas as IPES supracitadas, que mais demandam as pessoas trans? As narrativas foram sistematizadas nos tópicos a seguir?

5.4.2.1 Profissionais capacitados e seminários temáticos sobre a questão LGBTI nas IPES

Nas narrativas de Mariah, Troy Bolton e Amy Lee fica evidente a necessidade de se capacitar não só os profissionais (docentes, técnicos e terceirizados) das IPES como, de forma análoga, poder propiciar aos alunos matriculados nestas instituições, através de divulgação ampla, informações acerca dos direitos, da temática da transexualidade e não só dela, mas da população LGBTI em geral, como forma de combater o preconceito, evitar constrangimentos e assim, garantir a saúde mental e permanência de pessoas trans nas IPES.

“Pensando na minha vivência, eu acho que as pessoas... quem trabalha em qualquer lugar, na verdade o mundo deveria ser mais preparado, porque é justamente isso, as vezes ninguém sabe quando eu vou fazer um exame, por exemplo, comecei a fazer a minha carteira de trabalho no início do ano e aí eu pedi pra colocarem o nome social mas ninguém sabia de nada. Então é um conhecimento da população que precisa conhecer, mas que eu não sei como isso vai acontecer.” (Troy Bolton)

“Eu queria que as instituições fossem mais abertas às pessoas trans, mais convidativas, fizessem semanas de debates sobre essas populações sobre seus eventos, porque eu noto que ainda há muito preconceito por mais que ele não seja gritante, ele é velado, ele é com o olhar, ele é com os cutucões. por mais que não te ridicularizem verbalmente mas, existe a coisa psicológica que é uma violência muito dolorida também e eu acho que esses eventos com participações, apesar de ter excluído o debate de gênero da educação mas, que é muito importante ter uma disciplina sobre gênero nos cursos superiores, pra que as pessoas entendam como nós vivemos, pra que não seja assim, só uma pesquisadora que venha e pegue a entrevista, mas, que outras pessoas tenham acesso a essas vivências e essas particularidades que só a gente pode falar da gente pra gente e pra outras pessoas” (Mariah)

‘Então o que seria interessante pra os que não tem a implementação disso é uma melhor divulgação, porque não adianta você ter uma política e você não dizer “olha, tudo bem você é trans, a gente tem essa política’. Você chega, passa batida e é isso, às vezes você passa sua vida acadêmica todinha sem saber que tinha algo que lhe beneficiava, algum recurso, alguma emenda que lhe beneficiava e você não estava se usufruindo disso. Então, eu acho que é interessante não só ter as políticas mas ter elas divulgadas porque não adianta nada você ter se você não divulgar as políticas e ter certeza que o público-alvo está sendo alcançado, ter pessoas engajadas com essa divulgação, ter um melhor posicionamento sobre essa divulgação dentro também[...]’
(Amy Lee)

O dossiê produzido pelo IBTE e intitulado “Memórias e narrativas das professoras travestis, mulheres trans e homens trans na Educação” (Cantelli & Nogueira, 2018), evidencia através dos relatos das pessoas trans, o quanto capacitar e instrumentalizar as pessoas das IPES é necessário, visto a alta quantidade de violações que essas pessoas sofrem dentro dos espaços educacionais, e incluso o superior. Interessante notar também, em uma pesquisa sobre o que demandam as pessoas trans no SUS, realizada na capital do estado de Espírito Santo (Rocon, Sodré, Rodrigues, Barros & Wandekoken, 2019), que as pessoas trans sugerem o mesmo na esfera da saúde: mais capacitação e seminários para a instrumentalização dos profissionais atuantes nessa área.

Nesse quesito, as dissertações de Scote (2017) e Santos (2017), em caminho análogo, trazem essa necessidade apontada pelas pessoas trans, e em regiões diferentes, visto que a primeira dissertação é realizada na região sudeste e a segunda na região nordeste. Ainda pode-se colocar a tese de Luma Andrade (2012), realizada no estado do Ceará e que instiga a mesma discussão. Uma reflexão inconclusa, entretanto, pertinente, é o quanto avançamos nessa proposta, visto que em 2019, essa discussão ainda é colocada pelos/as colaboradores/as desta pesquisa. A discussão há, é posta e revivida sempre, mas ela de fato chega a se implementar? Quando vemos que uma professora trans de uma IPES é impedida de usar o banheiro feminino por ser trans (Bento, 2016) ou que uma aluna do curso de licenciatura em geografia é o tempo todo barrada e interpelada pelos seguranças do que é que está fazendo ali,

como Mariah relata em sua história, notamos ainda que conscientizar é uma palavra que precisa ser cotidiana dentro dos contextos das IPES.

Mas isso também não quer dizer que as ações engendradas até aqui não são profícuas e necessárias. Na verdade, só reitera o quanto são ainda essenciais e que o debate deve sempre permanecer, inclusive para que o relato de Coelho (2018), homem trans e aluno do curso de Biologia de uma IPES de São Paulo, de que ser trans nesse espaço é muito satisfatório, porém doloroso, deva ser menos constante. Completa afirmando que é satisfatório e doloroso justamente porque está em um lugar que muitas pessoas trans não acessam, mas, que também a transfobia permeia esse espaço, faltando sensibilidade e empatia nas pessoas que nele estão, para respeitar e compreender suas questões. Informar e *(trans)*formar é necessário!

5.4.2.2 Demandas de Saúde: acompanhamento psicológico e acompanhamento hormonal

Ao observar e ouvir as narrativas de Troy Bolton, Jacques, Marina e Marilyn, algumas demandas relacionadas à saúde foram postas, devido ao contexto em que se encontravam. A primeira é sobre o acompanhamento psicológico no processo de transição, processo esse que, muitas vezes pode ser confuso e doloroso, onde ter suporte psicológico para geri-lo pode ser crucial para lidar com tantas demandas que surgem e transformações.

“As pessoas trans precisam ter mais apoio sabe...precisam principalmente quem é carente financeiramente, precisam ter algo principalmente da área de psicologia, é muito, muito importante que tenham um acompanhamento psicológico pra essas pessoas” (Troy Bolton)

“[...]pessoas que possam nos ajudar no sentido psicológico, no sentido hormonal, porque a gente quer, tá passando por uma dificuldade de imagem, querendo se reconhecer enquanto uma mulher, e querer ficar cada vez mais feminina. Então ter pessoas que nos ajudem nesses processos assim porque tipo, eu comecei esse processo dentro da própria universidade e foi muito complicado porque eu não entendia o que é que eu er , eu ficava me vendo transformar, mas...cada vez mais a identidade que eu tinha se afastava de mim e eu tava ficando entre uma coisa que eu não sabia...sabe?” (Marilyn)

“[...]eu acho que aquilo é uma política bastante...acho que outra política bastante... que é nem só pras trans, é o acesso a área digamos que de... da Psicologia, pra você se acompanhar, que eu acho que é muito importante dentro de uma universidade você chegar, precisar de um atendimento e você ter e...eu não tive esses atendimentos, entendeu? Então eu chegar o momento de poder precisar sim, se tivesse lá um setor, eu pudesse me consultar, ou fazer algum dialogo com uma psicóloga, ela pudesse me orientar, teria sido bem mais fácil do que não ter, e eu acho que se isso se empregasse dentro da universidade isso iria melhorar bastante.” (Marina)

“[...] Sem contar, que eu acho também à promoção da saúde mental dessa população dentro da universidade.... seria primordial também, haver essa assistência social e Psicologia juntinhos.” (Jacques)

Como psicóloga e pessoa trans, que passou também por um processo de psicoterapia ao longo de sete anos, vejo como a terapia pôde me ajudar com as mudanças psicológicas, físicas e até as sociais. Porém, reafirmo que não pode ser qualquer tipo de atendimento psicológico que será de suporte e auxílio às pessoas trans. O CFP traz algumas diretrizes que podem auxiliar esse processo e aqui destaco:

“[...]2. A transexualidade e a travestilidade não constituem condição psicopatológica, ainda que não reproduzam a concepção normativa de que deve haver uma coerência entre sexo biológico/gênero/desejo sexual. “(CFP, 2013, p.2)

Detendo-se sobre essa diretriz, fica evidente que esse suporte psicoterapêutico deve ser fora dos moldes patologizantes, biologizantes e cisnormativos, prezando pela integridade das pessoas trans e seu bem-estar (CFP, 2018). Ainda deve-se incluir a espontaneidade da pessoa trans em buscar esse auxílio e a não obrigatoriedade nem compulsoriedade de estar nesse atendimento *“só porque se é trans”*, respeitando inclusive o código de ética da profissão (CFP, 2005), que veta que uma pessoa seja posta para acompanhamento psicológico contra a própria vontade.

O suporte deve se direcionar não numa perspectiva de se atestar a veracidade da transexualidade, mas sim numa perspectiva de crescimento pessoal e de qualidade de vida, inclusive contribuindo para que a pessoa trans lide com a transfobia que perpassa as esferas de sua vida. Acrescento ainda, sobre o que aprendi em minha formação como psicóloga clínica,

que advém da Gestalt-Terapia, que o que pode fazer o ser humano evoluir, além de outras coisas, é ele se aceitar como ele realmente é, sem se apegar a construções fantasiosas sobre si mesmo (Belmino, 2014). O que as pessoas trans* precisam é de mais acolhimento e empatia, de fortalecimento de quem se é, deixando de lado laudos e julgamentos desnecessários, e permitindo o fluir do ser e da própria pessoa.

Outro ponto elencado pelas pessoas trans foi a possibilidade de acompanhamento hormonal e a transformação do próprio corpo, não só pela via hormonal, mas também por intermédio cirúrgico, demandas essas que são geralmente (Rocon, Silva & Sodré, 2018; Jesus 2012) fundamentais na vida de uma pessoa trans.

*“**Emilly:** Você acha que essa política que tem hoje, que é no momento a única voltada para pessoas trans que é o nome social, você acha que ela é suficiente pras pessoas trans? Por quê?*

***Marilyn:** Claro que não, porque, eu acho que tem que ter... por exemplo.. eu não sei se tem médicos que na universidade possam nos ajudar na questão de hormônios, eu sei que tem acompanhamento psicológico e tudo mais, isso é legal, só que... pessoas que possam nos ajudar no sentido psicológico, no sentido hormonal.” (Trecho da entrevista com Marilyn)*

“Aqui no IFRN eu passei a precisar da enfermaria pra fazer as aplicações hormonais (testosterona) então, isso foi uma demanda importante pra mim, tipo quando eu descobri que lá eles poderiam aplicar, porque eu passo muito tempo da minha vida por aqui e lá na UFRN, eu acabei de descobrir o que a enfermaria faz mas é pago.” (Troy Bolton)

“Eu acho que o que seria bom nesse instituto, seria o endocrinologista, eu sei que é muito difícil a demanda de você... de abrir um concurso pra médico que seja especializado em endocrinologia, é difícil mas não impossível mas, seria de alta ajuda pra gente que é trans porque tipo, ah a gente é estudante daqui mas a gente não tem uma assistência de endocrinologista então, se houvesse um endocrinologista aqui seria um lugar perfeito.” (Coraline)

Com as narrativas, percebemos que alguns(as) dos(as) colaboradoras colocaram que se hormonizavam, até informalmente (e nesse ponto eu não faço nenhum juízo de valor, visto que ainda é difícil se conseguir hormonização na rede pública, e na rede privada o valor das consultas com um médico endocrinologista mais o valor do hormônios pode ser bem dispendioso para a pessoa trans).

Sugerem ainda, que isso poderia ser uma demanda a se pôr para as IPES, mas refletimos que as IPES atuam na esfera educacional e essa demanda é uma demanda de saúde, que na verdade deveria ser atendida na rede pública de saúde. Já existe uma portaria atualizada (Brasil, 2013b) que garante não só o acesso da hormonização mas também a várias cirurgias plásticas e corretoras, além da cirurgia de readequação genital tudo pelo Sistema Único de Saúde (SUS), porém atualmente para uma cirurgia de readequação genital no Brasil a espera pode ser por até 13 anos na região Nordeste⁵⁹.

No Rio Grande do Norte, a proposta do “ambulatório TT”, local destinado para acolher e atender as demandas da população trans, onde poderiam ter acesso não só aos procedimentos e profissionais elencados na portaria supracitada como também o encaminhamento para a cirurgia de readequação genital, foi feita pela atual gestão⁶⁰ entretanto, ainda segue sem concretização. Os riscos para uma pessoa trans que faz uma hormonização informalmente são vários, desde o de causar uma desregulação das taxas hormonais, desregulação da tireoide, podendo causar danos a órgãos como fígado, rins e até também problemas de coração, até o desenvolvimento de câncer em várias partes do corpo (Hembree et. al., 2009).

Porém, quem pode esperar para ser a si mesmo(a)? O sofrimento psíquico sobre não conseguir ter a aparência física condizente com a sua identidade de gênero, mais a transfobia e a falta do cumprimento das políticas para instituir e fazer funcionar os ambulatórios TTs, forçam as pessoas trans a recorrerem a meios informais para se hormonizarem e conseguirem as transformações de seus corpos (Rocon et. al., 2018).

⁵⁹ Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2017-04/fila-de-espera-para-mudanca-de-sexo-em-ambulatorio-no-nordeste>. Acesso em 06 de setembro de 2019

⁶⁰ Disponível em: <https://www.saibamais.jor.br/m-tera-ambulatorio-para-pacientes-transexuais-e-travestis/>. Acesso em 08 de setembro de 2019

Uma sugestão que proponho é que, ao se capacitarem os profissionais sobre a temática LGBTI das IPES, questão levantada no tópico anterior, é trazer aos profissionais as informações aqui descritas (como de tanto os outros trabalhos citados ao longo desta dissertação), como forma de saberem encaminhar para a rede de saúde. Ainda se carece de serviços especializados e muito da informação que adquiri sobre médicos na rede privada ou na rede pública, foram advindas da vivência com os movimentos trans do estado. Então, por que não fazer uma parceria também com eles? Para que esse conhecimento, advindo de fora da academia também adentrasse esse ambiente, afinal, pessoas trans também são fontes produtoras de conhecimento.

Muitos profissionais da psicologia, ainda hoje me interpelam sobre questões básicas como: saber mais sobre a demanda trans, como e para onde encaminhar, se pessoas trans precisam de laudos ou não e, quais médicos ou serviços que atendem essa demanda. Uma parceria entre universidade e movimentos sociais poderia ser possível e uma alternativa a essa requisição. Porém, não devemos esquecer que também é papel do Estado (Rocon et. al., 2018) promover políticas e serviços eficazes adequados à atenção integral da pessoa trans na saúde pública, e junto à sociedade, fazer se cumprir as diretrizes da política nacional LGBTI (Brasil, 2013c) que foi posta como um divisor de águas para se pensar as políticas para esse segmento, mas que ainda enfrenta diversos desafios quando se depara com o SUS e também com o atendimento às demandas da população trans nesse espaço.

5.4.2.3. *Uso dos banheiros sem sofrer violência transfóbica*

O uso do banheiro de acordo com a identidade de gênero apareceu não como uma sugestão, mas como um entrave na vida das pessoas trans que estão frequentando as IPES do RN.

“[...] e no IFRN, na UFRN agora, foram poucos [problemas], sabe? Uma dificuldade que eu ainda tenho é de ir ao banheiro. Eu tenho muito medo de ir ao banheiro. Na UFRN eu só vou ao banheiro, se for no do setor dois porque ele é aberto pra todo mundo (banheiro inclusivo) ou no banheiro do CE (Centro de Educação), porque lá eu conheço os meus colegas, e é um banheiro que... eu só tô lá pela UFRN pela noite e não tem quase ninguém, então lá no CE, é um lugar conhecido, pronto, é onde eu tenho coragem de ir num banheiro. Aqui no IFRN é muito raro eu ir num banheiro. Geralmente eu seguro até chegar na UFRN. (Troy Bolton)

“Tipo, eu usei o banheiro feminino aqui no IF até onde deu, até tipo começar as nascer os pelos, aí tipo já ficava meio complicado, mas eu ainda ia. Aí eu ia com as minhas amigas no banheiro feminino até num dar mais e no banheiro masculino, eu vou... eu comecei a ir mês passado no daqui do IF, mas eu vou com muito medo e eu tento esperar que não tenha ninguém porque como eu comecei a transição aqui, e foi só no final de 2016 já quase 2017, as pessoas me conheceram de uma forma, e eu conhecia muita gente dessa outra forma. aí eu tenho esse receio, nem tanto de sofrer uma agressão física, mas dos olhares, de dizerem alguma coisa do tipo "o que é que você tá fazendo aqui?" (Troy Bolton)

“Teve uma época que eu passava muito tempo na cabine pra eu fingir que tava fazendo outro tipo de necessidade porque eu tinha medo que percebessem que eu entrei lá para fazer xixi e, e eu sei que existem homens cis que vão na cabine pra fazer xixi mas ainda sim, eu tinha esse medo e passava um tempão.” (Troy Bolton)

“[...] eu sei lá, eu pudesse ter uma confiança que se eu sofresse qualquer abuso lá dentro, eu iria poder chegar no segurança e dizer, mas eu sei que se acontecesse qualquer coisa lá dentro, eu só iria ficar trancado chorando, e eu tenho muito medo de ser estuprado num banheiro e não me sinto com segurança pra ir no banheiro, por exemplo vou no banheiro do C.E. quando sei que certos caras que estudam comigo não estão usando, aí sei que está tudo ok.” (Troy Bolton)

“Eu posso dizer que realmente era só a parte da...das partes corporais mesmo, tava começando a tomar hormônio, então era tipo assim...eu não quero entrar, meu cabelo eu rapava do lado e deixava só em cima, então, eu dizia não, eu acho que vou esperar uns 6 meses pra começar a entrar no banheiro feminino, não era nem por mim nem pelos funcionários de lá, mas é basicamente das meninas quando ver tipo...uma trans entrando, elas não vão saber que é trans, vão achar que é um gay afeminado que tá entrando em um banheiro feminino, então eu tinha essa necessidade de realmente...ah o hormônio feminino começar a...a fazer, surtir efeito no corpo e mais do cabelo crescer, quando ele crescer vou começar a frequentar o banheiro feminino pra que não haja tanto constrangimento por parte das meninas quanto por minha parte, sabe?” (Coraline)

Assim como nas dissertações de Scote (2017) e Santos (2017), e no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de Mesquita (2016), o medo de sofrer transfobia (e

consequentemente ser expulso(a) do banheiro, ou até mesmo um estupro, no caso de um homem trans, foram apontados pelos (as) colaboradores (as) da pesquisa.

Algo que é básico na vida de qualquer pessoa, hoje é tema de discussão não só nas IPES, como em qualquer espaço educacional (Alves & Moreira, 2015). Quando uma pessoa trans usa um banheiro, a ida a esse lugar vira motivo de discussão nacional, tendo como desdobramentos vários processos movidos pelas pessoas contra diversas instituições⁶¹. O que temos é um abismo entre a admissão do nome social das pessoas trans e de sua identidade gênero e o uso do banheiro de acordo com esta, o que denota muitas vezes a falta de inclusão plena (Alves & Moreira, 2015) e o despreparo dos ambientes educacionais para lidar com essa questão.

As pessoas trans, como qualquer outra pessoa, tem direito ao uso do banheiro de acordo com sua identidade de gênero, e violar esse direito fere princípios básicos constitucionais referentes à dignidade humana, o que pode acarretar danos morais (Martins, 2017)

O que fica evidente no relato de Troy é o medo e também a violência ao usar um banheiro, pois ou se deve esperar o banheiro “estar seguro” ou não o usa, abdicando de um direito básico de qualquer pessoa, podendo inclusive prejudicar a sua saúde, pois passar mais de horas sem ir ao banheiro, pode ocasionar problemas no trato urinário. Mas, o mais brutal é a possível genitalização⁶² de seu corpo, pois ao relatar o medo de entrar em um banheiro que

⁶¹ Como essa pessoa trans que em um shopping foi vetado o acesso ao banheiro feminino (sendo que se tratava de uma mulher trans, onde ela foi encaminhada ao banheiro masculino e, obviamente se recusou a utilizar) e ela defecou e urinou em suas vestes, isso em plenos 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/11/relator-no-stf-vota-favor-do-uso-de-banheiro-feminino-por-transsexual.html>. Acesso em 09 de setembro de 2019

⁶² Hailey Kaas (2013) aponta que o genital está como algo essencial para as relações interpessoais das pessoas em nossa sociedade, e desconstruir isso é necessário, visto que mesmo que uma pessoa tenha um genital que não corresponda as minhas expectativas de gênero, isso não deve (ou deveria) virar um motivo para eu não me relacionar com ela ou achar que somente isso define a pessoa, que na verdade, não escolher se relacionar com uma pessoa por causa de um atributo físico não esperado como cor, ser gorda, ou possuir alguma deficiência, revela em nós, os preconceitos existentes em nossa sociedade e, inclusive nas pessoas.

possivelmente possa ser não seguro, onde seu órgão genital tenha a possibilidade de ser visto, tem medo de não ser reconhecido como realmente é, um homem, e que por isso venha sofrer um estupro, e pior, sem ter a possibilidade de ser acolhido pela própria instituição.

Coraline também preferiu abdicar de um direito básico por medo da discriminação transfóbica. Não só ela, mas eu também, no início da transição, tive muitas dificuldades em usar o banheiro feminino (Dimenstein et. al., 2018), e mais, ao adentrar a residência feminina da UFRN, onde um casal alegou que “homens não poderiam estar em um espaço de mulheres” e que se “eu fosse para lá, ele (o namorado da menina) iria pôr uma saia e se reivindicar mulher para ficar com a namorada”, numa evidente postura transfóbica. As interdições aos corpos trans aos espaços de acordo com a identidade de gênero, principalmente às mulheres trans são feitas pelo “mito do predador do banheiro” (Mesquita, 2016).

O mito do predador aparece nos Estados Unidos da América (EUA), país que na última década, vem discutindo em seus estados a aprovação de leis pró- LGBTs, incluindo o uso do banheiro de acordo com a identidade de gênero das pessoas trans. Através de medidas infundadas, os integrantes dos partidos conservadores começam a bombardear a mídia com notícias sensacionalistas de que um homem poderia se “vestir de mulher” para entrar no banheiro e com isso assediar às mulheres cisgêneras e crianças que estiverem lá (Mesquita, 2016). No Brasil, acontece de forma análoga, e no meu relato acima para a entrada na residência universitária feminina, vemos exatamente isso se concretizar.

Esse mito não é sustentado por provas nem dados estatísticos reais que o fundamentem, entretanto, tem um grande poder de persuasão pelo medo que causa nas pessoas que não tem conhecimento sobre as questões trans*. Causar medo é ainda, infelizmente, uma tática eficaz no Brasil que ganha reforço quando aliada às chamadas *fakes*

News⁶³. Sempre vemos notícias ou vídeos relacionados ao tema, como atualmente o que aconteceu com a deputada Érica Malunguinho (filiada ao partido Socialismo e Liberdade - PSOL), que foi desrespeitada pelo deputado Douglas Garcia (filiado ao Partido Social Liberal – PSL), quando o deputado afirmou que se visse um “homem vestido de mulher no banheiro feminino, o retiraria a tapas”⁶⁴.

Informar a população sobre o que é identidade de gênero deve ser objetivo primordial se queremos pensar em um projeto de sociedade mais equitativo. E, com isso, não digo que o caminho é fácil, sobretudo diante da falácia da “ideologia de gênero” que percorre o país, mais um desafio que é imposto. Entretanto, ao informar e conscientizar, possibilidades de encontros são abertas, como vimos no primeiro tópico desse eixo, em que a empatia e conhecimentos podem fazer diferença no país que mais mata pessoas trans no mundo.

5.4.2.4. Cotas para pessoas trans

Mais uma demanda observada ao longo das narrativas, aparecendo nas falas de Mariah, Benjamin, Jacques e Marina foi a questão das cotas para pessoas trans nas IPES do nosso estado demanda essa que inclusive não é pioneira aqui no nordeste nem no Brasil, pois já há várias instituições de ensino superior que aderiram a esta modalidade para pessoas trans, sendo 12 instituições no total, o que representaria 39% delas. (Maia, 2019)

“E cotas. eu acho que é o essencial, porque se a gente sabe que é pouquíssima na universidade, elas não têm porque....se forem ver a situação de vivência delas [pessoas trans] sabe que é difícil, não é privilégio dar uma bolsa, dar uma cota, fazer uma cota pra ela entrar ali. Porque a universidade, ela abrindo...a UFRN chegando aqui, num edital, digamos 2020.1, uma cota no próprio sistema do SISU pra trans, digamos duas vagas, determinadas. É uma coisa importante? Demais! Eu enquanto

⁶³ Fake News, ou notícias falsas (no português) é um termo usado para designar quando notícias falsas, de cunho duvidoso e geralmente com conteúdos preconceituosos, são divulgadas em massa para a população com o intuito de promover o pânico e a cristalização de preconceitos.

⁶⁴ Disponível em:

<https://www.google.com/search?q=sigla+psl+significado&oq=sigla+do+PSL&aqs=chrome.2.69i57j0l5.5455j0j7&sourceid=chrome&ie=UTF-8>

mulher trans, tô me afirmando como mulher trans, tô concorrendo aquela vaga, eu estou comprovando aqui, que quero chegar. Está abrindo portas? Tá. Porque uma trans concorrendo, não é só mulheres e entre homens no curso no geral, ela pode ficar lá atrás, não é que ela seja menos inteligente, mas ela está a galgar aquele caminho que está sendo difícil, então facilitar um pouco, até porque já foi muito difícil, e ainda está muito escasso pessoas trans dentro da universidade. (Marina)

“[...] Hoje eu vejo a política de cotas como o pessoal do movimento negro fala ‘o Brasil tem uma dívida histórica com o movimento negro,’ mas, o Brasil também tem uma dívida histórica com o movimento trans, nós vivemos nos país que mais mata essa população. Será que se essa população tivesse acesso à educação e a inserção no mercado de trabalho o Brasil mataria essa população como se mata hoje? Será que a transfobia seria tão gritante como é hoje? Se essas pessoas tivessem... se você fosse atendida em um posto de gasolina por uma trans, se você fosse no médico e uma trans te atendesse, se você tivesse na escola e uma trans fosse sua professora, você cresceria com o preconceito? Não, porque o preconceito ele acaba com a convivência. Eu tenho discutido e falando com pessoas elas falam ‘ai, Mariah, eu tinha uma visão das pessoas trans antes de lhe conhecer e eu tenho outra hoje após eu lhe conhecer. Então isso só foi possível porque eu entrei no ensino superior.’ (Mariah)

“[...] E aí eu vejo hoje em dia que se cada curso do ensino superior tivesse uma pessoa trans participando nas exatas, nas humanas, e as pessoas convivessem com essas pessoas, eu tenho certeza além de serem bons profissionais, eles entenderiam as demandas futuras, porque é uma questão de cotas, não é uma questão de beneficiar.” (Mariah)

“Que essas políticas elas abordam uma única coisa. Eu nem vou dizer que o nome social te dá a permissividade para um milhão de coisas porque ele não dá. Basicamente dá o nome e acaba aí, e é isso, acaba aí. E eu acredito que se houvesse a possibilidade, sei lá, cotas para o ingresso na universidade, cotas para as bolsas estudantis, cotas para sabe... eu acho que, o incentivo a pesquisa, a possibilidade dessa inclusão de pesquisa, de monitoria essas coisas, seria muito melhor.” (Jacques)

Essas narrativas estão de acordo também com as dissertações de Scote (2017) e Santos (2017), em que as pessoas trans, colaboradoras dessas pesquisas, afirmam categoricamente o quanto essas ações são necessárias. Indo em direção ao pensamento de Jesus (2016), nem é preciso se discutir sobre o mérito da questão porque diante de dados tão alarmantes sobre a população trans hoje no Brasil e, também a sua marginalização, torna-se óbvio a necessidade de ações afirmativas para essa população, e dentre várias ações, uma delas é se ter cotas para pessoas trans nas IPES. Vale lembrar os dados já mencionados da ANDIFES (2018) que

apontam que, dos 424 mil alunos respondentes a pesquisa, 0,1% se declara mulher trans ou homem trans.

Sobre as ações afirmativas, é importante saber que elas servem para reverter (ou tentar, pelo menos) as desigualdades sociais e desvantagens históricas para determinados grupos sociais que foram marginalizados e/ou excluídos ao longo da história, em áreas que a maioria da população acessa, como a educação ou emprego. Cabe ainda salientar que não se deve ter uma perspectiva de que essas pessoas são inferiores na sociedade por conta de sua incapacidade, mas que diante das circunstâncias históricas, esses grupos precisam de políticas específicas e que visem à superação das condições sociais de exclusão e marginalização nas quais eles se encontram atualmente. São ações que tem como foco inserir grupos sociais em espaços nos quais eles não são nem minimamente representados (Jesus, 2016). Dando um exemplo disso, a nossa própria universidade (UFRN), onde num universo de aproximadamente 40 mil alunos, apenas 10 são pessoas trans e que se tem conhecimento delas.

Apesar da iniciativa, e do saldo positivo que ela pode trazer, atualmente, além dos grupos conservadores e religiosos, temos o atual presidente, Jair Bolsonaro, contra essa medida. O presidente chegou, inclusive, a se posicionar contra o vestibular inclusivo da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) para candidatas(os) transgêneros e intersexuais nos cursos de graduação presencial ofertados pelos Campi do Ceará e da Bahia para ingresso no semestre 2019.2.⁶⁵ Com o argumento de que as cotas para as pessoas trans são privilégios a esse grupo, o atual presidente da república, vetou essa iniciativa,⁶⁶ acionando o Ministério da Educação (MEC), desvelando não só seu

⁶⁵ Disponível em: <http://www.unilab.edu.br/noticias/2019/07/10/unilab-abre-processo-seletivo-especifico-para-pessoas-transgeneras-e-intersexuais-nos-cursos-de-graduacao/> acesso em 10 de setembro de 2019.

⁶⁶ Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/politica/2019/07/16/bolsonaro-anuncia-suspensao-de-vestibular-da-unilab-para-pessoas-trans-e-intersexuais.html> Acesso em 10 de setembro de 2019

desconhecimento sobre essa questão das ações afirmativas, como a própria transfobia/LGBTfobia que defendeu durante toda a sua campanha à presidência.

Argumentos de que as cotas seriam privilégios vem carregados com tons sensacionalistas, temerosos ou até preconceituosos, e sempre permeiam as questões que envolvem ações afirmativas no Brasil. Além de revelar o total desconhecimento sobre essas ações é necessário entender que as ações afirmativas, no campo sócio-político, não ferem o princípio da igualdade previsto na Constituição, mas sim tentam remediar situações que são visivelmente desvantajosas para determinados grupos sociais, tentando, assim, fazer com que estes grupos acessem, através desses “benefícios”, âmbitos sociais dos quais foram interditados através da história (Jesus, 2015)

Scote (2017), através da fala de suas/seus colaboradores(as) em suas pesquisas, aponta que, assim como as pessoas negras e indígenas que passaram e continuam ainda vivenciando processos de exclusão socioeconômica - justamente engendradas por um processo historicamente constituído, o que acarretou na maioria dos casos, na impossibilidade do acesso à educação ou até mesmo a ampliação dos estudos para esses grupos, que se assemelha inclusive com a questão das pessoas trans - é a possibilidade de haver cotas para pessoas trans como forma de incentivar a democratização desse espaço e garantir igualdade para esse grupo perante outros, visto que ainda são poucos e poucas que chegam ao ensino superior e permanecem. Santos (2017), em sua pesquisa, da mesma maneira pontua a questão das cotas, que inclusive foi posta como sugestão pelos (as) participantes de sua pesquisa.

A ação afirmativa de cotas para pessoas trans é mais do que necessária, entretanto sozinha não solucionará o problema dos dados alarmantes que temos hoje para essa população, mas, por outro lado, essa medida também nos indica um caminho que pode ser benéfico a uma população que está acostumada apenas com o vilipêndio de seus direitos.

Educação também é um direito legado pela constituição às pessoas trans. Ao invés do vilipêndio, afirmar esse direito na prática com medidas inclusivas, é mais do que necessário para garantir não só a escolarização, mas o próprio direito à cidadania plena dessas pessoas. Ser *trans* e *formar* é preciso.

543 Eixo Três: Inventividades de um corpo que ocupa e (trans)forma

Neste eixo, o objetivo é mostrar as pessoas trans em um outro sentido: o inventivo! Segundo o dicionário Aurélio (2000), a palavra “inventivo” é definida como: “adj. **1.** Inventor; **2.** Em que há invenção, criação.” A segunda definição é a que mais se aproxima da discussão que segue adiante. O corpo trans, as pessoas trans, em sua maioria, são sempre mostradas nos mesmos espaços como: violência, prostituição, morte, disforia, dentre outros. Esses espaços fazem parte da realidade de muitas pessoas trans, porém, a vida de uma pessoa trans não só se resume a esses aspectos. Elas (es) *transcendem* muito mais!

Quando Andrade (2012), em sua tese, resolve mostrar as pessoas trans em espaços diferenciados do que a mídia e a sociedade costumam retratar, ela nos mostra não só a resistência dessas pessoas, mas também seu caráter inventivo. Do mesmo modo, pretende-se, no tópico a seguir, mostrar essas inventividades. Com isso, não está se negando as dificuldades que as pessoas trans tem que encarar todos os dias, ainda mais no país que mais mata pessoas trans no mundo. Entretanto, mostrar para além da violência e transfobia que sofrem⁶⁷ é mostrar que caminhos são possíveis, que fissuras podem ser feitas e espaços podem se reorganizar a partir da ocupação dele por pessoas trans, trazendo consigo pontos benéficos e *trans*(formadores).

⁶⁷Muitas narrativas com depoimentos marcantes, que inclusive trazem vivências muito violentas em que tive que parar e acolher a pessoa, inclusive, parar com a entrevista caso fosse necessário, porque por mais que fosse um dado importante, mas mais importante para mim, era acolher a pessoa do relato.

5.4.3.1. Pioneiras e pioneiros da academia: “Nordestinas femininas, Mulheres trans, sim senhor!” e “Homens com T, não de Testosterona, mas sim, de Transcender”

Certa vez eu li nos muros do Setor 2 da UFRN a seguinte frase: “por uma pessoa que roa as bordas desse corpo colonizado.” Nunca soube a autoria dessa frase, entretanto, ela fez muito sentido para pensar a existência não só minha como de várias outras pessoas trans. Quando nos deparamos com ela e, com as pessoas trans que foram pioneiras em suas IPES no RN, percebemos que elas realizaram justamente esse ato: fissuraram esses muros duros de pedra das IPES e o descolonizaram, trazendo novas bordas aos limites postos anteriormente.

Mariah, Marina, Jacques e Emilly Mel, ao entrarem como pessoas trans declaradas e visíveis em suas IPES, realizaram feitos que fizeram suas próprias IPES pensarem a existência de pessoas trans não mais *fora* de seus muros, mas sim *dentro* e como discentes:

“Emilly: No caso, você não soube da política, você criou a política?

Mariah: Até então não havia política específica no IFRN. Eu levei uma lei municipal, um decreto estadual e uma portaria nacional, a do Ministério da Saúde. A partir do IFRN ver minha demanda, como eu estava no conselho de classe representando o ensino superior. No primeiro dia de reunião, eu já levei a política do nome social e ninguém fez objeção alguma sobre essa política. As pessoas todas... eu falei como era importante o nome social e porque ele era fundamental. E todas as pessoas entenderam como bons educadores, como bons entendedores que é uma política, que viabiliza a permanência de uma pessoa trans na educação. Todo mundo aceitou de boa fé e contemplou como lei hoje no IFRN. Antes não era lei, agora sim.” **(Trecho da entrevista com Mariah)**

“Emilly: A UFRN inclusive já possui a resolução desde 2012, ou seja a própria universidade federal já tinha uma lei desde 2012 que poderia ser aplicada a vocês mas a de vocês foi só em 2016, ou seja você entrou na UERN e sem o direito a um nome social.

Marina: Então, eles estavam vendo ali mas queriam me negar, então o que foi que eu fiz? Eu fiz toda a documentação, tive ajuda é claro, e quando preenchi toda a documentação, foi quando começaram a brincar de passa a passa, de departamento para departamento, de pessoa pra pessoa até o momento de eu me chatear com alguém e, olhar pra mim e dizer “Ah, você tem que ter calma, isso não é assim?” Eu ter calma? Não tinha como eu tinha como ter calma, então foi.... eu parti, digamos pra veracidade e entrei na justiça porque eu estava pedindo um direito, eu não estava pedindo, eu estava exigindo algo que era de direito meu e de fato foi.

Emilly: E já tinha outras universidades que estavam fazendo isso.

Marina: Justamente, no próprio documento eu anexeï. Eu fiz um anexo documento sem nem eles pesquisarem. Lá no anexo, era só virarem a folha e ler, procurar se era veracidade no site, entendeu? Então, eu já fui respaldada de todos os meus direitos, eu tava errada? Jamais! Quando você não está errada, quando você está respaldada no seu direito você vai adiante e eu venci, e quando eu venci, Mel, foi incrível, assim, a primeira é...audiência que teve ,já levaram engenheiro de não sei de quê, já mudaram o sistema lá na frente do promotor lá..."(**Trecho da entrevista com Marina**)

"Emilly: como foi para você ter passado por essa IPES?"

Jacques: Eu acho que se fosse pra resumir em uma palavra, seria transformador, né? Justamente... não só no quesito de ter feito minha transição aqui, e ter percebido muitas coisas acadêmicas mesmo, na possibilidade de ter evoluído, né? Mas também no quesito de poder ter discutido essa realidade aos olhos das pessoas cis, que muitas vezes a gente demanda não exclusivamente espaços físicos. [...] O que eu pautei foi respeito. Eu queria que me respeitassem a partir da minha subjetividade e minha alteridade. E foi isso que eu pautei nessa IPES." (**Trecho da entrevista com Jacques**)

As dissertações de Scote (2017) e Santos (2017) revelam e trazem à tona justamente isso, a presença de pessoas trans pela primeira vez em um espaço que antes nunca havia presenciado tais pessoas. E essa presença é marcante e notada, ora por confrontos ora por visibilidade positiva que uma pessoa trans nesse espaço consegue engendrar.

As pioneiras e os pioneiros da academia, Mariah no IFRN, Marina na UERN, Emilly na UFRN⁶⁸ e Jacques na UFERSA, revelam que apesar da transfobia que permeia as suas vivências, inclusive nas IPES, elas e ele não cederam e agenciaram suas presenças nas IPES de forma que suas demandas fossem atendidas, com isso fazendo que também não só elas e ele fossem beneficiadas(o), mas que o coletivo trans igualmente, pois a partir disso, as primeiras resoluções de nome social de suas IPES (UFRN, 2012; UFERSA, 2014; IFRN, 2016; UERN, 2016) foram criadas e assim as pessoas trans que viessem, da mesma maneira, poderiam acessar esse direito. De forma similar, ocorreu com o acesso à residência feminina da UFRN, no meu caso, pois tivemos pela primeira vez história da UFRN, uma mulher

⁶⁸ Aqui na UFRN lembro também da saudosa Leilane Assunção, que foi a primeira trans doutora e pós-doutora da instituição, e que é minha predecessora. Posiciono-me ali por ir em busca do nome social e ser a primeira a assinar esse documento na instituição.

transexual no alojamento feminino, sendo um marco na questão dos direitos humanos desta IPES (Dimenstein et. al., 2018; Mariano, 2016; Duarte, 2015).

A busca por esses direitos, tão comuns à população cisgênera, mas tão vilipendiados quando se refere a população trans, mostra que esses pioneirismos, apesar das dificuldades e interdições, causaram uma brecha na qual a busca por direitos e legitimação dos mesmos foi possível, mostrando uma nova face do “fenômeno transexual”⁶⁹: a transformação do espaço em que se encontram de forma a reconhecer a existência de pessoa trans nele. Não se tem aqui o intuito de romantizar essas trajetórias, até porque alguns relatos mostram um árduo caminho até à legitimação do direito, porém, é necessário registrar essas conquistas, inclusive como marcos.

Assim como a data de 29 de janeiro, dia da visibilidade trans, é uma marco para essa população, visto que foi quando ativistas travestis e transexuais, lançaram em Brasília a campanha “travesti e respeito”, no ano de 2004 (Jesus, 2019), mostrando ao Congresso Nacional as demandas da população trans, de forma similar, as pessoas trans das IPES do RN vem fazendo esse movimento também, destacando que pessoas trans e educação combinam, desde que políticas públicas sejam engendradas e suas demandas contempladas.

Faz-se notório o agenciamento que as pessoas trans realizam ao entrar nas IPES do RN, resistência não só em forma de corpo e identidade, mas também em busca de políticas para seu próprio segmento. As pessoas trans das IPES desta pesquisa resolveram fazer como Marsha e Sylvia (Rodvalho, 2017) que, ao invés de ocultarem seus corpos e se diluírem na grande massa de estudantes do ensino superior, preferem a visibilidade e a luta por políticas que pensem suas existências. Preferiram a luta por direitos ao invés da invisibilidade.

⁶⁹ Berenice Bento (2006), ao fazer uma busca história e ao narrar como a transexualidade foi sendo constituída ao longo do tempo, cita Henry Benjamin, endocrinologista americano da década de 1950 que realizava estudos com pessoas trans e na mesma época cunha o termo “Fenômeno transexual” para se referir às essas experiências.

Aqui se pode lembrar o conceito de “aparecência” (vontade de aparecer), trazido por Maluf (2002)⁷⁰. Ao analisar o filme “tudo sobre minha mãe” e falar da personagem travesti “Agrado”, ela analisa que a mesma não quer fingir ser o que não é, e nem se esconder. Ela quer ser vista a partir da sua corporeidade que foi construída pelo silicone. Agrado não quer fingir ser uma mulher cisgênera, mas sim mostrar que é travesti e que construiu seu corpo assim. Então o conceito de “aparecência” é pertinente, visto que o não se diluir, além de ser um ato corajoso, faz com que essas existências sejam vistas e percebidas. O “querer aparecer” das pessoas trans em busca das políticas e assim engendrando os pioneirismos, foi o que permitiu igualmente que essas políticas fossem possíveis, que esses direitos para outras pessoas trans também o fossem.

Para finalizar esse eixo, gostaria de mencionar a história de Jacques, primeiro homem trans professor da UFERSA⁷¹ e igualmente um dos poucos homens trans presentes na instituição. Conto a história dele frente a um fato marcante deste mestrado. A professora Dra. Leilane Assunção, citada já nesta dissertação, veio a falecer de forma muito trágica mesmo tendo um pós-doutorado. Assim, visto que um dos intuitos dessa dissertação é mostrar pessoas trans também em outros espaços para além da margem (Andrade, 2012), se foi feita uma escolha nestes parágrafos que seguem de mostrar um pouco da história dele não só como inventividade mas como inspiração, pois ao saber e conhecer a história dele, novas possibilidades e um fio de esperança puderam ser tecidos frente a onda tão conservadora, fascista que vem crescendo e se enfrentando desde a eleição do atual presidente da república.

⁷⁰ O texto tem algumas referências e expressões às pessoas travestis e transexuais que eu discordo e que atualmente poderiam ser revisitadas. Porém, pela data de publicação 2002, pode-se contextualizar e pensar algumas contribuições que ele traz e, que por isso foram utilizadas nessa dissertação como o conceito de aparecência.

⁷¹ A própria universidade também conta a história dele e a ressalta, por isso preferi ficar com a notícia para mencionas a sua história nessa dissertação. Disponível em: <https://assecom.ufersa.edu.br/2018/10/04/transpondo-barreiras/>. Acessado em 10 de setembro de 2019.

Trazer Jacques a esta dissertação é falar do primeiro professor homem trans da UFRSA e, ao mesmo tempo, tentar, mesmo que de forma mínima, combater a invisibilidade dos homens trans não apenas no movimento transexual como também nas escolhas dos trabalhos científicos que abordam a temática da transexualidade (Oliveira, 2016; Ávila & Grossi, 2014; Almeida, 2012a). Jacques evidencia que, mesmo no país que mais mata transexuais no mundo, (trans)formar é preciso e que a presença dentro dele do espaço que é a universidade pública e federal - ainda mais no interior do estado do RN (estado esse que ficou em quarto lugar, no ranking de assassinatos de pessoas trans no Brasil quando comparado com a proporção do números de habitantes⁷²) -, é necessária não só pela fissura e inventividade que causa, bem como pela representatividade que traz.

Jacques, assim como Luma Andrade, Jaqueline Gomes de Jesus e qualquer outra pessoa que exerça a atividade docente em uma IPES são a prova viva, não de arquivos de exclusão (Siqueira, 2006), como alguns autores colocam, mas sim, a prova de que estar nesse ambiente é possível, e que sua “aparecência” não é só pelo desejo de aparecer, mas igualmente política. Que não se é trágico estar nesse ambiente (pensando a trajetória de Leilane e toda violência que sofreu e que foram documentadas ao longo desta dissertação), que na verdade, é potência. Como professor de Libras, sua história inspira a de todos e todas nós, nos impele a agir. Quando soube da história dele, aquela lacuna que Leilane deixou com sua morte tão trágica, pode se fechar e novas possibilidades existenciais puderam ser pensadas.

Ainda trago o quanto nossas trajetórias podem afetar positivamente a outras, ajudá-las inclusive, a se expandir, os relatos de Troy Bolton e Marilyn marejaram meus olhos e transbordaram meu coração:

⁷² Disponível em: <https://antrabrazil.files.wordpress.com/2019/01/dossie-dos-assassinatos-e-violencia-contrapessoas-trans-em-2018.pdf> Acesso em 15 de setembro de 2019.

“[...]Não fui eu que fui fazer o pedido de mudar o nome aqui no IFRN, no final de 2016 ,quem fez foi o meu pai, ele fez uma surpresa pra mim, depois de uma palestra sua, ele começou a querer me tratar com o nome social, pelo gênero masculino depois de escutar você falando, então você é uma pessoa muito importante pra minha trajetória trans, muito importante mesmo Emilly , eu sou muito grato a você, foi uma palestra que você deu lá na UFRN na aula Magna e eu convenci meu pai a ir comigo e ele ficou muito tocado escutando você falando e foi depois disso que ele começou a tentar me tratar no masculino e ele fez essa surpresa pra mim, ele foi lá na diretoria, falou com a pedagoga e conseguiu mudar o meu nome na chamada” (Troy Bolton)

“Queria só agradecer você, a pesquisadora Emilly. Você foi uma pessoa muito importante pra mim na questão de me reconhecer enquanto mulher porque você jogou uma questão dentro de mim(risos), entendeu? Uma psicóloga toda, depois dali ,as coisas só foram fluindo pra eu me tornar o que sou hoje, eu sou muito grata e lógico que eu iria te ajudar na sua pesquisa e ajudar as mulheres trans ,eu pretendo também fazer uma pesquisa voltada para as mulheres trans pro meu TCC, que eu quero também fazer a diferença, fazer com que as outras pessoas me tomem como referência.(Marilyn)

O contato que tivemos serviu para mostrar que os pioneiros e pioneiras, apesar das dores e esforços, impactam transformando as vidas de seus semelhantes mesmo que nunca os tenham visto, e que muitos fatores podem ser mudados quando você vê uma pessoa trans em outro espaço, no espaço inventivo. Ressalto novamente: *(Trans)*formar é preciso.

Este eixo é sem dúvida uma nova inventividade frente a violência. Que ele possa estar mais presente nos próximos trabalhos que estudarem a temática da transexualidade em qualquer contexto pois, precisamos também evidenciar os aspectos positivos de nossas vivências porque assim, igualmente, se estará construindo uma nova imagem, uma nova roupagem das vivências trans. E isso não é negar o outro lado, o da violência que passamos, mas é, por assim dizer, focar no que nos agencia para vida e que nos dá potência para enfrentar a transfobia constante. Finalizo trazendo uma poesia de Jacques, que foi composta para uma mesa, intitulada “O Ser na mira do ódio: resistências e enfrentamentos”, que sintetiza não só as nossas falas, mas também as vivências e essa dissertação:

“O calejado,

Cala minha voz

Embaraça o meu falar

Cale-já-do-meu-lado-você-não-tá

Mas quem está?

O padrão heterocisnormativo

Normativando

Ditando o ideal inalcançável

Trans-ceder?

Não!

Transcenderei

Trans? Serei e Darei

Ressignificações ao meu corpo

Ao meu modo,

Ao meu ser

E não permitirei

Que me calem (mais uma vez).”

Jacques

6. Considerações finais da (trans)escrita!

Orgulho Trans

Bate no peito e grita

*O peito também se constrói
A fortaleza não ignora o choro
Mas levanta pra buscar o novo*

*Parecia ser pra se completar
Encontrar-se em si*

*Mas não me basto em mim
Há um mundo afora pronto a explodir*

*Eu compraria as flores eu mesma
Para dizer que me fiz assim
Ousar ser sem deixar de sonhar
Escolhi não ser metade
Construí em mim o que fui capaz*

*Luta diária
Menos uma Laura
Ou seria mais uma Laura?
Nenhuma trans a menos
Ou pra nenhuma trans a mais?*

*Viver
Plenamente
A busca que não se desfaz
Corre dentro de mim
Mais que Hormônios e sonhos*

*Viver plenamente
Com orgulho da luta
Da vida
Carregando em mim
Cada uma trans vítima
Cada camarada amiga
Cada verso que descobre a escrita
E grita
A travesti também quer fazer poesia*

(Virgínia Guitzel, 2016 – Poesia trans: a Arte da Resistência)

“o que são três ou quatro pessoas na universidade dentro de um universo de mais de um milhão de brasileiros que se identificam como trans? Eu perseverei, mas em várias situações estava na universidade e ouvi que aquele não era o meu lugar, mas eu sei qual é o meu lugar e o meu lugar é dando aula”

(Leilane Assunção, 2017 – Lide Jornal)

Nessa (trans)escrita, igual ao poema de Virginia, o que nos acontece é de bater no peito e gritar, pois, a luta nunca acaba, a luta nunca cessa. Os direitos de pessoas trans são conquistados aos gritos, barracos, sangue, e na maioria das vezes, através de suas vidas.

Muitas vezes, vidas serão perdidas para a transfobia, para que se possa notar que estas vidas aqui importam, que estas vidas aqui também existem, que essas vidas são de seres humanos.

No país que mais mata transexuais no mundo, quanto vale a vida de uma pessoa trans? Para nós, transexuais e travestis, cada vida tem um valor imensurável. Para cada uma e um de nós, sempre que uma pessoa trans é assassinada, nós também sentimos e morremos um pouco também. Mas assim como a saudosa Leilane, perseverar é preciso para que os caminhos sejam abertos para que outros e outras cheguem e permaneçam. As portas que são abertas pelas pioneiras não podem fechar, a missão é mantê-las abertas.

Esta pesquisa retrata a pulsação de vidas trans e este é o maior legado que ela pode deixar, mesmo que, fazendo um recorte dessas vidas no ensino superior público do RN. Cada encontro com os/as colaboradores/as dessa pesquisa se tornou muito gratificante e extremamente potente, pois estes corpos, estas pessoas, mesmo diante de toda a discriminação que sofriam e de vidas tão sofridas, batem no peito e assim dizem: “Aqui também é meu lugar! E tenho orgulho de ser TRANS e FORMAR.” Essas pessoas mostram que ser inventivo é o que se tem de mais potente em ser trans porque estes corpos ditos “incongruentes” para a Medicina, produzem muitas fissuras e dessas fissuras eles transcendem, e quando transcendem, transformam tudo a seu redor, o espaço nunca mais será o mesmo após sua presença

Realizar esta pesquisa não foi fácil. Muitos entraves e problemáticas se colocaram pelo caminho, desde pessoas trans que desistiram de participar porque não fazia sentido para elas, a dificuldade de estabelecer o contato com medo de ser invasiva na abordagem (pois muitos trabalhos de pessoas cisgêneras me abordaram de forma invasiva durante a minha vida e não queria repetir os mesmos erros), questionamentos nas qualificações de que se eu não iria enviar o trabalho por ser trans e universitária também, e até indagações de porque eu dava

preferência a autores trans do que autores cisgêneras. A vida também trouxe intempéries que jamais imaginei, e que como a primeira travesti no PPGPSI, foi realmente difícil de lidar. Para tudo isso, sendo trans também, tive que ser inventiva, aprender a ouvir, dialogar, transformar e transcender. Tive que tecer diálogos com os meus e com a hegemonia e, a partir de uma postura aberta, sensível e empática, compreensões destes aspectos foram possíveis e o *campo floresceu*.

Desse florescer se encontrou três eixos temáticos que: 1) *transbordam* as múltiplas vivências, nos seus aspectos semelhantes e divergentes, do que se é ser trans e estar nesse espaço acadêmico; 2) Que ao estar nesses espaços demandas serão postas e atualizadas frente as várias intersecções que as pessoas trans* têm, que vão para além da sua transexualidade; e por fim e não menos importante, 3) que corpos trans são inventivos, *transbordam*, *transcendem* e *transformam* os lugares em que se encontram onde políticas para esse segmento são engendradas a partir de sua “aparecência”.

Trazer as vidas destas pessoas trans universitárias e defender políticas públicas dentro das IPES do estado do RN é um ato político de resistência frente ao genocídio cotidiano que enfrentamos nesse país, frente também à transfobia que nos vilipendia direitos e nos ceifa desse espaço, onde o próprio presidente da República coaduna com isso, vetando um vestibular que se destinava a esse público, deixando bem claro o quanto se “sentiu agindo em prol da Educação”. Educação de quem, para quem e em prol de quem?

Educação é um direito de todos e todas. Não está escrito no texto da Constituição “exceto travesti e transexuais”, e por isso, concordando com os/as colaboradores (as) desta pesquisa, defender também ações afirmativas como as cotas, é primordial para que a gente possa ver muito mais pessoas trans dentro do espaço acadêmico. Cota não é privilégio, é uma reparação histórica. Privilégio é poder andar na rua sabendo que você não será morta (o) por

ser quem se é! Privilégio será poder ver muitos e muitas de nós dentro da universidade, pintando-a de povo!

Ao estudar as políticas de acesso e permanência estudantil de pessoas trans nas IPES do RN, se percebe que caminhos foram percorridos, portas abertas e políticas para esse segmento foram engendradas. Ainda essas políticas para alguns não são suficientes, devido aos seus diversos contextos e por isso a luta não cessa. Defender a permanência de pessoas trans nesse espaço é vital frente ao genocídio que essas pessoas vivem e para isso precisamos ser inventivos, pois é da inventividade que o novo se forma e a vida pulsa em suas múltiplas formas. Seguiremos *transformando*!

Ao terminar essas conclusões (trans)escritas deixo no último anexo a “Carta para Leilane” para que lembremos da pioneira que escancarou as portas e nos mostrou que outros caminhos eram possíveis. Leilane Presente!

7. Referências

- Almeida, G. (2012a). “Homens trans”: novos matizes na aquarela das masculinidades?. *Revista Estudos Feministas*, 20(2), 513-523
- Almeida, W. M. D. (2012b). *Ampliação do acesso ao ensino superior privado lucrativo brasileiro: um estudo sociológico com bolsistas do Prouni na cidade de São Paulo*. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.
- Alves, C. E. R., & Moreira, M. I. C. (2015). Do uso do nome social ao uso do banheiro:(trans) subjetividades em escolas brasileiras. *In: Quaderns de Psicologia*, 17,(3), pp. 59-69.
- Amaral, T. C. do. (2013). Travestis, transexuais e mercado de trabalho: Muito além da prostituição. *III Seminário Internacional Enlaçando Sexualidades*, pp. 1-13.
- American Psychiatry Association [APA]. (2014). *Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais: DSM-5*. Porto Alegre: Artmed, 2014.
- Andrade, L. N. (2012). *Travestis na escola: assujeitamento e resistência a ordem normativa* (Tese de Doutorado). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil.

- Aran, M., & Murta, D. (2009). Do diagnóstico de transtorno de identidade de gênero às redescrições da experiência da transexualidade: uma reflexão sobre gênero, tecnologia e saúde. *Physis-Revista de Saúde Coletiva*, 19(1), pp.15-61
- Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos [ABGLT]. (2017). *História de luta*. Recuperado em 15 de agosto, 2017 de : <https://www.abgl.org/quem-somos>.
- Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior [ANDIFES]. (2018). *V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES – 2018*. Recuperado em 12 de junho de 2019, de <http://www.andifes.org.br/v-pesquisa-nacional-de-perfil-socioeconomico-e-cultural-dos-as-graduandos-as-das-ifes-2018/>
- Assunção, L. (2017). *O desafio de romper as barreiras da universidade e falar para muitos*. Recuperado em 25 de setembro, 2017 de: <http://www.saibamais.jor.br/2017/08/31/romper-as-barreiras-da-universidade-e-falar-para-muitos/>
- Aurélio. O minidicionário da língua portuguesa (2000). 4ª edição revista e ampliada do mini dicionário Aurélio. 7ª impressão, Rio de Janeiro
- Ávila, S., & Grossi, M. P. (2014). ‘Nós queremos somar!’: a emergência de trans homens no movimento trans brasileiro. In *VII Congresso Internacional de Estudos sobre a Diversidade Sexual e de Gênero da Associação Brasileira de Estudos da Homocultura, Florianópolis*, 7.
- Bagagli, B. P. (2016). A diferença trans no gênero para além da patologização. *Revista Periodicus*, p.87-100. Recuperado em 29 de Abril, 2017, de <https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/17178>.
- Balzer, C., Hutta, J. S., Adrián, T., Hyndal, P., & Stryker, S. (2012). *Transrespecto versus Transfobia en el mundo: un estudio Comparativo de la situación de los derechos humanos de las personas Trans*. TGEU: Transgender Europe (Vol.7). Series de publicaciones TvT.
- Bardin, L. (2011). *Análise de Conteúdo* (2a impressão). São Paulo: Edições 70.
- Barreto, D. J., Sales, A. B., Peres, W. S., & Dallapicula, C. (2018). Podem as travestis estudar? Regimes de verdade sobre corporalidades vibráteis na escola. *Revista Psicologia Política*, 18(42), 322-336.
- Belmino, M. C., Perls, F., & Goodman, P. (2014). duas faces da Gestalt Terapia. *Fortaleza: Editora Premius*.
- Benedetti, M. R. (2005). *Toda feita: corpo e o gênero das travestis*. Rio de Janeiro: Garamond.

- Benevides, B., & Nogueira, S. N. B. (2019). Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais no Brasil em 2018. Associação Associação Nacional de Travestis e Transexuais Do Brasil (ANTRA) e Instituto Brasileiro Trans de Educação (IBTE).
- Bento, B. (2006). *O que é transexualidade?* (Coleção Primeiros Passos). São Paulo: Brasiliense.
- Bento, B. (2011). Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. *Revista Estudos Feministas*, 19(2), pp. 549–559.
- Bento, B. (2014b). Nome social para pessoas trans: cidadania precária e gambiarra legal. *Revista Semestral do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar*, 4(1), pp. 165-182.
- Bento, B. (2016). *A Chave do poder*. Recuperado em 28 de setembro, 2017 de: https://www.academia.edu/25332815/A_chave_do_poder.
- Bento, B. (2017). Universidade, gênero e movimentos sociais (Decálogo). *Revista Periódicus*, 1(7), pp.340-353.
- Bento, B., & Pelúcio, L. (2012). Despatologização do gênero: a politização das identidades abjetas. *Estudos feministas*, 20(2), pp.569-581.
- Bento, B. (2014a). *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual* (2a edição). Natal: EDUFRN.
- Bortoni, L. (2017). *Expectativa de vida de transexuais é de 35 anos, metade da média nacional*. Recuperado em 25 de Agosto, 2017, de <http://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/especial-cidadania/expectativa-de-vida-de-transexuais-e-de-35-anos-metade-da-media-nacional>.
- Brasil (2011). Ministério da Educação (MEC). Portaria Nº 1.612, de 18 de Novembro de 2011. Recuperado em 06 de novembro 2016, de: <http://arpenp.jusbrasil.com.br/noticias/2933591/portaria-assegura-uso-de-nome-social-de-transexuais-etruvestis-em-orgaos-do-mec>.
- Brasil (2013a). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Tábuas Completas de Mortalidade por Sexo e Idade: Breve análise da mortalidade no período 2011-2012*. Rio de Janeiro.
- Brasil. (2004). Ministério da Saúde. *Brasil sem Homofobia: Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e de Promoção da Cidadania Homossexual*. Recuperado em 10 de abril de 2019, de : http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil_sem_homofobia.pdf

- Brasil. (2008). Secretaria Especial dos Direitos Humanos. *Texto base da conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais*. Recuperado em 17 de agosto, 2017 de: <http://www.sdh.gov.br/sobre/participacao-social/cncd-lgbt/conferencias/texto-base-1a-conferencia-nacional-lgbt-1>
- Brasil. (2013b). Ministério da Saúde. Portaria Nº 2.803, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2013. *Redefine e amplia o Processo Transsexualizador no Sistema Único de Saúde*. Recuperado em 14 de abril de 2019, de: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2803_19_11_2013.html
- Brasil. (2013c). Ministério da Saúde. *Política Nacional de Saúde Integral de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais*. Recuperado em 10 de setembro de 2019, de http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_lesbicas_gays.pdf
- Brasil. (2015). Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoções dos Direitos de Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais – CNCD/LGBT. RESOLUÇÃO Nº 12, DE 16 DE JANEIRO DE 2015. Recuperado em 17 de março de 2017 de : <http://www.saude.sp.gov.br/resources/crh/gsdrrh/supervisao-escolar/a4-resolucaon12de16dejaneirode2015.pdf>
- Brasil. (2016). Secretaria-Geral. DECRETO Nº 8.727, DE 28 DE ABRIL DE 2016. Recuperado em 10 de março de 2019, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8727.htm
- Caetano, Érica. (2017). *Estudantes trans encontram em cursinhos LGBT o apoio para ingressar na faculdade*. Recuperando em 20 de maio de 2019, de <https://vestibular.brasilecola.uol.com.br/noticias/estudantes-trans-cursinhos-lgbt-apoio-ingressar-faculdade-enem/340004.html>
- Cantelli, A.S., & Nogueira, S. (2018). *Memórias e narrativas das professoras travestis, mulheres trans e homens trans na educação*. Recuperado em 10 de agosto de 2019, de: <https://storage.googleapis.com/wzukusers/user-31335485/documents/5a6eff89819c5qPEQ0sA/memorialibte.pdf>
- Cardoso, M. R. & Ferro, L. F. (2012). Saúde e População LGBT: Demandas e Especificidades em Questão. *Psicologia: Ciencia E Profissão*, 32 (3), pp. 552–563.
- Caregnato, R. C. A. & Mutti, R. (2006). Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. *Texto & Contexto Enfermagem*, 15(4), p. 679–84.
- Carvalho, M. F. de L. (2011). *Que mulher é essa? Identidade, política, saúde no movimento de travestis e transexuais*. Dissertação de Mestrado. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

- Carvalho, M., & Carrara, S. (2013). Em direção a um futuro trans? Contribuição para a história do movimento de travestis e transexuais no Brasil. *Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana*, (14), p.319 -351.
- Cavalcanti, C. S. (2016). *Sobre Nós (des)organizados: Pesquisa intervenção em psicologia e o processo de implementação de políticas para pessoas trans* na UFPE*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, Brasil.
- Coelho, A. M. (2018). Resgate da memória de um transhomem na licenciatura. In: *Memórias e narrativas das professoras travestis, mulheres trans e homens trans na educação*. Recuperado em 10 de agosto de 2019, de: <https://storage.googleapis.com/wzukusers/user-31335485/documents/5a6eff89819c5qPEQ0sA/memorialibte.pdf>
- Conselho Federal de Psicologia [CFP]. (2005). Código de Ética Profissional do Psicólogo. Recuperado em 10 março de 2019, de: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia.pdf>
- Conselho Federal de Psicologia [CFP]. (2011). RESOLUÇÃO Nº 14. *Dispõe sobre a inclusão do nome social no campo “observação” da Carteira de Identidade Profissional do Psicólogo e dá outras providências*. Recuperado em 10 de março de 2017 de: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2011/06/resolucao2011_014.pdf
- Conselho Federal de Psicologia [CFP]. (2013). *Nota técnica sobre processo transexualizador e demais formas de assistência às pessoas trans*. Recuperado em 15 de setembro, 2017 de: <http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2013/09/Nota-t%C3%A9cnica-processo-Trans.pdf>
- Conselho Federal de Psicologia [CFP]. (2018). RESOLUÇÃO Nº 1, DE 29 DE JANEIRO DE 2018. Recuperado em 10 março de 2019, de: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2018/01/Resolu%C3%A7%C3%A3o-CFP-01-2018.pdf>
- Craide, Sabrina. (2017). *Mais de 300 pessoas vão fazer o Enem usando nome social neste ano*. Recuperado em 10 de maio de 2019, de: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2017-10/mais-de-300-pessoas-vaofazer-o-enem-usando-nome-social-neste-ano>
- da Silva, A. P. R., & da Silva Moreira, J. A. (2012). Políticas educacionais no programa brasil sem homofobia: Primeiras aproximações. *Revista Eletrônica de Educação*. Ano V. Nº. 10. pp 1-12. Recuperado em 10 de abril de 2019, de: https://www.researchgate.net/profile/Jani_Alves_Da_Silva_Moreira/publication/328979629_POLITICAS_EDUCACIONAIS_NO_PROGRAMA_BRASIL_SEM_HOMOFOBIA_PRIMEIRAS_APROXIMACOES_EDUCATIONAL_POLICIES_IN_BRAZIL_WITHOUT_HOMOPHOBIA_PROGRAM_FIRST_APPROACHES/links/5bee45ef299bf1124fd5e77d/POLITICAS-EDUCACIONAIS-NO-PROGRAMA-BRASIL-SEM-HOMOFOBIA-PRIMEIRAS-APROXIMACOES-EDUCATIONAL-

[POLICIES-IN-BRAZIL-WITHOUT-HOMOPHOBIA-PROGRAM-FIRST-APPROACHES.pdf](#)

- Davis, A. (2017). *Mulheres, cultura e política*. Boitempo Editorial.
- Davis, A. Y. (2016). *Mulheres, raça e classe* (Heci Regina Candiani Trad., 1ª ed.). São Paulo: Boitempo. Obra original publicada em 1981.
- Davis, A.Y. (2004). “*As mulheres negras na construção de uma nova utopia - Angela Davis*” .Cadernos do CEAS. n. 210 – Marco/Abril. Recuperado em 20 de setembro, 2017 de: <https://kamugere.wordpress.com/2011/07/05/as-mulheres-negras-na-construcao-de-uma-nova-utopia-angela-davis/>
- Dimenstein, M., de Souza, E. M. F., Leite, J. F., Dantas, C. M. B., & Macedo, J. P. (2018). Fronteiras e fluxos no âmbito acadêmico: Intepelações de corpos transgressores da heteronormatividade. *Interação em Psicologia*, 22(3).
- dos Santos, J. B. A. (2018) *Condição de ser LGBT e a permanência na universidade: um estudo de caso no curso de pedagogia-educação do campo*. V Conedu.
- Duarte, M. L. T. (2015). Escola: lugar político da diversidade sexual e de gênero. Tese de Doutorado, Natal, RN, Brasil.
- Duarte, T. 2009. *A possibilidade da investigação a 3: reflexões sobre triangulação (metodológica)*. Cies e-working paper. Centro de Investigação e Estudos de Sociologia. Recuperado em 05 de dezembro de 2018 de: http://www.cies.iscte.pt/destaques/documents/CIES-WP60_Duarte_003.pdf.
- Dumaresq, L. (2016). Ensaio (travesti) sobre a escuta (cisgênera). *Revista Periódicus*, 1(5), pp. 121-131.
- El-Dine, L. P. Z. (2015). Diversidade sexual na escola e direitos humanos. Seminário Enlaçando Sexualidade, 4
- Facchini, R. (2005). *Sopa de letrinhas?: movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90*. Rio de Janeiro: Garamond.
- Facchini, R. (2011). Histórico da luta de LGBT no Brasil. In Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região (org.). *Psicologia e diversidade sexual* (p-10-19). São Paulo: CRPSP.
- Facchini, R., & Lins França, I. (2009). De cores e matizes: sujeitos, conexões e desafios no Movimento LGBT brasileiro. *Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana*, (3), p. 54-81.
- Favero, S. (2015). Pode o cisgênero falar. *Blogueiras Feministas*. Recuperado em 30 de setembro de 2019, de <https://blogueirasfeministas.com/2016/02/23/pode-o-cisgenero-falar/>.

- Fraser, M. T. D. & Gondim, S. M. G. (2004). Da fala do outro ao texto negociado: discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa. *Paidéia (Ribeirão Preto)*, 14(28), pp. 139–152.
- Freire, N.; Santos, E. & Haddad, F. (2009). Construindo uma política em Gênero e Diversidade. In *Gênero e Diversidade na Escola* (pp. 9–10), Rio de Janeiro: CEPESC,. Recuperado em 2016, de: http://estatico.cnpq.br/portal/premios/2014/ig/pdf/genero_diversidade_escola_2009.pdf
- Garcez, J. (2012). *Nome Social: Um direito ainda não aceito*. Recuperado em 10 de setembro de 2019, de: <https://ensinofotecufn.wordpress.com/2012/12/12/nome-social-um-direito-ainda-nao-aceito/>
- Gerhardt, T. E., & Silveira, D. T. (Orgs). (2009). *Métodos de pesquisa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS. Recuperado em 15 de setembro, 2017 de: <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>.
- Greene, J. C., Caracelli, V. J., & Graham, W. F. (1989). Toward a conceptual framework for mixed-method evaluation designs. *Educational evaluation and policy analysis*, 11(3), 255-274.
- Gomes, B., Faheina, C., & Ker, J. (2019). *No ensino superior, o espelho da exclusão de pessoas trans*. Recuperado em 6 de agosto de 2019, de <https://arte.estadao.com.br/focas/capitu/materia/no-ensino-superior-o-espelho-da-exclusao-de-pessoas-trans>
- Guerra, E. D. A. (2014). *Manual de pesquisa qualitativa*. Belo Horizonte: Grupo Anima Educação. Recuperado em 15 de setembro, 2017, de: http://disciplinas.nucleoad.com.br/pdf/animatcc/gerais/manuais/manual_quali.pdf
- Hats, B. (2017). *Corpo-poesia*. In: Antologia Trans:30 poetas trans, travestis e não binários. São Paulo: Invisíveis Produções.
- Hembree, W. C., Cohen-Kettenis, P., Delemarre-Van De Waal, H. A., Gooren, L. J., Meyer III, W. J., Spack, N. P., ... & Montori, V. M. (2009). Endocrine treatment of transsexual persons: an Endocrine Society clinical practice guideline. *The Journal of Clinical Endocrinology & Metabolism*, 94(9), 3132-3154.
- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba [IFRN]. (2012). RESOLUÇÃO Nº87 DE 18 DE MAIO DE 2012. Recuperado em 01 de setembro de 2017 de: <https://www.ifpb.edu.br/orgaoscolegiados/consuper/resolucoes/2012/resolucao-no-87>
- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina [IFSC] (2010). Resolução Nº006, de 05 de abril de 2010. Recuperado em 10 de outubro 2016, de: http://www.abglt.org.br/docs/cepe_deliberacao_006-2010.pdf.

- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte [IFRN]. (2016). Resolução nº54/2016-CONSUP. Recuperado em 01 de setembro de 2017. Disponível em: http://portal.ifrn.edu.br/conselhos/consup/resolucoes/2016/resolucao-no-54-2016/at_download/file
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira [INEP]. (2016). *Nome social será usado por mais de 400 travestis e transexuais*. Recuperado em 10 de maio de 2019, de: http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/nome-social-sera-usado-por-mais-de-400-travestis-e-transexuais/21206
- Irigaray, H. A. R (2011). Orientação sexual e trabalho. Caderno Especial: Diversidade e Gestão, 10(2), p. 44–47.
- Irineu, B. A. (2014). 10 anos do Programa Brasil Sem Homofobia: notas críticas. *Temporalis*, 14(28), 193-220
- Jesus, J. G., & Alves, H. (2010). Feminismo transgênero e movimentos de mulheres transexuais. *Revista Cronos*, 11 (2), pp.8-19. Recuperado em 23 de Abril, 2017, de <http://periodicos.ufrn.br/index.php/cronos/article/view/2150/pdf>.
- Jesus, J. G. (2012). *Orientações sobre identidade de gênero : conceitos e termos* . Recuperado em 20 de Abril, 2017, de https://www.sertao.ufg.br/up/16/o/ORIENTAÇÕES_POPULAÇÃO_TRANS.pdf?1334065989.
- Jesus, J. G. (2014a). Gênero sem essencialismo: feminismo transgênero como crítica do sexo. *Revista universitas humanística*, 78, pp. 241-257. Recuperado em 20 de Abril, 2017, de <http://revistas.javeriana.edu.co/index.php/univhumanistica/article/view/6410>.
- Jesus, J. G. (2015). *Ações Afirmativas abrem portas*. Recuperado em 08 de maio de 2019, de: <http://www.afropress.com/post.asp?id=18203>
- Jesus, J. G. (2016). *Pessoas trans também precisam de cotas*. Recuperado em 12 de junho de 2019, de: https://azmina.com.br/colunas/pessoas-trans-tambem-precisam-de-cotas/?fbclid=IwAR3RupmyI0I_DqyCHVielW1Z18OOTp4Crlsrc--1oVH-T4weBFUnH-LYsnY
- Jesus, J. G. (2019). *Dia da Visibilidade Trans: como trazer mais cidadania aos transgêneros?* Recuperado em: 08 de maio de 2019, de: <https://azmina.com.br/colunas/dia-da-visibilidade-trans-como-trazer-mais-cidadania-aos-transgeneros/> -
- Jesus, J. G. (org.). (2014b). *Transfeminismo: teorias & práticas*. Rio de Janeiro: Editora Metanoia, 206 pp
- Kaas, Hailey. (2013). *A genitalização das pessoas e dos relacionamentos*. Recuperado em 10 de abril de 2019, de: <https://generoaderiva.wordpress.com/2013/05/05/a-genitalizacao-das-pessoas-e-dos-relacionamentos/>
- Koyama, E. (2003). *The Transfeminist Manifesto*. In: Dicker, R.; Piepmeier, A. (Org.). *Catching A Wave: Reclaiming feminism for the 21st Century*. Boston: Northeastern University Press.

- Kullick, D. (2008). *Travesti: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil* (Cesar Gordon, Trad.). Rio de Janeiro: Editora Fiocruz. (Obra original publicada em 1998).
- LaGata, C., Balzer, C., e Berredo, L. (2016). *2.190 asesinatos son sólo la punta del iceberg – Una introducción al proyecto Observatorio de Personas Trans Asesinadas*. Informe Anual de TMM 2016. TGEU: transgender europe (Vol.15). Series de publicaciones TvT.
- Leite, J., Jr. (2008). "*Nossos corpos também mudam*": sexo, gênero e as invenções das categorias "travesti" e "transexual" no discurso científico (Tese de Doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.
- Lino, T. R., Freitas, R. V., Amaral, J. G., & Badaró, J. (2011). O movimento de travestis e transexuais: construindo o passado e tecendo presentes. *Seminário Internacional Enlaçando Sexualidades*, 2, pp. 01-11.
- Lucon, N. (2017). *Confira a programação do 21º Encontro Nacional de Travestis e Transexuais no MS*. Recuperado em 15 de agosto, 2017 de: <http://www.nlucon.com/2016/03/confira-programacao-do-21-encontro.html>
- Maia, Diego. (2019). *Ao menos 12 universidades federais do país têm cotas para alunos trans*. Recuperado em: 10 de maio de 2019, de : <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/05/ao-menos-12-universidades-federais-do-pais-tem-cotas-para-alunos-trans.shtml>
- Maluf, S. W. (2002). Corporalidade e desejo: Tudo sobre minha mãe e o gênero na margem. *Revista Estudos Feministas*, 10(1), 143.
- Mariano, M. V. da Silva (2016). *Entre lembranças, desejos e moralidades – Narrativas de travestis e suas famílias em Natal-RN*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, Brasil.
- Martins, H. (2018). *Decisão da OMS sobre identidade trans deve reforçar políticas públicas*. Recuperado em 30 de setembro de 2018 de: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2018-06/decisao-da-oms-sobre-identidade-trans-deve-reforcar-politicas>
- Martins, Jomar (2017). *Obrigar transexual a usar banheiro masculino causa dano moral indenizável*. Recuperado em 10 de abril de 2019, de: <https://www.conjur.com.br/2017-mai-28/obrigar-transexual-usar-banheiro-masculino-causa-dano-moral>
- Mello, L., Brito, W., & Maroja, D. (2012). Políticas públicas para a população LGBT no Brasil: notas sobre alcances e possibilidades. *Cadernos pagu*, (39), 403-429.

- Mello, L., Freitas, F., Pedrosa, C., & Brito, W. (2012). Para além de um kit anti-homofobia: políticas públicas de educação para a população LGBT no Brasil. *Bagoas-Estudos gays: gêneros e sexualidades*, 6(07).
- Méllo, R. P., Costa, A. G., & Sampaio, J. V. (2013). Regularidades e resistências: "Brasil sem homofobia". *Regularidades de Resistências*, 39 (1), pp. 161-183.
- Mesquita, C. C. (2016). *O acesso ao banheiro por transexuais como condição básica para o apoderamento do espaço público: a utilização da teoria do desacordo moral razoável no RE 845.779/sc*. Trabalho de Conclusão de Curso. Fortaleza, CE, Brasil.
- Minayo, M. C. D. S. (Org.), de Souza, C., Deslandes, S. F., Neto, O. C., & Gomes, R. (2002). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade* (21ª Ed). Petrópolis: Vozes.
- Moraes, A. N. D. D. (2014). *Travestis na atenção primária: o cuidado em saúde na cidade de Natal*. (Dissertação de mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, Brasil.
- Mota, B. E. (2017). Eu não. In *Antologia Trans:30 poetas trans, travestis e não binários*. São Paulo: Invisíveis Produções.
- Motti, Luiz., Paulinho., & Michels, Eduard. (2016). *Relatório 2016: Assassinatos de LGBT no Brasil*. Recuperado em 15 de setembro de 2017 de: <https://homofobiamata.files.wordpress.com/2019/10/relatc3b3rio.2016-1.pdf>
- Muller, M. I., & Knauth, D. R. (2008). Desigualdades no SUS: o caso do atendimento às travestis é “babado!” *Cadernos EBAPE*, 6(2), p. 1–14.
- Nogueira, S. N. B., Araújo, M. C. C., & de França, R. (2016). A importância do uso do nome social no Exame Nacional do Ensino Médio–ENEM. *GEOCONEXÕES*, 2, 21-25.
- Oliveira, A. L. G. (2014). Os homens transexuais brasileiros e o discurso pela (des)patologização da transexualidade. In J.G. de Jesus & Colaboradores. *Transfeminismo: teorias e práticas* (pp 87-105). Rio de Janeiro: Metanóia.
- Oliveira, A. L. G. (2015). "Somos quem podemos ser": Os homens (trans) brasileiros e o discurso pela despatologização da transexualidade. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, Brasil.
- Oliveira, T. L. (2016). "Meu corpo um campo de batalha": a inserção precária das travestis no mundo do trabalho em tempos crise capital. (Dissertação de Mestrado) Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, Brasil.
- Pelúcio, L. (2009). *Abjeção e desejo: uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de aids*. São Paulo: Annablume.

- Penrod, J.; Preston, D.B., Cain, R. & Starks, M.T. (2003). A discussion of chain referral as a method of sampling hard-to-reach populations. *Journal of Transcultural Nursing*, vol 4. n° 2. April, 100-107p.
- Prefeitura Municipal de Natal; (2009). LEI Nº. 5.992 , DE 28 DE OUTUBRO DE 2009. Recuperado em 18 de janeiro de 2019 de: http://www.natal.rn.gov.br/_anexos/publicacao/legislacao/LeiOrdinaria20091028_5992.pdf
- Prefeitura Municipal de São Paulo. (2019). *Projeto Reinserção Social Transcidadania*. Recuperado em 20 de setembro de 2019, de: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/desenvolvimento/cursos/operacao_trabalho/index.php?p=170430
- Princípios de Yogyakarta. (2006). *Princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação a orientação sexual e identidade de gênero*. Recuperado em 10 de setembro, 2017 de: http://www.clam.org.br/uploads/conteudo/principios_de_yogyakarta.pdf
- Queiroz, J. (2013). *Dia 28 de junho - Dia do orgulho LGBTI*. Recuperado em 02 de agosto, 2017 de: <https://anistia.org.br/28-de-junho-dia-orgulho-lgbti/>
- Rede Nacional de Pessoas Trans do Brasil [RedeTrans]. (2017a). *A rede*. Recuperado em 15 de agosto, 2017 de : <http://redetransbrasil.org/a-rede.html>.
- Rede Nacional de Pessoas Trans do Brasil [RedeTrans]. (2017b). *A rede*. Recuperado em 25 de setembro, 2017 de: <http://redetransbrasil.org/assassinatos.html>.
- Rocon, P. C., Silva, A. I., & Sodré, F. (2018). Diversidade de gênero e Sistema Único de Saúde: uma problematização sobre o processo transexualizador. *SER Social*, 20(43), pp.432-448.
- Rocon, P. C., Sodré, F., Zamboni, J., Rodrigues, A., & Roseiro, M. C. F. B., & Wandekoken, K.D. (2019). O que esperam pessoas trans do Sistema Único de Saúde?. *Interface-Comunicação, Saúde, Educação*.
- Rodvalho. A. M. (2017). *Orgulho de quê, LGBTs?*. Recuperado em 02 de agosto, 2017 de: <http://midianinja.org/amaramoira/orgulho-de-que-lgbts/>
- Rodrigues, J. (2011). Direitos humanos e diversidade sexual: uma agenda em construção. In. G. Venturi & V. Bokany (Orgs.). *Diversidade sexual e homofobia no Brasil*. São Paulo: Perseu Abramo.
- Rodrigues, M. C. & Nardi, H. C. (2009). Diversidade sexual e trabalho: reinvenções do dispositivo. In *Revista Bagoas*, pp. 128–144.
- Rossi, I. D. da C. (2016). *Definindo A Ideologia De Gênero Como Fundante De Uma Cisgeneridade Compulsória*. Recuperado em 25 de setembro, 2017, de:

<https://transfeminismo.com/definindo-a-ideologia-de-genero-como-fundante-de-uma-cisgeneridade-compulsoria/>

- Santos, A. L. (2017). *Formação das pessoas transexuais na Universidade Federal de Sergipe: Enfrentamento e Resistência das normas de gênero no espaço acadêmico* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, Brasil.
- Sá-Silva, J. R., Almeida, C. D. e Guindani, J. F (2009). Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, 1(1), p. 1–15.
- Scote, F.D. (2017). *Será que temos mesmo direitos a universidade? O desafio do acesso e a permanência de pessoas transexuais no Ensino superior* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba, SP, Brasil.
- Shimakawa. V.V. (2013). *Algo Cheira Mal Nos Trópicos, Ou: Ciscos Em Sapatos Trans** (Parte I De II). Recuperado em 10 de abril de 2019 de: <https://transfeminismo.com/algo-cheira-mal-nos-tropicos-parte-i/>
- Silva, G. W. S. (2016). *Existências dissidentes e apagamentos: fatores associados à Ideação suicida em Pessoas Transgênero* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, Brasil.
- Simakawa, V. V. (2015). *Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, Brasil.
- Simões, J. A. (2010). Uma visão da trajetória do movimento LGBT. In F. Pocahy (Org.). *Políticas de enfrentamento ao heterossexismo: corpo e prazer* (pp. 15-35). Porto Alegre: Nuances.
- Simões, J. A., & Facchini, R. (2009). *Na trilha do arco-íris: Do movimento homossexual ao LGBT* (Coleção História do povo Brasileiro). São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- Siqueira, D. (2006). Prefácio. In: A (re)invenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual (p. 11–18). Rio de Janeiro: Garamond.
- Terto, A. P., & Souza, P. H. N. (2015). De Stonewall à assembleia geral da onu: reconhecendo os direitos lgbt. *Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD*, 5(7), pp.120-148.
- Tonhon, M., & Vergueiro, V. (2016). *Nome Social É Direito!* Recuperado em 12 de setembro de 2019, de <https://transfeminismo.com/nome-social-e-direito/>
- Universidade do Estado do Rio Grande do Norte [UERN]. Resolução nº22/2016 -CONSEPE de 13 de abril de 2016. Recuperado em 10 de abril de 2018 de: <http://www.uern.br/controladepaginas/documentos-legislacao->

[ensino/arquivos/0065resolucao_no_22_2016_consepe_dispoe_sobre_o_uso_do_nome_social_nas_condicoes_que_especifica.pdf](#)

Universidade Federal do ABC [UFABC] (2011). Resolução CONSEPE nº 105, do dia 12 de maio de 2011. Recuperado em 10 de outubro de 2016, de: http://www.ufabc.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4970.

Universidade Federal do Amapá [UNIFAP]. (2009). Resolução nº 013 /2009- CONSU de 19 de outubro de 2009. Recuperado em: 10 de fevereiro de 2017 de : <https://www2.unifap.br/consu/files/2011/07/Resolu%c3%a7%c3%a3o-013-09-Travestis-e-Transexuais.pdf>

Universidade Federal do Mato Grosso do Sul [UFMS]. (2012). Resolução nº 41/2012, de 8 de outubro de 2012. (2012). Recuperado em 06 de maio de 2016, de: <https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:SMJprVgrRW4J:https://sis temas.ufrn.br/shared/verArquivo%3FidArquivo%3D1359053%26key%3Df1e17fc10d9aef1734848d538e975550+&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>.

Universidade Federal do Rio Grande do Norte [UFRN]. (2012). Resolução nº 232/2012, de 04 de dezembro de 2012. Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Recuperado em 10 de outubro, 2016, de: <https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:R0IoBODJARUJ:https://sis temas.ufrn.br/shared/verArquivo%3FidArquivo%3D1311330%26key%3Ddead3ed08acaa78c8ec5c8cf7306e9db+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>.

Universidade Federal Rural do Semi - Árido [UFERSA]. (2014). Resolução CONSUNI/UFERSA nº001/2014 de 10 de fevereiro de 2014. Recuperado em 10 de abril de 2018, de: <http://www2.ufersa.edu.br/portal/view/uploads/setores/83/arquivos/consuni/2014/RESOLUCOES/RES.CONSUNI.001.2014.pdf>

Vergueiro, Viviane. (2012). Pela descolonização das identidades trans*. In Anais do VI Congresso Internacional de Estudos sobre a Diversidade Sexual e de Gênero da ABEH. Salvador (Vol. 1, No. 1).

8. Anexos

8.1 - Roteiro de entrevista

FICHA TÉCNICA DA ENTREVISTA	
1. DADOS DO PROJETO DE PESQUISA	
Nome do Projeto:	(TRANS)PASSANDO OS MUROS DO PRECONCEITO E ADENTRANDO A UNIVERSIDADE: UMA ANÁLISE DAS POLÍTICAS PARA PESSOAS TRANS* DENTRO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO SUPERIOR DO RIO GRANDE DO NORTE
Pesquisadora Responsável:	Emilly Mel Fernandes de Souza
2. DADOS DA ENTREVISTADORA	
Nome completo:	Emilly Mel Fernandes de Souza
Local e data de nascimento:	São Bernardo do Campo - 12/06/1990
Endereço residencial completo:	Rua São Paulo, nº 100, Bela Parnamirim, Parnamirim-RN. CEP: 59.142-665
Telefones residenciais:	(84)996010740
E-mail:	emilly.fernandes.psi@gmail.com
Profissão atual:	Psicóloga e Mestranda em Psicologia-UFRN
3. CONTATO INICIAL	
Indicação do contato:	
Data do contato:	
Forma de contato:	
Local:	
Observações:	
4. DADOS DA PESSOA ENTREVISTADA	
Nome completo (ou pseudônimo):	
Local e data de nascimento:	
Orientação Sexual e/ou Identidade de Gênero	
Cor/Raça/Etnia	
Cidade em que reside:	
Bairro e zona:	
Profissão atual:	
Profissões anteriores:	
Média de renda:	
Observações:	
5. ROTEIRO DE PERGUNTAS PARA A ENTREVISTA	
<u>Introdução</u>	
1. Qual é o seu nome completo ou	

Pseudônimo que queira escolher para seu anonimato?	
2. Em que ano e em que Cidade/Estado você nasceu?	
3. Em relação a sua orientação sexual e/ou identidade de gênero, como você se considera?	
4. Em relação a sua cor de pele, raça/etnia, como você se considera?	
5. Onde você vive hoje e qual sua principal ocupação (trabalho)?	
<u>Desenvolvimento : Pauta 01 - O que significa ser uma pessoa trans na universidade</u>	
6. Gostaria que você tentasse me contar um pouco da sua história em relação ao ensino superior, descrevendo como foi o caminho para chegar até uma Instituição Pública de Ensino Superior (IPES) do Rio Grande do Norte (RN)	
7. Como você pensava que seria este espaço (a IPES)? E como ele é realmente?	
8. Foi o curso que você sempre quis? Sim? Não? Por quê?	
9. Como é para você ser trans* e estar estudando em uma IPES do RN?	
10. Quando você fez sua transição? Dentro ou fora da IPES? Há diferença quando se faz a transição fora da IPES?	
<u>Desenvolvimento : Pauta 02 - Quais as demandas por ser trans se colocam para a Universidade;</u>	
11. Você acha que a IPES estava pronta para lhe receber? Sim ou não? Por quê?	
12. Quais foram as dificuldades que apareceram quando você passou a frequentar a IPES?	
13. O que você colocaria como demanda inicial logo que você chegou a IPES?	
14. E agora, ao longo de seu curso, o que você considera como demanda?	

Desenvolvimento : Pauta 03 - Como a universidade tem atendido as demandas apontadas pelo público trans

15. A IPES que você estuda possui alguma política voltada para o segmento trans*? Qual?

16. Você utiliza a política existente? Sim ou não? Por quê?

17. Como você soube da política? E para acessá-la, como foi esse acesso, fácil ou difícil? Explique

18. O que você acha das políticas existentes para esse segmento em sua IPES?

Conclusão

19. Diante de tudo que foi relatado, que você teria alguma sugestão para fazer sobre as políticas existentes?

20. Há algo mais que queira dizer?

6. ABREVIATURAS E SIGLAS UTILIZADAS NA ENTREVISTA

IPES	RN	Trans*					

7. DADOS DA ENTREVISTA

Tipo de entrevista:	Semi-estruturada por pautas
Entrevistadora:	Emilly Mel Fernandes de Souza.
Data:	
Horário de início:	
Horário de término:	
Duração:	
Local da entrevista:	
Formato de gravação:	
Gravação de áudio:	
Transcrição:	
Sumário (listar assuntos da entrevista):	
Anexos (listar possíveis documentos obtidos através da entrevista, tais como: fotografias, documentos oficiais...):	
Observações:	

8.2 - Termo de Consentimento Livre e esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Esclarecimentos

Este é um convite para você participar da pesquisa **(TRANS)PASSANDO OS MUROS DO PRECONCEITO E ADENTRANDO A UNIVERSIDADE: UMA ANÁLISE DAS POLÍTICAS PARA PESSOAS TRANS* DENTRO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO SUPERIOR DO RIO GRANDE DO NORTE**, que tem como pesquisadora responsável Emilly Mel Fernandes de Souza.

Esta pesquisa pretende: conhecer e analisar as políticas de acesso e permanência para as pessoas trans* das instituições públicas de ensino superior (IPES) do estado do Rio Grande do Norte (RN).

O motivo que nos leva a fazer este estudo diz respeito as políticas criadas para pessoas trans* dentro das IPES do estado do RN, visando conhecer e analisar quais são as políticas existentes, quais as reais demandas do segmento trans* ao adentrarem nesses espaços, e se essas políticas consegue ser suficientes para a demanda do público ao qual se destina.

Caso você decida participar, você precisará conceder uma entrevista de no máximo duas horas de duração com gravação de voz para apreensão das questões relacionadas com os três eixos norteadores: 1) O que significa ser uma pessoa trans na universidade; 2) Quais as demandas por ser trans se colocam para a Universidade; 3) e como a universidade tem atendido as demandas apontadas pelo público trans.

Durante a realização da entrevista a previsão de riscos é mínima, ou seja, o risco que você corre é semelhante àquele sentido num exame físico ou psicológico de rotina que dizem respeito a possível desconforto por lembrar algumas situações de sua trajetória de vida. Pode acontecer um desconforto emocional de grande alcance que será minimizado com o encaminhamento para possível psicoterapia.

Durante todo o período da pesquisa você poderá tirar suas dúvidas ligando para Emilly Mel Fernandes de Souza - (84) 996010740

Você tem o direito de se recusar a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem nenhum prejuízo para você.

Os dados que você irá nos fornecer serão confidenciais e serão divulgados apenas em congressos ou publicações científicas, não havendo divulgação de nenhum dado que possa lhe identificar.

Esses dados serão guardados pelo pesquisador responsável por essa pesquisa em local seguro e por um período de 5 anos.

Se você tiver algum gasto pela sua participação nessa pesquisa, ele será assumido pelo pesquisador e reembolsado para você.

Se você sofrer algum dano comprovadamente decorrente desta pesquisa, você será indenizado.

Qualquer dúvida sobre a ética dessa pesquisa você deverá ligar para o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, telefone 3215-3135.

Este documento foi impresso em duas vias. Uma ficará com você e a outra com a pesquisadora responsável Emilly Mel Fernandes de Souza.

_____ (rubrica do/da Participante) _____ (rubrica do Pesquisador)

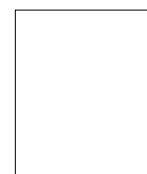
1 / 2

Consentimento Livre e Esclarecido

Após ter sido esclarecido sobre os objetivos, importância e o modo como os dados serão coletados nessa pesquisa, além de conhecer os riscos, desconfortos e benefícios que ela trará para mim e ter ficado ciente de todos os meus direitos, concordo em participar da pesquisa **(TRANS)PASSANDO OS MUROS DO PRECONCEITO E ADENTRANDO A UNIVERSIDADE: UMA ANÁLISE DAS POLÍTICAS PARA PESSOAS TRANS* DENTRO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO SUPERIOR DO RIO GRANDE DO NORTE**, e autorizo a divulgação das informações por mim fornecidas em congressos e/ou publicações científicas.

Minha identificação _____ (não será **ou** poderá ser) revelada em alguma das vias de publicação das informações geradas

Natal _____



Impressão
datiloscópica do
participante

Assinatura do participante da pesquisa

Declaração do pesquisador responsável

Como pesquisadora responsável pelo **(TRANS)PASSANDO OS MUROS DO PRECONCEITO E ADENTRANDO A UNIVERSIDADE: UMA ANÁLISE DAS POLÍTICAS PARA PESSOAS TRANS* DENTRO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO SUPERIOR DO RIO GRANDE DO NORTE**, declaro que assumo a inteira responsabilidade de cumprir fielmente os procedimentos metodologicamente e direitos que foram esclarecidos e assegurados ao participante desse estudo, assim como manter sigilo e confidencialidade sobre a identidade do mesmo.

Declaro ainda estar ciente que na inobservância do compromisso ora assumido estarei infringindo as normas e diretrizes propostas pela Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde – CNS, que regulamenta as pesquisas envolvendo o ser humano.

Natal _____

Assinatura do pesquisador responsável

2/2

8.3. Termo de consentimento para a gravação de áudio e voz

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA GRAVAÇÃO DE VOZ - TGA

Eu, _____, depois de entender os riscos e benefícios que a pesquisa intitulada **(TRANS)PASSANDO OS MUROS DO PRECONCEITO E ADENTRANDO A UNIVERSIDADE: UMA ANÁLISE DAS POLÍTICAS PARA PESSOAS TRANS* DENTRO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO SUPERIOR DO RIO GRANDE DO NORTE** poderá trazer e, entender especialmente os métodos que serão usados para a coleta de dados, assim como, estar ciente da necessidade da gravação de minha entrevista, **AUTORIZO**, por meio deste termo, a pesquisadora Emilly Mel Fernandes de Souza a realizar a gravação de minha entrevista sem custos financeiros a nenhuma parte.

Esta **AUTORIZAÇÃO** foi concedida mediante o compromisso do pesquisador acima citado em garantir-me os seguintes direitos:

1. poderei ler a transcrição de minha gravação;
2. os dados coletados serão usados exclusivamente para gerar informações para a pesquisa aqui relatada e outras publicações dela decorrentes, quais sejam: revistas científicas, congressos e jornais;
3. minha identificação _____ (não será **ou** poderá ser) revelada em alguma das vias de publicação das informações geradas;

4. qualquer outra forma de utilização dessas informações somente poderá ser feita mediante minha autorização;

5. os dados coletados serão guardados por 5 anos, sob a responsabilidade do(a) pesquisador(a) coordenador(a) da pesquisa Emilly Mel Fernandes de Souza, e após esse período, serão destruídos e,

6. serei livre para interromper minha participação na pesquisa a qualquer momento e/ou solicitar a posse da gravação e transcrição de minha entrevista.

Natal,_____.

Assinatura da/o participante

Pesquisadora Emilly Mel Fernandes de Souza

Caso necessite de maiores esclarecimentos/averiguações sobre o presente estudo, favor entrar em contato com: **Orientadora:** Dra. Ilana Lemos de Paiva – E-mail: ilanapaiva@hotmail.com
Comitê de Ética em Pesquisa/UFRN Tel: (84) 3215-3135. E-mail: cepufrn@reitoria.ufrn.br.

8.4. Comitê de Ética

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: (TRANS)PASSANDO OS MUROS DO PRECONCEITO E ADENTRANDO A UNIVERSIDADE: UMA ANÁLISE DAS POLÍTICAS PARA PESSOAS TRANS* DENTRO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO SUPERIOR DO RIO GRANDE

Pesquisador: EMILLY MEL FERNANDES DE SOUZA

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 88023418.9.0000.5537

Instituição Proponente: Programa de Pós-graduação em Psicologia

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.803.353

Apresentação do Projeto:

Trata-se de uma pesquisa que visa conhecer e compreender, através das pessoas trans* - travestis e transexuais e que são tratados/as coletivamente como parte do grupo de transgêneros (Jesus, 2012) - matriculadas nos cursos de graduações das Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES) do RN, se existem ou não políticas para esse segmento dentro das IPES, se as mesmas, caso existam, são suficientes para a plena inserção das pessoas trans* em IPES do RN e, se possível, que medidas poderiam ser sugeridas para melhorar as políticas existentes dentro dessas instituições. Considerando que se está interessado em compreender as vivências particulares de cada estudante, utilizar-se-á a técnica de entrevistas semiestruturadas, em que teremos alguns tópicos ou perguntas gerais que nortearão a entrevista, porém, permitindo que o/a colaborador/a tenha uma flexibilização e que o/a mesmo/a também se sinta livre pra colocar algo ou perguntar, visando propiciar um espaço de fala para esses/as sujeitos/as, a fim de compreender melhor os seus sentidos e significados (Fraser e Gondim, 2004). Essas entrevistas terão três eixos norteadores: 1) O que significa ser uma pessoa trans na universidade; 2) Quais as demandas por ser trans se colocam para a Universidade; 3) e como a universidade tem atendido as demandas apontadas pelo público trans. Os/as sujeitos/as dessa pesquisa serão as pessoas trans matriculadas nas graduações em IPES do estado do RN, a saber: Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), a Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN), Universidade

Endereço: Av. Senador Salgado Filho, 3000

Bairro: Lagoa Nova

UF: RN

Município: NATAL

Telefone: (84)3215-3135

CEP: 59.078-970

E-mail: cepufn@reitoria.ufrn.br

Continuação do Parecer: 2.603.353

Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA). As pessoas trans entrevistadas serão aquelas que possuem a maioria. O local de acesso aos entrevistados será de acordo com sua conveniência, e se garantirá condições adequadas, a privacidade e a não interrupção. A constituição do efetivo de participantes prevê a adesão espontânea de candidatos a participar, em resposta a divulgação da pesquisa em grupos, comunidades e páginas públicas das universidades supracitadas em redes sociais ou outros meios de disseminação de informação e, a partir disso, indicações de novos participantes sugeridas pelos próprios participantes da pesquisa ao final de suas entrevistas.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Esta pesquisa pretende conhecer e analisar as políticas de acesso e permanência para as pessoas trans das instituições públicas de ensino superior (IPES) do estado do Rio Grande do Norte(RN).

Objetivos Secundários:

- Verificar se existem políticas em instituições públicas de ensino superior do estado do RN que são voltadas à demanda da população trans;
- Identificar a quais demandas essas políticas são voltadas;
- Identificar, através das falas dos colaboradores de pesquisa, quais são as suas demandas ao chegarem às IPES;
- Analisar e problematizar se as políticas existentes dentro das IPES são suficientes para contemplar as demandas da população a que se destina

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Acredita-se que os riscos ocasionados no percurso da pesquisa são mínimos e dizem respeito a possíveis desconfortos dos/das participantes ao acessarem suas memórias sobre a temática em questão para fazerem as narrativas das mesmas, além de não trazer riscos, danos ou comprometimentos físicos. Em relação a isso, os procedimentos de coleta de dados serão realizados com extrema cautela, respeitando as limitações e disponibilidades dos e das participantes dedicando-se a sua subjetividade a fim de garantir a todo instante o resguardo de sua integridade identitária, moral, física e psicológica por meio de constante vigilância na condução das narrativas prevenindo prejuízos na sua participação que será conduzida no mais rigoroso cuidado. Para a realização das entrevistas, a pesquisadora apresentará formalmente um termo de consentimento livre e esclarecido para participação e um termo para autorização de

Endereço: Av. Senador Salgado Filho, 3000

Bairro: Lagoa Nova

UF: RN

Município: NATAL

CEP: 59.078-970

Telefone: (84)3215-3135

E-mail: ceputm@reitoria.ufm.br

Continuação do Parecer: 2.803.353

gravação da voz sendo garantido o anonimato da identidade das pessoas e das informações se assim acordado. Também será entregue as/os sujeitos um cartão contendo os números de clínicas escolas de Psicologia do Estado do RN e a pesquisadora se deixará disponível facilitando o acesso deles/as a esses serviços, bem como esclarecendo eventuais dúvidas sobre eles. Isto é posto como ponto fundamental de cuidado ético visto que, ao responderem as perguntas previstas na entrevista por pautas, essas pessoas podem acessar conteúdos que as mobilizem e que de alguma forma possam trazer lembranças que desencadeiem algum sofrimento maior.

A referida pesquisa se faz importante para a Academia e para a Psicologia pois ao se estudar essas políticas e ouvir o que os usuários pensam sobre elas é dar voz a quem, muitas vezes, será silenciado antes mesmo de poder falar. Pensar em políticas públicas para pessoas trans no país que mais mata transexuais no mundo é um ato de resistência a esse genocídio cotidiano. Este trabalho pode servir para ampliar os conhecimentos dos gestores das Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES) sobre as demandas trazidas pela população trans* e assim contribuir com políticas que possam ser mais eficazes para esse segmento bem como aprofundar conhecimentos sobre a própria população trans. Acredita-se, também, que várias categorias profissionais, como por exemplo, psicólogos e assistentes sociais nesses espaços, ao lerem este trabalho, poderão pensar em como suas atuações podem se articular para garantir uma maior permanência estudantil e assistência diante das vulnerabilidades que essa população, na maioria das vezes, encontra-se. E, por último, ainda se referindo própria Psicologia como Ciência e Profissão, este trabalho traz conhecimentos humanizados e atuais sobre a questão trans* contribuindo para o exercício da profissão de forma ética e cuidadosa visando a não estigmatização e preconceito para essa população, estando de acordo com os princípios postulados na resolução 01/18 do próprio Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2018).

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O projeto apresenta objetivos, justificativas, metodologia e benefícios bem definidos. A pesquisadora, na segunda apreciação, aprimorou a redação dos riscos no TCLE.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Foram apresentados os seguintes termos:

- PB Informações Básicas do Projeto, Folha de rosto e Termo de confidencialidade, com todas as informações inseridas acertadamente.
- A declaração de não início devidamente assinada;

Endereço: Av. Senador Salgado Filho, 3000
Bairro: Lagoa Nova CEP: 59.078-970
UF: RN Município: NATAL
Telefone: (84)3215-3135 E-mail: cepufm@reitoria.ufrn.br

UFRN - UNIVERSIDADE
FEDERAL DO RIO GRANDE DO
NORTE - LAGOA NOVA

Continuação do Parecer: 2.803.353

- Formulário CEP, preenchido adequadamente;
- Termo de voz, corrigido na segunda apreciação ao CEP;
- Justificativa Ausência de Carta de Anuência, devidamente elaborada e justificada;
- O TCLE está elaborado com os termos exigidos, na segunda submissão, aprimorou o texto referente aos riscos.

Recomendações:

Obrigatório enviar os relatórios da pesquisa.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O pesquisador atendeu as recomendações indicadas no parecer anterior de nº 2.628.809, portanto, o protocolo de pesquisa está APROVADO.

Considerações Finais a critério do CEP:

Em conformidade com a Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde - CNS e Manual Operacional para Comitês de Ética - CONEP é da responsabilidade do pesquisador responsável:

1. elaborar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE em duas vias, rubricadas em todas as suas páginas e assinadas, ao seu término, pelo convidado a participar da pesquisa, ou por seu representante legal, assim como pelo pesquisador responsável, ou pela (s) pessoa (s) por ele delegada(s), devendo as páginas de assinatura estar na mesma folha (Res. 466/12 - CNS, item IV.5d);
2. desenvolver o projeto conforme o delineado (Res. 466/12 - CNS, item XI.2c);
3. apresentar ao CEP eventuais emendas ou extensões com justificativa (Manual Operacional para Comitês de Ética - CONEP, Brasília - 2007, p. 41);
4. descontinuar o estudo somente após análise e manifestação, por parte do Sistema CEP/CONEP/CNS/MS que o aprovou, das razões dessa descontinuidade, a não ser em casos de justificada urgência em benefício de seus participantes (Res. 446/12 - CNS, item III.2u) ;
5. elaborar e apresentar os relatórios parciais e finais (Res. 446/12 - CNS, item XI.2d);
6. manter os dados da pesquisa em arquivo, físico ou digital, sob sua guarda e responsabilidade, por um período de 5 anos após o término da pesquisa (Res. 446/12 - CNS, item XI.2f);
7. encaminhar os resultados da pesquisa para publicação, com os devidos créditos aos pesquisadores associados e ao pessoal técnico integrante do projeto (Res. 446/12 - CNS, item XI).

Endereço: Av. Senador Salgado Filho, 3000

Bairro: Lagoa Nova

UF: RN

Município: NATAL

Telefone: (84)3215-3135

CEP: 59.078-970

E-mail: cepufn@reitoria.ufm.br

**UFRN - UNIVERSIDADE
FEDERAL DO RIO GRANDE DO
NORTE - LAGOA NOVA**



Continuação do Parecer: 2.803.353

2g) e,

8. justificar fundamentadamente, perante o CEP ou a CONEP, interrupção do projeto ou não publicação dos resultados (Res. 446/12 - CNS, item XI.2h).

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1103588.pdf	17/07/2018 10:45:43		Aceito
Outros	DeclaracaodeNaoinicio_modificado.docx	17/07/2018 10:45:12	EMILLY MEL FERNANDES DE SOUZA	Aceito
Outros	JustificativaRespostaCEP.docx	17/07/2018 10:44:57	EMILLY MEL FERNANDES DE SOUZA	Aceito
Outros	JustificativaFelipe.docx	17/07/2018 10:44:33	EMILLY MEL FERNANDES DE SOUZA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projetodetalhadodepesquisa_modificado.docx	17/07/2018 10:44:14	EMILLY MEL FERNANDES DE SOUZA	Aceito
Outros	respostapendencias.doc	17/07/2018 10:43:56	EMILLY MEL FERNANDES DE SOUZA	Aceito
Outros	termodeautorizacaoaparagravacaodevoz_modificado.docx	17/07/2018 10:42:47	EMILLY MEL FERNANDES DE SOUZA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_modificado.docx	17/07/2018 10:42:17	EMILLY MEL FERNANDES DE SOUZA	Aceito
Outros	termodeautorizacaoaparagravacaodevoz.docx	11/07/2018 13:50:56	EMILLY MEL FERNANDES DE SOUZA	Aceito
Outros	JustificativaFelipe.pdf	11/07/2018 13:50:16	EMILLY MEL FERNANDES DE SOUZA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.docx	11/07/2018 13:47:55	EMILLY MEL FERNANDES DE SOUZA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projetodetalhadodepesquisa.docx	11/07/2018 13:47:39	EMILLY MEL FERNANDES DE SOUZA	Aceito

Endereço: Av. Senador Salgado Filho, 3000

Bairro: Lagoa Nova

CEP: 59.078-970

UF: RN

Município: NATAL

Telefone: (84)3215-3135

E-mail: cepufm@reitoria.ufrn.br

**UFRN - UNIVERSIDADE
FEDERAL DO RIO GRANDE DO
NORTE - LAGOA NOVA**


Continuação do Parecer: 2.803.353

Folha de Rosto	folhaderosto.pdf	17/04/2018 16:03:22	EMILLY MEL FERNANDES DE SOUZA	Aceito
Outros	JustificativaAusenciaDeCartaDeAnuenci a.pdf	17/04/2018 13:49:11	EMILLY MEL FERNANDES DE SOUZA	Aceito
Outros	TermodeconfidencialidadeModelo.pdf	17/04/2018 13:37:23	EMILLY MEL FERNANDES DE SOUZA	Aceito
Outros	declaracaodenainicioModelo.pdf	17/04/2018 13:37:05	EMILLY MEL FERNANDES DE SOUZA	Aceito
Outros	FormularioCEPModelo.pdf	17/04/2018 13:36:46	EMILLY MEL FERNANDES DE SOUZA	Aceito
Outros	PossivelRoteirodeentrevista.pdf	06/04/2018 16:05:37	EMILLY MEL FERNANDES DE SOUZA	Aceito
Outros	Declaracaodenainicio.pdf	06/04/2018 16:05:06	EMILLY MEL FERNANDES DE SOUZA	Aceito
Outros	Termodeconfidencialidade.pdf	06/04/2018 16:03:45	EMILLY MEL FERNANDES DE SOUZA	Aceito
Outros	FormularioCEPUFRN.pdf	06/04/2018 16:01:54	EMILLY MEL FERNANDES DE SOUZA	Aceito

Situação do Parecer:
Aprovado

Necessita Avaliação da CONEP:
Não

NATAL, 06 de Agosto de 2018

Assinado por:
LÉLIA MARIA GUEDES QUEIROZ
(Coordenador)

Endereço: Av. Senador Salgado Filho, 3000
Bairro: Lagoa Nova CEP: 59.078-970
UF: RN Município: NATAL
Telefone: (84)3215-3135 E-mail: cepufn@reitoria.ufrn.br

8.6. “Uma carta para Leilane”

Intitulado assim, talvez, o que não deu tempo de elaborar e dizer a você antes que partisse. Faz quase um ano, não é? Ainda lembro de ter ido com a professora Janeusa lhe ver. 3 dias antes. Você sentada na cama discutindo e tomando bronca de Janeusa. Ouvindo calada... era uma cena que dava vontade de rir, quem é que conseguia calar Leilane? Janeusa era uma dessas! Me cala também às vezes, porque sou teimosa e aí respondo: “Mas eu sou só uma pobre garota trans da América do Sul”.

Parecia tudo bem, então, todo mundo tinha saído do quarto, e você falou que eu estava rechonchuda, brigando comigo porque eu comia feijão à noite. Disse que gostaria de retornar aos hormônios, porque ia ficar rechonchuda também. Mas algo dentro de você parecia abalado, até que na conversa solta “o meu maior medo, Emily, é que você perceba tarde demais, que travestis e educação, não combinam.” Não sei se você disse a mais alguém, mas isso a mim você disse. E ao dizer, quando eu virei e olhei para você, mudou logo de assunto. Acredito que tenha sido uma catarse dos 11 meses que você passou lutando até falecer. De toda uma vida lutando, e infelizmente, morrendo da forma mais precária possível.

Desde que me disse essas palavras, eu me pus a pensar. A refletir. Sensível que sou, elas me tocaram, me deixaram incertezas, medos, aflições. Mas, se eu parasse e ficasse presa a elas, eu não teria chegado até aqui. Eu não quero te refutar, porque é maldoso refutar alguém que não está aqui para se defender. Na verdade, eram seus sentimentos, sua dor e como psicóloga, acolher a dor do outro sem julgar e ter empatia é essencial. Mas a partir das suas palavras, eu posso propor outras reflexões, outros caminhos possíveis. A sua própria história na academia, para além do pioneirismo, foi um outro caminho possível.

Na verdade, várias pessoas trans, cotidianamente mostram que a educação é um caminho possível. Temos a Jaque, a Viviane, a Céu, O Guilherme Almeida, a Luma, A Sofia, as pessoas que colaboraram com essa dissertação, e todas as outras pessoas trans desse país que estão nesse lugar. É óbvio que não é fácil, que a transfobia nos permeia ora invalidando nossas identidades, ora nos discriminando, ora nos expulsando. Mas, a gente resiste, resistência sempre foi nosso sobrenome. Não há nada mais forte que um corpo que rói todas as suas bordas colonizadas, as transgride e (trans)forma.

Então Leilane, pessoas trans e educação combinam quando as inventividades são permitidas! Quando esse corpo que se agencia, agencia também o espaço que está. Onde uma

vez fissurado, transbordará vidas, vidas trans! Pessoas trans e educação combinam quando políticas são criadas e assim nossas existências permitidas, pois as nossas demandas são pautadas. Demandas atendidas permitem existências!

Pessoas trans e educação combinam quando alguém segura as nossas mãos, no dia que chegamos com elas quebradas em sala de aula, e nos ajudam a restaurá-las, e inclusive, foram essas mãos que escreveram essa dissertação. Quando nos dão asas, e seguram firme nas nossas mãos e, vão lá lutar com a gente para que nossas demandas sejam não sejam só ecoadas mas, também atendidas. Quando dizem que podemos, que somos inteligentes e que temos trabalhos lindos, que sentem orgulho de nos orientar, apesar de todos os catarros que a gente libera. Quando nos seguram e nos mantêm de pé em momentos que a gente nunca achou que veria, como foi ver Leilane em um caixão, pessoas estruturantes que fincadas, sustentam não só nossas alegrias, mas também nossas dores. Quando nossas “cisters”, com a gentileza da existência que tem, nos botam no colo e nos mimam, nos dão bronca e nos dizem que não nos abandonará, que diz a gente é flor que furou o asfalto e que isso é o belo da existência. Quando adotamos uma menina de cabelo cacheados e loiros, que no começo eu brigava muito, mas que agora eu tenho como uma filha, que dá trabalho mas que sempre sabe ser gentil quando eu preciso. Quando outras amigas, de outras intersecções, que não a Trans, que nos dão diálogos, almoço e abraços maravilhosos e nos ensinam até sobre Buda. Quando temos um encontro genuíno com alguém, que com sua plenitude de existência, que com sua verdade, desvela a minha, e que faz com que minha existência se torne possível, suportável. Ser congruente, ser fiel a si mesma e a seus propósitos, é o tesouro mais precioso que posso possuir...

Por fim, Leilane, trans e educação combinam quando algumas pessoas vão lá e escancaram as portas, confrontam, dão seu sangue e sua vida para que outras pessoas cheguem. Obrigada por fazer isso por nós. Assim, não deu tempo de se despedir nem de te

deixar um tsuru com um desejo fofo para que você pudesse ficar confortável. Esse jeito Emilly de ser. Então agora, eu o faço. Cada tsuru desse teve um desejo que eu quis que chegasse até você diante da sua morte tão trágica. Quando a gente dá um tsuru a alguém, a gente está desejando tudo que há de bom no mundo. Então eu quero que o bem aonde quer que você esteja te alcance, e que todos esses desejos encham a sua alma de luz. Gostaria que estivesse aqui para receber todos, mas aí, podemos deixar isso: o bem, com todas as pessoas presentes, que pegaram hoje o desejo que precisavam para o seu coração. Então, quando a desumanidade tiver ao redor, tiver perto, que o bem chegue até vocês na forma de um tsuru, na forma de um desejo fofo, com aquilo que vocês precisam para acalantar seus corações em momentos de angústia.

À saudosa Leilane, da sua aluna travesti mais atrapalhada e menininha como você falava,

Emilly Mel Fernandes

30/10/19